UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
E MEIO-AMBIENTE - PRODEMA

RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA

A INSERÇÃO DE RESORTS NO LITORAL SUL DA PARAÍBA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES LOCAIS

JOÃO PESSOA - PB
2012

RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA

A INSERÇÃO DE RESORTS NO LITORAL SUL DA PARAÍBA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES LOCAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Dra. Maristela Oliveira de Andrade

JOÃO PESSOA - PB

2012

E77i Espínola, Rafaella Soares.

A inserção de resorts no litoral sul da Paraíba: impactos socioambientais e sustentabilidade nas comunidades locais / Rafaella Soares Espínola.- João Pessoa, 2012.

150f. : il.

Orientadora: Maristela Oliveira de Andrade

Dissertação (Mestrado) – UFPB/PRODEMA

RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA

A INSERÇÃO DE RESORTS NO LITORAL SUL DA PARAÍBA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES LOCAIS

Aprovada em: 01/11/2012

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maristela Oliveira de Andrade - UFPB
Orientadora

Dra. Lea Carvalho Rodrigues - UFC
Examinadora

Dr. Rodrigo Freire de Carvalho - UFPB
Examinador

Dr. Gustavo Ferreira Da Costa Lima - UFPB
Examinador Suplente

JOÃO PESSOA - PB
2012

Dedico este trabalho à minha família, em especial, à minha avó materna Maria Ferreira dos Santos (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Maria José Béchade** e **Arnaud Béchade**, pelo amor e apoio incondicionais.

Aos meus irmãos, **Luca Béchade** e **Rebecca Espínola**, pela compreensão e amizade constantes.

Aos meus avós maternos, **Maria Ferreira** (*in memoriam*) e **José Soares** pela força e conselhos durante todo esse percurso do mestrado e fora dele.

Ao meu tio e professor **Dr. Leonardo Ferreira**, que me acompanhou na pesquisa de campo e pelas valiosas trocas de ideias e incentivo à carreira acadêmica.

À minha orientadora, **Dra. Maristela Andrade**, pela parceria, apoio e incentivo nesta pesquisa.

A todos os **professores da rede PRODEMA** que contribuíram com o amadurecimento intelectual desta pesquisa e pelos valiosos conhecimentos adquiridos.

Aos **colegas de curso**, pela troca de conhecimentos, parcerias e amizade.

Ao **secretário de turismo de Conde**, **PBTUR, SUDEMA** e **todas as associações entrevistadas** que colaboraram decisivamente com a realização da pesquisa de campo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **CAPES**, pela bolsa concedida durante o mestrado, que contribuiu para a realização desta pesquisa.

“O quadro que se desenrola diante de nós, econômica, social e ambientalmente falando, parece levar à catástrofe, e, provavelmente levará, se não tomarmos uma atitude. Nessa reflexão, é preciso levar em conta o impensado, o improvável; lembrar que o novo sempre é inesperado – pois, se já conhecêssemos o que está por vir, nunca haveria nada revolucionário. Se nos dispusermos a olhar o futuro com esses olhos, poderemos encontrar um novo caminho”.

(Edgar Morin)

ESPÍNOLA, R. S. **A inserção de resorts no Litoral Sul da Paraíba: Impactos socioambientais e sustentabilidade nas comunidades locais.** 2012. 150 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

RESUMO

A criação de espaços de lazer artificiais e ilusórios da denominada “civilização globalizada” vem formando cada vez mais *não-lugares* como os empreendimentos do tipo resort. Partindo do princípio de que a produção de lugares turísticos está atrelada à fetichização dos destinos, ao consumo efêmero e a superficialidade da relação do turista com o lugar, estes empreendimentos vem ocasionando diversos impactos ambientais, sociais, econômicos e espaciais nas comunidades onde se inserem. Considerando ainda que a inserção do primeiro resort no Litoral Sul da Paraíba é relativamente recente e que a inserção de outros empreendimentos deste tipo na região está sendo discutida com polêmica, buscou-se analisar o processo de inserção de resorts no Litoral Sul da Paraíba e seus impactos socioambientais nas comunidades locais, contribuindo, *pari passu*, com a discussão sobre o aspecto desenvolvimentista do turismo na era da globalização. A pesquisa foi pautada em conceitos como desencaixe-tempo (GIDDENS,1995), crise ecológica (LEFF, 2009), desenvolvimento sustentável (LEFF, 2009; MENDONÇA, 1999; MOLINA E.,2001; MURPHY, 2001), férias em guetos (KRIPPENDORF, 2000) entre outros. Após a revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo a partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas que contou com a participação de 14 representantes divididos entre setor público, setor privado e comunidades locais. Optou-se por delimitar o campo de pesquisa ao município de Conde e comunidades do entorno, bem como a utilização do método de abordagem quanti-qualitativo e a análise de conteúdo (BARDIN, 1997). Os resultados obtidos revelaram as percepções dos impactos gerados com a implantação dos primeiros resorts no litoral sul pelos diferentes atores sociais envolvidos, demonstrando que a maior parte dos entrevistados se mostra totalmente ou parcialmente a favor desta inserção apesar da maioria dos impactos citados terem sido negativos. Constatou-se ainda que o modelo de desenvolvimento convencional de turismo, no qual estão inseridos os megaprojetos como os resorts, não pode contribuir com o desenvolvimento sustentável se excluir os princípios de sustentabilidade ambiental, econômica e social. Além disso, a partir da apresentação de modelos alternativos procurou-se demonstrar que não há como promover o desenvolvimento sem estimular o protagonismo local e a inserção das comunidades dos benefícios da atividade.

Palavras – Chave: Turismo, resort, impacto socioambiental, desenvolvimento.

ESPÍNOLA, R. S. **The insertion of resorts at Paraíba's south littoral: social and environmental impacts and sustainability at the local communities**. 2012. 150 p. Paper (Masters in Development and Environment) – Federal University of Paraíba, João Pessoa, 2012.

ABSTRACT

The creation of artificial and delusional pleasure spaces of the so-called "globalized civilization" is producing, more and more, *non-places* like the resort-type enterprises. According to the principle that production of tourist places is bonded to the fetishization of destines, to fast consummation and the superficiality of the tourist-place relation, these enterprises are causing various environmental, social, economic and space impacts at the communities where they are located. Also considering that the insertion of the first resort at Paraíba's south littoral is relatively recent and the insertion of other enterprises like this is being polemically discussed, it tried to analyze the process of insertion of resorts at Paraíba's south littoral and its social and environmental impacts at the local communities, contributing, *pari passu*, with the discussion about the development aspect of tourism in the era of globalization. The research was based in concepts like time-space distantiation (GIDDENS,1995), ecological crisis (LEFF, 2009), sustainable development (LEFF, 2009; MENDONÇA, 1999; MOLINA E.,2001; MURPHY, 2001), vacation at ghettoes (KRIPPENDORF, 2000), among others. After the bibliographic review, a field research was realized starting from semi-structured interviews which counted with the participation of 14 representatives divided among the public and private sectors, and local communities. It opted to delimitate the field research to the city of Conde and surrounding communities, as well as the use of the quantitative and qualitative method of approach and the content analysis (BARDIN, 1997). The obtained results revealed the perceptions of the impacts due to the implantation of the first resort at the south littoral through the different social actors involved, demonstrating that the most part of the interviewed is total or partially in favor of this insertion, despite of the majority of the impacts cited is negative. It was seen that the conventional development tourism model, in which are inserted the megaprojects such as resorts, cannot contribute with sustainable development if it excludes the environmental, economic and social sustainability. Besides that, from the presentation of alternative models, it aimed to show that there is no way to promote development without fostering the local principle role and the insertion of the communities in the benefits of the activity.

Key words: Tourism, resort, social and environmental impact, development.

ESPÍNOLA, R. S. **L´insersion de resorts dans le Littoral Sud de la Paraíba: Impacts socio-environnementaux et durabilité dans les communautés locales.** 2012. 150 p. Mémoire (Master en Développement et l'Environnement) – Université Fédérale de la Paraíba, João Pessoa, 2012.

RESUMÉ

La création d'espaces de loisirs artificiels et illusoires de la dénommée « civilisation globalisée » construit de plus en plus de « non-lieux » tels que les entreprises de type *resort*. Partant du principe que la production de sites touristiques est liée à la fétichisation des destinations, à la consommation éphémère et la superficialité de la relation du touriste avec le lieu où il se trouve, ces entreprises causent divers impacts environnementaux, sociaux, économiques, spatiaux dans les communautés où elles s'insèrent. Considérant que l'introduction du premier *resort* dans le littoral Sud de la Paraíba est relativement récente et que l'insertion de nouvelles entreprises de ce type dans la région suscite la polémique, nous avons cherché à analyser le processus d'implantation des *resorts* dans le littoral Sud de la Paraíba et ses impacts socio-environnementaux dans les communautés locales, contribuant en cela, *pari passu*, à la discussion sur l'aspect du développement du tourisme dans l'ère de la globalisation. Cette recherche a entre autres été guidée par des concepts tel que la dislocation du temps (GIDDENS, 1995), la crise écologique (LEFF, 2009), le développement durable (LEFF, 2009 ; MENDONÇA, 1999 ; MOLINA E., 2001 ; MURPHY, 2001) et les vacances dans les ghettos (KRIPPENDORF, 2000). Après une révision bibliographique, une recherche terrain été réalisée à partir de l'application d'entretiens semi-structurés auprès de 14 représentants du secteur public, du secteur privé et des communautés locales. Le champ de recherche a été délimité à la ville de Conde et ses communautés alentour et une approche quanti-qualitative ainsi qu´une analyse de contenus (BARDIN, 1997) ont été adoptées. Les résultats obtenus ont révélé la perception qu´ont les différents acteurs sociaux impliqués sur les impacts générés par l'implantation des premiers *resorts* dans le littoral Sud de la Paraíba ; ils enseignent que la plupart des personnes interrogées se montre totalement ou partiellement favorables à cette insertion bien que la plupart des impacts cités aient été négatifs. Il a encore été constaté que le modèle de développement conventionnel de tourisme dans lequel s´insèrent les mégaprojets de type *resort* ne peut contribuer au développement durable s'il exclut les principes de durabilité environnementale, économique et sociale. A partir de la présentation de modèles alternatifs, nous avons aussi cherché à démontrer qu'il est impossible de promouvoir le développement sans stimuler le protagonisme local et associer les communautés aux bénéfices générés par l'activité réalisée.

Mots-Clef: Tourisme, resort, impacts socio-environnementaux, développement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da área de estudo 50

Figura 2: Praia do Amor – Conde 62

Figura 3: Propagandas de imobiliárias em Tabatinga 63

Figura 4: Projeto Centro Turístico de Coqueirinho 71

Figura 5: Entrada do Mussulo Resort 75

Figura 6: Construção do Vista Morena Resort 76

Figura 7: Uma das habitações alternativas da Aldeia 115

Figura 8: Poço de água mineral na Aldeia Flora D´Água 116

Figura 9: Trilha ecológica na Aldeia Flor D´Água 116

Figura 10: Placas de educação ambiental nas trilhas 117

Figura 11: Oca dos Txai da aldeia Flor d´Água 117

Figura 12: Produtos da associação “Mães de Barro” 119

Figura 13: Coco de Roda Novo Quilombo - Ipiranga e Gurugi 120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Expressões encontradas nos *folders* promocionais que estimulam os investimentos no município de Conde 65

Quadro 2: Percepção dos entrevistados sobre a tendência de internacionalização do destino turístico 68

Quadro 3: Respostas dos líderes comunitários sobre se são informados ou convidados para participar das políticas públicas do município 73

Quadro 4: Respostas dos líderes de associações privadas sobre se são informados ou convidados para participar das políticas públicas de turismo do município 74

Quadro 5: Impactos do turismo na percepção dos líderes das comunidades locais 97

Quadro 6: Impactos dos resorts na percepção dos líderes comunitários 100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Amostra dos entrevistados por gênero 55

Tabela 2: Amostra dos entrevistados por grau de instrução 55

Tabela 3: Opinião dos entrevistados sobre a inserção dos resorts no Litoral Sul da Paraíba 101

LISTA DE SIGLAS

AA:	Autorização Ambiental
ACOMOTA:	Associação Comunitária de Tatajuba
AMATA:	Associação dos morados e amigos de Tabatinga
APA:	Área de proteção ambiental
APP's:	Áreas de Preservação Permanentes
ARL:	Reserva Legal
ASPAC:	Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural
ATCC:	Associação de Turismo Costa de Conde
BID:	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD:	Banco Mundial
CONAMA:	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA/RIMA:	Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
EMBRATUR:	Instituto Brasileiro de Turismo
ICMS:	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IBAMA:	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LI:	Licença de Instalação
LIO:	Licença de Instalação e Operação
LO:	Licença de Operação
LS:	Licença Simplificada
NE:	Nordeste
ONGs:	Organização Não Governamental
PBTUR:	Empresa Paraibana de Turismo
PNMA:	Política Nacional do Meio Ambiente
PRODETUR:	Programa de Desenvolvimento Turístico

RN: Rio Grande do Norte

SISNAMA: Sistema Nacional do Meio Ambiente

SISTUR: Sistema de Turismo

SONATA: Sociedade Naturista de Tambaba

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDEMA: Superintendência de Administração do Meio Ambiente

UNIPÊ: Centro Universitário de João Pessoa

WWF: World Wild life Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

1. O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE CONTRASTES SOCIOESPACIAIS 23

1.1 O TURISMO E A PRODUÇÃO DOS NÃO LUGARES 23

1.2 A DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A SUSTENTABILIDADE NO TURISMO 29

1.3 O TURISMO DE RESORTS NO NORDESTE DO BRASIL E OS IMPACTOS NAS COMUNIDADES LOCAIS 35

1.4 O PAPEL DO PRODETUR NA POLÍTICA DE MEGAPROJETOS TURÍSTICOS E AS ALTERAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS RESULTANTES DA INSERÇÃO DE RESORTS 41

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 48

2.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO: PESQUISA QUANTI – QUALITATIVA 48

2.2 UNIVERSO, AMOSTRA E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA 50

2.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS 56

3. TURISMO DE RESORTS NO LITORAL SUL DA PARAÍBA: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS 61

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CONDE E SUAS IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE RESORTS 61

3.2 ASPECTOS JURÍDICOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ADEQUAÇÃO DOS RESORTS COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE 78

3.3 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS RESORTS NO DESTINO TURÍSTICO 88

3.3.1 Impactos dos resorts na percepção do setor público 89

3.3.2 Impactos dos resorts na percepção do setor privado 93

3.3.3 Impactos dos resorts na percepção das comunidades locais 96

3.3.4 Percepção geral sobre os resorts do Litoral Sul da Paraíba 101

4. DO TURISMO GLOBAL AOS MODELOS ALTERNATIVOS: POSSIBILIDADES RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 103

4.1 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E OS ECORESORTS 103

4.2 TURISMO COMUNITÁRIO E TURISMO DE BASE LOCAL: A INSERÇÃO SOCIAL COMPROMETIDA COM LAÇOS IDENTITÁRIOS DO LUGAR 107

4.3 CAMINHOS PARA UM DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO 113

CONCLUSÃO 121

REFERÊNCIAS 125

APÊNDICES 132

A ROTEIRO DE ENTREVISTA (PBTUR) 133

B APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA (SECRETÁRIO DE TURISMO DE CONDE) 134

C ROTEIRO DE ENTREVISTA (SUDEMA) 135

D ROTEIRO DE ENTREVISTA (MUSSULO RESORT) 136

E ROTEIRO DE ENTREVISTA (LÍDERES DE ASSOCIAÇÕES – SETOR PRIVADO) 137

F ROTEIRO DE ENTREVISTA (LÍDERES DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS) 138

ANEXOS 139

A *FOLDERS* PROMOCIONAIS QUE RESSALTAM OS POTENCIAIS TURÍSTICOS DE CONDE 140

B *FOLDERS* PROMOCIONAIS QUE ESTIMULAM OS INVESTIMENTOS NO MUNICÍPIO DE CONDE 142

C *FOLDERS* PROMOCIONAIS DA ALDEIA FLOR D´ÁGUA 147

INTRODUÇÃO

No atual período da pós-modernidade, percebeu-se que a criação de inúmeros espaços de lazer e entretenimento artificiais e ilusórios, sem características específicas, constitui partes desconexas da chamada “civilização globalizada” (TRIGO, 1999). Estes espaços pós-modernos, característicos do mundo globalizado, aumentaram consideravelmente no início da década de 1990 com o fim da Guerra Fria e a formação dos grandes blocos econômicos (TRIGO, 1999) que impulsionaram o *american way of life* dentro do modelo fordista-taylorista de indução ao consumismo e produção em massa.

Dentre estes novos ambientes turísticos, foram criados espaços dedicados exclusivamente ao lazer e entretenimento, que mais do que descanso significam também status e glamour: os resorts. O termo, de origem inglesa, significa etimologicamente local de descanso e entretenimento, onde a hospedagem é o principal elemento das férias e do consumo, que associada aos restaurantes, lojas e pontos turísticos do destino formam o produto turístico final. Os elevados preços da hospedagem fazem dos resorts um modelo de turismo elitista, destinado às classes de alto poder aquisitivo e que podem pagar por diárias de no mínimo quinhentos reais.

De acordo com a Associação Brasileira de Resorts[1], o resort é um empreendimento hoteleiro de alto padrão de qualidade em instalações e serviços, com diversas opções de lazer, geralmente situado em área de amplo convívio com a natureza, e onde o hóspede não precisa se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento. Estes empreendimentos são verdadeiras bolhas de consumo que suscitam preocupação por promoverem, frequentemente, diversos impactos negativos nas comunidades locais nas esferas social, econômica, ambiental e espacial. Tais impactos são consideráveis, quando os empreendimentos são mal planejados e quando não se respeita a legislação ambiental vigente ou se exclui a comunidade local.

---

[1] ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE RESORTS. *O que é um resort.* Disponível em: <http://www.resortsbrasil.com.br/resorts_brasil.aspx>. Acesso: 08/08/2012.

Na Europa, estes empreendimentos tinham funções terapêuticas até o fim do turismo aristocrático moderno por volta de 1929, e posteriormente foram se tornando espaços de lazer de luxo (CORDEIRO et al., 2011). No Brasil, relata-se que o primeiro resort nas concepções modernas atuais, surgiu em 1979, na ilha de Itaparica, na Bahia, através do grupo internacional *Club Mediterranée*[2]. Atualmente, são mais de cem empreendimentos deste tipo no país, a maioria situados no Nordeste do Brasil, devido às características climáticas e paisagísticas. Muitos deles seguem a tendência do sistema *all inclusive*, onde todos os serviços e consumações estão inclusos no pacote previamente adquirido, conforme explica Cordeiro et al. (2011, p.362): Nesta "modalidade de hospedagem o hóspede paga, antecipadamente, por todas as despesas de sua estadia e, por esse motivo, sente-se no direito de usufruí-los ao máximo; o que implica seu confinamento".

Aliado aos diversos equipamentos e serviços de lazer, como restaurantes, lojas, atividades recreativas e musicais, este sistema integra a estratégia de manter o hóspede no estabelecimento durante toda sua hospedagem, satisfazendo todas suas necessidades dentro do próprio estabelecimento. A ideia é associar a imagem dos resorts a verdadeiros paraísos terrestres e criar uma falsa ilusão de estar sendo servido de forma especial, em frente a uma bela praia e/ou piscina sem ter que se preocupar com nada. Neste sentido, "longe de ser fruto do acaso, a estrutura requintada e padronizada, bem como a localização geográfica (principalmente esta última) dos resorts obedece a uma lógica racional de acumulação capitalista" (CORDEIRO et al., 2011, p.362).

Para incentivar esses espaços globalizados e megaprojetos turísticos no nordeste do Brasil, o governo federal adotou o Programa de Desenvolvimento Turístico (PRODETUR), que foi financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), seguindo o modelo de Cancún, no México. Neste aspecto, a construção de resorts está associada à noção de desenvolvimento e modernização, envolvendo uma tendência de urbanização padronizada e de hospedagem com características globais, ou seja, relativamente semelhantes em todos os destinos turísticos. Isto tudo nos leva a discutir sobre conceitos de "não lugar" (AUGÉ, 1998b), "desencaixe-tempo"

[2] BRASIL VIAGEM. *Resorts dos Sonhos*. Disponível em: <http://www.brasilviagem.com/materia/?CodMateria=73>. Acesso em: 08/08/2012.

(GIDDENS, 1995), “desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2009; MENDONÇA, 1999; MOLINA E.,2001; MURPHY, 2001), entre outros.

Partindo do pressuposto de que a produção de lugares turísticos está relacionada com a fetichização de alguns destinos e de que o turismo de massa vem instigando cada vez mais o consumo efêmero e a superficialidade da relação do turista com o lugar, buscou-se entender que tipo de desenvolvimento os resorts estão trazendo para as localidades e, sobretudo, que tipo de impactos eles vêm provocando nas comunidades locais. Impactos tais como “a descaracterização ambiental, a degeneração das culturas locais, a prostituição” (CORIOLANO *apud* GUEDES, 2005, p.22), bem como o aumento da violência, o turismo sexual, a poluição, entre outros impactos já percebidos em destinos como a Praia de Pipa-RN, Costa do Sauípe-BA e Porto de Galinha-PE.

Na Paraíba, a inserção desse tipo de estabelecimento é relativamente recente, pois somente em 2009 o primeiro resort foi inaugurado no Litoral Sul do estado. Atualmente, existe um segundo empreendimento em fase de construção e mais três projetos em fase de licenciamento. Entre eles, um tem sido alvo de polêmica por estar sendo projetado para se instalar na área de proteção ambiental (APA) de Tambaba, onde há uma área da praia reservada à prática de naturismo. As repercussões deste processo que mobilizou diferentes grupos contrários ao resort, representam um momento importante para o turismo do estado, sendo, por isso, de extrema importância a realização desta pesquisa como forma de avaliar os impactos destes empreendimentos que têm como foco o resort de praia. A preocupação aumenta com a influência da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 – a serem realizados no Brasil – na aceleração da construção desses empreendimentos turísticos, sem um estudo mais detalhado para a licença de instalação.

Em resposta a essas críticas, muitos resorts têm apresentado ações de responsabilidade socioambiental, utilizando algumas vezes o termo “eco-resort” na sua denominação. Esta mudança de paradigma é vista, por um lado, como marketing e por outro, como um esforço da esfera privada em incluir as comunidades locais e o meio ambiente nas suas preocupações, o que precisa ser analisado com cuidado e de forma não generalizada.

Guerra Filho e al.(2009, p.4), acreditam que a inserção e o envolvimento dos resorts nas causas locais possuem resultados positivos para ambos os lados e

podem evitar/amenizar os conflitos socioambientais, por isso o relacionamento do resort com a comunidade em seu entorno “é de extrema importância para se desenvolver uma convivência harmoniosa e humanizada, bem como uma demonstração de compromisso e interesse com os assuntos da comunidade local”. Resta saber se essas ações são suficientes e eficazes frente aos impactos causados e se podem contribuir efetivamente com o chamado desenvolvimento sustentável. Trata-se de questionar este modelo de turismo convencional excludente, considerando a possibilidade de pensar os resorts em uma perspectiva mais sustentável indicando formas ou modelos alternativos de incluir as comunidades locais nesse processo.

Neste contexto, o presente estudo pretende analisar o processo de inserção de resorts no Litoral Sul da Paraíba e seus impactos socioambientais nas comunidades locais, contribuindo, *pari passu*, com a discussão sobre o aspecto desenvolvimentista do turismo na era da globalização. Para isto, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o mercado de resorts dentro do fenômeno do turismo na sua perspectiva desenvolvimentista e promovedora de contradições sócio-espaciais.
- Analisar a construção do mercado de resorts no Litoral Sul da Paraíba, a partir das políticas de turismo do município de Conde e sua adequação com a legislação ambiental vigente.
- Avaliar os impactos socioambientais dos resorts nas comunidades locais sob a ótica do setor privado, setor público e comunidades locais.
- Detectar possibilidades de implantação de formas e modelos alternativos do turismo que priorizam os interesses das populações locais.

Como hipótese, considerou-se que os resorts da área estudada provocam diversos impactos socioambientais nos locais onde se instalam e não contribuem para o desenvolvimento do turismo sustentável porque a sua inserção não traz os benefícios econômicos esperados para a localidade e provoca a exclusão das comunidades locais.

A pesquisa, de abordagem quanti-qualitativa, foi realizada no período de novembro de 2011 a agosto de 2012, e contou com o auxílio de técnicas da bola de neve (BIERNACK e WALDOF, 1981) e da observação direta. Optou-se por delimitar

o universo da pesquisa ao município de Conde, onde há um resort já em funcionamento. Os resorts dos municípios de Alhandra e Pitimbu, cujos processos de licenciamento ainda estão em fase inicial foram estudados exclusivamente dentro da pesquisa documental.

Além disso, a pesquisa foi caracterizada como exploratória - por abordar questões ainda pouco trabalhadas na literatura - e descritiva - por visar descrever a percepção dos atores envolvidos. Envolveu ainda uma pesquisa de campo, um levantamento bibliográfico sobre os conceitos utilizados, bem como uma pesquisa documental relacionada aos resorts estudados.

A pesquisa documental foi complementada pela realização de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com os gestores públicos, gestores privados do setor turístico e comunidades locais. O critério utilizado foi entrevistar as principais lideranças ou associações que melhor representassem cada setor.

No setor público, foram aplicadas entrevistas com o secretário de turismo do município de Conde, com a presidente da Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR) e uma arquiteta/urbanista da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA). No setor privado foram entrevistadas a gerente geral do Mussulo Resort, o líder da Associação de turismo Costa de Conde (ATCC), da Associação dos barraqueiros da Costa de Conde e da Associação Tambaba Nua. Por fim, nas comunidades locais, foram definidos como potenciais informantes as lideranças de associações comunitárias de assentamentos rurais, comunidades de pescadores artesanais, comunidades quilombolas e de moradores das praias. Deste modo, foram realizadas entrevistas com os líderes das seguintes entidades situadas próximo ao resort: a Associação Comunitária de Pesca de Jacumã, a Colônia dos Pescadores de Jacumã, a Associação dos Agricultores de Tambaba, o Assentamento Dona Antônia de Tabatinga, a Associação dos Moradores e Amigos de Tabatinga, a Comunidade quilombola do Gurugi e a Comunidade quilombola de Ipiranga.

Para o tratamento dos resultados optou-se pela análise de conteúdo (BARDIN,1997) e pela tabulação das questões abertas mediante o processo de categorização (DENCKER, 1998). Os resultados obtidos serão demonstrados por meio de tabelas, quadros e análise qualitativa dos dados.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, foi discutido o turismo como fator de desenvolvimento e produção de contrastes socioespaciais,

situando os resorts dentro do contexto desenvolvimentista de urbanização turística e produção de espaços exclusivos para o lazer. O segundo capítulo foi destinado aos procedimentos metodológicos da pesquisa de forma a contextualizar a área estudada e detalhar os métodos e técnicas utilizados. O terceiro capítulo foi destinado aos resultados da pesquisa de campo, fazendo um diagnóstico das políticas públicas, legislação ambiental e impactos socioambientais dos resorts construído/em construção do Litoral Sul da Paraíba. Por fim, o quarto capítulo traz uma reflexão sobre a possibilidade de modelos alternativos de turismo que priorizam a responsabilidade socioambiental e a inclusão das comunidades locais na própria gestão do turismo. Neste caso, foram apresentadas ações e modelos que possam amenizar os impactos negativos do turismo e dos empreendimentos do tipo resort.

1. O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE CONTRASTES SOCIOESPACIAIS

Compreender o turismo em sua perspectiva desenvolvimentista implica avaliar a produção de espaços para o consumo do lazer, bem como as complexidades que o fenômeno provoca nas localidades com o advento da urbanização turística. Embora a atividade tenha sido comparada a uma “indústria sem chaminés”, já foi comprovado que a falta de planejamento adequado e o reordenamento do território para fins turísticos traz uma série de impactos nas comunidades locais, que associados aos megaprojetos turísticos e, em especial, os empreendimentos do tipo resorts, suscitam grande preocupação. Daí emergiu uma discussão no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento imposto em diversas localidades que trazem o discurso da modernização e padronização dos produtos e serviços de forma a atingir a excelência de qualidade proposta pelo sistema global capitalista. Desta forma, este primeiro capítulo busca verificar o lugar dos resorts dentro desse modelo desenvolvimentista de turismo, apresentando suas características e discutindo os fatores de sustentabilidade desta atividade, bem como os impactos, as políticas públicas de incentivo aos resorts e suas implicações nas esferas econômica, social, ambiental e espacial.

1.1 O TURISMO E A PRODUÇÃO DOS NÃO LUGARES

No contexto da globalização, o turismo de massa, difundido no pós-guerra, após 1950, foi responsável pelo enorme fluxo de pessoas em todo o mundo. Estima-se, por exemplo, que as chegadas internacionais de turistas no mundo em 2011 atingiram a marca de 980 milhões, apresentando um aumento de 4,4% em relação ao ano anterior. E os gastos efetuados por turistas estrangeiros no Brasil chegaram ao valor de US$ 6,775 bilhões, 14,46% a mais do que no ano anterior (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012), o que nos revela a dimensão e o poder econômico da atividade turística.

É importante lembrar que as cidades modernas se voltaram para o consumo e o lazer somente após a Revolução Industrial e Urbana do século XVIII, como resultado do crescimento econômico da época. Por estes motivos, alguns autores consideram as cidades turísticas “como um exemplo expressivo da cidade pós-

moderna" (MULLINS *apud* LUCHIARI, 2000, p.107). Com o surgimento da sociedade urbana industrial, e posteriormente com a institucionalização das férias remuneradas, o tempo não produtivo ou de ócio foi se destinando progressivamente ao lazer e às viagens, como uma forma dos trabalhadores se ausentarem da realidade estressante da rotina de trabalho assalariada do sistema capitalista. As férias remuneradas, assim como o desenvolvimento de tecnologias de transporte, permitiram uma maior democratização do turismo e um fluxo maior de informações e pessoas. Alguns autores sugerem que o turismo de massa iniciou-se na Inglaterra durante a revolução industrial com "a ascensão da classe média e o advento de meios de transporte relativamente baratos" (THEOBALD, 2001, p.27). Além disso, este mesmo autor explica que:

> A criação das linhas aéreas comerciais, depois da Segunda Guerra Mundial, e a evolução dos aviões a jato na década de 1950 assinalaram o rápido crescimento e expansão das viagens internacionais. Esse crescimento permitiu o desenvolvimento de um novo e importante setor, o turismo.

Aliado a isto, o tempo livre passou a estar bastante associado ao tempo de consumo nas sociedades pós-modernas, pois este tempo livre remunerado adquirido pela classe trabalhadora dos movimentos sindicais, desde o século XIX, se converteu progressivamente "em ato consumista dos espaços de comércio, de serviços e de lazer, de forma cada vez mais acrítica e cada vez mais intensa" (RODRIGUEZ, 1999a, p.8). É certo que o turismo é uma atividade de grande potencial cultural, onde se pode adquirir muitas experiências e conhecer diversas realidades, mas na esfera econômica, o turismo seguiu mercadologicamente os mesmos princípios de qualquer atividade econômica do capitalismo, onde o importante é consumir. É quase como um círculo vicioso onde se trabalha para produzir e incentivar o consumo e onde se descansa consumindo e gerando trabalho para outras pessoas, isto quer dizer que estamos sempre consumindo, seja uma passagem aérea, um quarto de hotel, um passeio de barco, uma apresentação artística, um bilhete de cinema, etc. Neste sentido, para Rodrigues (1999a, p.8) "a deturpação da ideia de tempo livre chegou ao ponto de as pessoas não saberem diferenciá-lo do tempo de não-atividade econômica" uma vez que o que é ócio para uns, é trabalho para os outros.

Diante dos benefícios econômicos trazidos pelo turismo nos países emergentes, este foi visto erroneamente como única alternativa de desenvolvimento

para diversas localidades. Mas o surpreendente é que a vocação turística de um lugar não depende mais exclusivamente de seus atrativos naturais, podendo ser construída artificialmente pelo poder econômico e político através da criação de espaços materializados para o consumo e lazer tais como parques temáticos, resorts, praias artificiais, *shoppings centers*, redes de *fast food*, entre outros (LUCHIARI, 2000).

Os turistas deste modelo globalizante são chamados de psicocêntricos e, geralmente, "são motivados por campanhas publicitárias" (IGNARRA, 2003, p.18). Esse tipo de turista busca destinos padronizados onde se sintam seguros e familiarizados, isto é, viajam sempre nos mesmos ônibus, mesmas cabines de avião, mesmos hotéis climatizados com semelhantes cafés da manhã com o intuito de reconhecer paisagens pré-concebidas e divulgadas pela mídia especializada (revistas, folders, etc.).

Seguindo este modelo, o turista não é livre para estabelecer seu itinerário e seu tempo, pois são guiados por agências especializadas que controlam todos seus passos e horários, fazendo da viagem um momento tão estressante quanto sua rotina de trabalho. Isto acontece nos pacotes turísticos que programam e controlam o tempo e espaço do turista, que acaba ignorando "a identidade do lugar, sua história, cultura, modo de vida" e produzindo "a não relação, o não conhecimento, o distanciamento dado pelo olhar orientado e vigiado que predetermina, preconcebe" (CARLOS, 2002, p.28), conforme descrição abaixo:

> Os *city-tours* são bastante característicos desse passar, realizam as imagens vendidas pela publicidade: Paris e a torre Eiffel, Roma e o Coliseu, Nova York (que na realidade é Manhattan) e os Tuwins ou o Central Park, Londres e o Big Bem, Los Angeles com seus bulevares e a Universal Studios, Buenos Aires e a Plaza de Mayo, Rio de Janeiro e Copacabana, etc. E, assim, vai numa sequência interminável onde cada lugar se representa por um signo sem significado reduzido [...]. A cidade transformada numa ou duas imagens perde seu significado, seu conteúdo (CARLOS, 2002, p.30).

Estes turistas passam tão rapidamente nos pontos turísticos e obedecem passivamente aos itinerários estabelecidos com o único objetivo de fotografar e registrar sua passagem, criando uma "ideia de reconhecimento do lugar, mas não o seu conhecimento" (CARLOS, 2002, p.29), onde se viaja não para descobrir novas paisagens, mas sim reconhecê-las (AUGÉ, 1998a). Desta forma, "o sentido de conhecer um lugar se transforma ou se realiza no testemunho da compra: as camisas e as blusas do Hard Rock Café espalhadas pelo mundo, as inúmeras

camisetas, bolsas, chaveiros, etc., estampando o nome de lugares sedutores" (CARLOS, 2002, p.30). No caso dos resorts, este distanciamento entre o turista e o lugar é ainda mais evidente transformando os *souvenirs* - comprados muitas vezes dentro dos próprios estabelecimentos - as únicas provas de visita a um determinado local. Com a globalização, estes objetos tornaram-se homogeneizados, podendo ser encontrados em qualquer lugar do mundo, mudando apenas o nome do destino. Contudo, os turistas ainda sentem a necessidade de acumular testemunhos de compras (*souvenirs*) para provar que vivenciaram um lugar (AUGÉ, 1998a).

O turismo virou um negócio tão lucrativo que a cultura, as práticas artesanais, as festas tradicionais, as comidas típicas, tudo se comercializa e até mesmo o que já não existia mais nas comunidades ressurge de forma artificial, se houver demanda turística, conforme explica Luchiari (2000, p.105): "Não importa se a função social de determinadas formas e práticas não é a mesma. O turismo reinventa e cria novas funções, recupera antigas práticas e bens culturais por meio do folclore, montando atrações turísticas para a região".

Nesta perspectiva, o espaço se transforma em mercadoria, de um lado pela mercantilização e ressignificação do valor de uso do espaço para o turismo, e de outro pela produção artificializada do espaço para o usufruto exclusivo do lazer (CARLOS, 2002; LUCHIARI, 2000). A chamada mercadoria-paisagem "é socialmente produzida como a matéria-prima do turismo" e é responsável pela mercantilização da natureza às manifestações culturais (OURIQUES, 2005, p.49).

Para Carlos (2002, p.25) este processo provoca "um sentimento de estranhamento" para os atores locais e ao mesmo tempo transforma tudo em espetáculo onde o turista é apenas um espectador passivo, que ilusoriamente acredita na aparente liberdade das viagens de lazer, quando na realidade estão sempre contemplando "cenários ilusórios, vigiados, controlados". Com tais características, os destinos turísticos se tornam padronizados, criando falsas realidades, fantasias, que muitas vezes não correspondem à identidade local. (YCARIM, 2001; GASTAL, 2003). Nesta "sociedade do espetáculo" o importante é produzir e vender as imagens construídas de um destino, que chegam a substituir a realidade (OURIQUES, 2005). E se antes procurava-se transformar o imaginário em realidade, atualmente, a realidade se esforça para reproduzir a ficção (AUGÉ, 1998a).

O conceito de lugar e não-lugar, de Marc Augé (1998b), se insere bem neste contexto, onde o autor parte da noção do lugar antropológico distinguindo-o com base em três características: a) identitária, porque define um grupo como unidade a partir do lugar de nascimento; b) relacional, pois corresponde às relações de coexistência entre aqueles que o habitam; c) histórica, uma vez que conjuga a identidade e a relação definindo uma estabilidade mínima no tempo entre um determinado grupo ou comunidade. Para Augé (1998b), o lugar antropológico é definido através de uma construção concreta e simbólica do espaço, diferentemente dos "não lugares", que para ele, são produtos da sobremodernidade, onde as identidades se inventam, as relações diminuem, a realidade se confunde com a fantasia e isto tudo gera uma complexidade. Nesta concepção, os "não lugares" seriam espaços que não são identitários, nem relacionais nem históricos bem como dispositivos e métodos que visam à circulação de pessoas - como, por exemplo, os resorts, os aeroportos, etc.

Partindo desse pressuposto, os espaços turísticos, com tais características, seriam como não-lugares, espaços vazios ou falsos lugares, se opondo a noção sociológica de "lugar", isto é, à ideia de uma cultura localizada no tempo e no espaço (AUGÉ, 1998b):

> O não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo, o próprio espetáculo já apreendido nas palavras e nos estereótipos que comentam de antemão na linguagem convencionada do folclore, do pitoresco ou da erudição (AUGÉ, 1998b, p.45).
>
> A viagem, aqui não é tomada senão como um exemplo notável porquanto combina um movimento e um olhar daquilo que o nosso relacionamento com o próximo no mundo contemporâneo tende a se converter: uma relação abstrata na medida em que passa por uma espetacularização do outro (AUGÉ, 1998b, p.46).

Na concepção de Carlos (2002, p.3), os não lugares produzem, na atividade turística, simulacros de lugares através da não identidade assim como "comportamentos e modos de apropriação" destes lugares. Além disso, esses "não-lugares" produzem um comportamento, um modo de visitar os lugares que se caracteriza pela não relação e distanciamento do turista com a realidade e comunidade receptora local.

Giddens (1995) complementa esta ideia com o conceito de "desencaixe tempo-espaço" para explicar o movimento da sociedade tradicional para a moderna. Ele sugere que o dinamismo da sociedade moderna provocou a separação do tempo

e do espaço nas relações sociais, variáveis que coincidiam amplamente nas sociedades pré-modernas que tinham a dimensão temporal e espacial dominadas pela “presença”. Na modernidade, esta mudança fomentou as relações com outros “ausentes”, no qual o local perde a conexão e se torna distante. Para Giddens (1995), essa mudança está atrelada ao acelerado processo de globalização, que remete às relações múltiplas que independem da unidade espacial.

> Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determina a natureza (GIDDENS, 1995, p.27).

O conceito de “desencaixe” parece funcionar perfeitamente nos espaços construídos e destinados ao turismo de massa, uma vez que os não-lugares - como os hotéis, parques temáticos, aeroportos e *shopping centers* - são todos descritos por Augé (1998b) como lugares de transitoriedade, onde não há uma ligação estreita entre os indivíduos e a localidade, e onde prevalece a superabundância de acontecimentos, de imagens e a individualização das referências.

Ortiz (2006) adverte que a globalização oriunda da sobremodernidade tem provocado algumas outras transformações como a imposição do inglês como idioma oficial embaçando as línguas locais e nacionais, e o surgimento de algumas cidades turísticas como “miniaturas da modernidade-mundo”, que funcionam como espaços des-localizados.

> Basta olharmos a *EuroDisney*. Logo ao chegar, o visitante percebe que se encontra num lugar de memória. Para se ter uma visão de conjunto, ele pode, utilizando o “Expresso *EuroDisney*”, optar em dar uma volta panorâmica pelo parque. [...] inicia-se um mergulho no tempo. O trem, a roupa dos empregados, os jornais distribuídos na estação, tudo sugere que nos retraímos ao passado. Caso nossos olhos nos traíam, os folhetos da empresa garantem a veracidade desta ilusão (ORTIZ, 2006, p. 129).

Nesta perspectiva, o “passado, presente e futuro se fundem, se confundem. O tempo torna-se sincrônico.” (RODRIGUES 1999a, p.33), e são essas características que tornam o cenário turístico um mundo de “faz-de-conta”, onde os turistas viajam para diversos destinos em diferentes tempos e distantes do verdadeiro lugar (YCARIM, 2001). Portanto, como afirma Carlos (1999, p. 32), os lugares produzidos pela indústria do turismo perdem o sentido, a história, a identidade, tornando-se um

espaço vazio, no qual “o lugar é apenas o que pode ser visto, fotografado e depois esquecido”.

Ouriques (2005), por exemplo, discute a produção do turismo numa perspectiva fantasmagórica. Sua análise está centrada na dimensão globalizada do turismo onde o autor faz críticas às concepções desenvolvimentistas do turismo que criam esse fetiche de que a atividade será a solução mágica para as cidades que necessitam crescer economicamente e gerar emprego e renda.

Desta forma, o modelo de turismo de massa aqui descrito traz a necessidade de uma urbanização turística padronizante onde as paisagens são criadas e transformadas para o turista, produzindo “formas contemporâneas de especialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis” (LUCHIARI, 2000, p.106). A criação de infraestrutura para o turismo contribui com a transformação do lugar em não lugar, na medida em que os tornam, muitas vezes, sem características específicas locais e seguem modelos globalizados de urbanização litorânea. No município de Conde, por exemplo, esta tendência pode ser percebida com a retirada das barracas da orla de Coqueirinho, por questões ambientais, mas, sobretudo, estéticas, para a implementação de um centro turístico que contará com barracas padronizadas, uma praça de eventos e lojas de artesanato.

Muitas críticas são apontadas a este modelo que valoriza a espetacularização da cultura e banalização da autenticidade. Luchiari (2000), por exemplo, lembra que este modelo segue a lógica da descoberta, exploração e destruição, onde a descoberta é, geralmente, feita pelas elites e aventureiros e as duas últimas etapas são conferidas ao turismo de massa. Desta forma, o turismo segue as mesmas regras do mercado e racionalidade capitalista, onde transporte, cultura, tudo vira mercadoria. Aliado a isto, fragmentam-se os lugares, afastando o turista do que é feio e pobre. Por estas razões, este modelo promove um desenvolvimento excludente e promotor de desigualdades e contradições sócio-espaciais, chegando a reforçar a hierarquia social por meios de espaços diferenciados, fechados, exclusivos para os turistas (CARLOS, 2002) como é o caso dos resorts.

1.2 A DIFÍCIL CONCILIAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

A atividade turística, assim como outros setores da economia, também se depara com os limites dos recursos naturais disponíveis e os grandes impactos (positivos e negativos) gerados nas diversas esferas (social, ambiental, espacial, econômica). A conciliação entre crescimento econômico, que promova desenvolvimento, e a questão ambiental é uma polêmica que se arrasta há muitos anos e na qual, na maioria das vezes, o que prevalece são os objetivos econômicos. Esse fenômeno atual intitulado de "crise ecológica" nos remete as reflexões de Leff (2009, p.17) onde ele explica, no seu livro *Saber Ambiental*, que esta crise ambiental vem discutir a racionalidade e os paradigmas econômicos, filosóficos, que incitaram e legitimaram o crescimento econômico, em detrimento da natureza:

> A degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana (LEFF, 2009, p.17).

Para compreender os efeitos dessa crise no turismo, é preciso partir de uma visão sistêmica da atividade. De acordo com Molina E. (2001, p.145) o turismo analisado dentro da perspectiva sistêmica é um sistema aberto, interdependente, que promove intercâmbios com o meio que o cerca, e que, por consequência, não é auto-suficiente, o que leva o autor a concluir que o sistema turístico não pode se expandir indefinidamente e que ele depende de uma série de variáveis dentre as quais se encontra "a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais". Seguindo sua lógica de raciocínio, neste "processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio" (MOLINA E., 1999, p.146) tem prevalecido a progressiva deterioração do ambiente. A crise ecológica nos espaços de uso turístico, ou confronto de forças, caracteriza-se pela poluição e deterioração ambiental dos destinos e passa pela:

> Crescente população de turistas, e de residentes permanentes, que esgotam os centros turísticos, e por sua necessidade de crescer quantitativamente por meio da atração e concentração de capitais, que posteriormente, transformam-se [...] em unidades produtoras de serviços turísticos que apoiam sua operação em uma tecnologia prejudicial à qualidade ambiental (MOLINA E., 1999, p.147).

Beni (2001, p.47) também compreende o fenômeno do turismo numa perspectiva sistêmica, no qual este sistema é constituído por "subsistemas

identificados nos conjuntos das Relações Ambientais, da Organização Estrutural e das Ações Operacionais do chamado SISTUR" (Sistema de Turismo), isto é, "os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, da superestrutura, do mercado, da oferta, da demanda, de produção, de distribuição e de consumo". Este sistema aberto e interdependente, apresentado por Beni (2001), defende a exploração racional do turismo, mas esse equilíbrio entre todas as esferas é o grande desafio da atividade.

Teoricamente, o turismo baseia-se "na exploração de recursos naturais de caráter renovável, ou seja, inesgotáveis para o processo de produção que termina com a apresentação do produto final" (MOLINA E., 1999, p.62), mas na realidade, o turismo do modelo globalizante foi se transformando em atividade econômica "predatória dos recursos naturais" quando mal planejada.

No entanto, o turismo é visto, muitas vezes, como a solução para o desenvolvimento de uma localidade e a geração de emprego e renda, por isso, muitas localidades procuram se inserir no mercado turístico em busca desses benefícios. Dentre eles, podemos citar a geração de emprego e renda bem como o desenvolvimento de infraestrutura local (acesso, indústrias, novas empresas, etc.). De acordo com Ignarra (2003, p.78), o turismo pode trazer ainda outros benefícios como: "gerar divisas estrangeiras", "favorecer o entendimento e a paz mundiais", "criar uma imagem externa favorável da localidade", "incrementar o Produto Nacional Bruto", "ter um grande efeito multiplicador", "justificar a proteção e o melhoramento das condições ambientais", entre outros.

Do ponto de vista econômico, é certo que o turismo traz muitos impactos positivos e seu "efeito multiplicador" promove o aquecimento de outros setores da economia, tais como a comercialização do artesanato local e o aumento de consumo de combustível, conforme explicam Archer e Cooper (2001, p.88):

> O crescimento do turismo [...] pode fornecer também um incentivo monetário para a comunidade de muitos artesanatos artísticos locais, ao passo que os hotéis para turistas criam um mercado para a produção local. Na verdade a introdução de uma indústria de turismo em tais áreas pode ter um efeito proporcionalmente muito maior sobre o bem-estar da população residente do que o resultante da mesma quantidade de turismo em partes mais desenvolvidas do país.

Por outro lado, existe uma outra vertente que questiona a eficácia da atividade turística como fator de desenvolvimento. Nesta visão, argumenta-se que o turismo tem um papel neocolonizador, criador de laços de dependência, que provoca

diversos impactos ambientais e uma alta informalidade dos empregos, de qualidade questionável (DELGADO, 2009). Neste sentido, o turismo também pode, concomitantemente, promover alguns impactos negativos, tais como a especulação imobiliária, os empregos de baixa remuneração para comunidade local, o aumento da prostituição, a espetacularização da cultura, a propagação de doenças oriundas de outros países ou cidades, a destruição de ambientes naturais não renováveis, o aumento da poluição e do lixo, entre outros. Além disso, muitas vezes, os equipamentos turísticos também não se harmonizam com o ambiente local e os "efeitos não são apenas cênicos, uma vez que o lixo e o esgoto desses empreendimentos frequentemente são descartados sem tratamento e poluem os rios e os mares das áreas de férias". (ARCHER e COOPER, 2001, p.96).

Desta forma, o turismo é entendido como uma atividade complexa e contraditória, uma vez que mesmo ocasionando alguns impactos socioambientais negativos também representa "uma força positiva que ajuda a conservar o ambiente" (ARCHER e COOPER, 2001, p.97), pois o meio ambiente é a primeira base da consolidação de um destino, e sua deterioração significa perda de interesse dos turistas e empresários. Na esfera ambiental, por exemplo, tais impactos ambientais vão depender de algumas variáveis:

> A extensão e a natureza dos danos ambientais e ecológicos causados pelos turistas dependem da magnitude do empreendimento e do volume de visitantes, da concentração do uso em termos tanto espaciais quanto temporais, da natureza do ambiente em questão da natureza dos métodos de planejamento e de gerenciamento adotados antes e depois de o turismo se desenvolver. (ARCHER e COOPER, 2001, p.97).

Diante deste contexto, e devido às pressões da mídia e das ONGs ambientalistas, muitas empresas e o próprio setor público se viram obrigados a repensar os modos de planejamento e desenvolvimento do turismo dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável, o que ainda não é unanimidade nem tampouco obrigatório. Isso ocorreu não apenas por uma questão ideológica de alguns agentes, mas pelo fato de que "o interesse do turismo no desenvolvimento sustentado é lógico, pois constitui uma indústria que vende o meio ambiente, físico e humano como seu produto. A integridade e a continuidade desses produtos tornaram-se a principal preocupação do setor" (MURPHY, 2001, p.187-188).

Vale ressaltar que a preocupação com o desenvolvimento sustentável se tornou mais evidente no Brasil a partir dos anos 60 quando a questão do crescimento econômico ilimitado foi criticada por diversos pesquisadores da época

que acreditavam que “o mundo não poderia arcar com a quantidade de recursos consumidos e a poluição criada pelo crescimento econômico” (SWARBROOKE, 2000, p.6). Para Leff (2009, p.15), o princípio de sustentabilidade surgiu “no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”, questionando as bases da produção econômica, ou seja, o próprio capitalismo.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido com a divulgação do Relatório Brundtland, em 1987, que apresentava os princípios do desenvolvimento sustentável e sua necessidade imperativa para os próximos anos para garantir a sobrevivência da Terra e das espécies, e posteriormente, com a Conferência de Cúpula do Rio, em 1992, que apresentou a Agenda 21 que enfatizava, por sua vez, o problema do aquecimento global e as principais metas a serem adotadas pelos países participantes “para regulamentar o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade” (LEFF, 2009, p.20).

A indústria do turismo também foi pressionada e influenciada por este conceito, e foi a partir da década de 1980 que os estudantes, profissionais e gestores do turismo começaram a considerar as implicações do Relatório de Brundtland nas suas atividades (SWARBROOKE, 2000). Nesta época, surgiu o conceito de “turismo sustentável” e “turismo verde”, que defendia “a redução dos custos e a maximização dos benefícios ambientais do turismo” (SWARBROOKE, 2000, p.13). Nos anos 90, a expressão “turismo sustentável” se tornou mais frequente e enfatizava a importância da comunidade local no desenvolvimento da atividade. Embora não haja um consenso sobre a definição de turismo sustentável devido a sua complexidade, Swarbrooke (2000, p.19) apresenta duas delas: “Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades” e “turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”.

Como resposta a esta crise ambiental e às pressões citadas, surgiram certificações ambientais, modelos alternativos, como o ecoturismo, e outras estratégias que ainda não são unanimidade e não resolvem a complexidade da questão ambiental. No discurso ambientalista mais crítico, permeia a ideia de que

essas ações paliativas ou tecnologias ambientais promovidas pelo sistema capitalista não irão resolver a crise ambiental, mas sim legitimar o crescimento econômico dentro do sistema econômico vigente, o que não deixa de ser uma grande verdade e desafio da humanidade. Leff (2009, p.28), por exemplo, acredita que o "discurso do desenvolvimento sustentável funciona como uma ideologia para legitimar as novas formas de apropriação da natureza" e que a solução para a crise ecológica passaria por uma mudança de racionalidade produtiva através da construção de uma racionalidade ambiental que oriente a transição para um desenvolvimento sustentável, e isto requer, segundo sua visão, um conjunto de processos sociais:

> A formação de uma consciência ecológica; o planejamento transetorial da administração pública e a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais; a reorganização interdisciplinar do saber, tanto na produção como na aplicação de conhecimentos. A possível desconstrução da racionalidade capitalista e a construção de uma racionalidade ambiental passa, pois, pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns de diversos atores sociais (LEFF, 2009, p.135).

A crise ambiental - e consequente necessidade de rompimento de racionalidade - passa por uma crise de valores, comportamentos, estilo de vida e também é analisada amplamente pelo economista francês Sachs (2002). Ele utiliza o conceito de *ecodesenvolvimento* como sinônimo de desenvolvimento sustentável, numa abordagem que se fundamenta na harmonização dos princípios econômicos, sociais e ambientais, apresentando uma nova ética de desenvolvimento. Sachs defende a ideia de que o *ecodesenvolvimento* pressupõe cinco dimensões de sustentabilidade (econômica, ecológica, social, espacial e cultural) que devem se adequar às realidades locais.

Desta forma, fica evidente a complexidade e dificuldade de conciliação entre o crescimento econômico e a sustentabilidade no turismo. Atualmente, fala-se amplamente em desenvolvimento local, isto é, em um desenvolvimento que siga a dinâmica e necessidades de cada localidade e não um modelo imposto que não atenda às necessidades básicas da população, se tornando mais um fator de exclusão e degradação do que equidade social e sustentabilidade. Machado (2002, p.74) corrobora desta ideia ao afirmar que falta "um projeto nacional com metas diretamente vinculadas aos interesses locais /regionais e que, de fato, possibilite um desenvolvimento integral dos cidadãos, respeitando-se suas tradições e potencialidades de seus espaços ecologicamente vitais".

O desenvolvimento sustentável enfrenta ainda muitos outros entraves, como o fato de seus princípios não serem seguidos pelos países mais ricos e industrializados, a dificuldade de se chegar a acordos concretos, a influência da instabilidade das políticas públicas, a apropriação do discurso “verde” sem o verdadeiro comprometimento ético, mas apenas por interesses econômicos (economia de recursos renováveis) ou políticos (quando a sustentabilidade é pré-requisito para solicitação de verbas) entre outros exemplos. Além disso, a necessidade de se alcançar o grau de consumo atingido pelas sociedades industrializadas também é um fator a ser repensado. Por que todos os países devem desejar e seguir o mesmo modelo de desenvolvimento? Diegues (1996, p.24) aborda a questão com ênfase nas “sociedades sustentáveis”, acreditando que o problema reside no estilo de desenvolvimento e não no desenvolvimento sustentável designadamente. Deste modo, ele acredita que cada sociedade deve estruturar sua própria sustentabilidade “segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica”. O autor acredita que o conceito de sociedades sustentáveis parece ser mais adequado “na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural” (DIEGUES, 1996, p.25).

Não obstante os desafios indicados, o desenvolvimento local sustentável ainda parece ser o caminho mais indicado em direção a uma sociedade mais justa e consciente nas esferas econômica, social e ambiental. Trata-se de um processo lento e gradativo, porém necessário. É certo que toda atividade econômica é geradora de impactos, mas os impactos negativos podem ser minimizados quando se planeja a atividade turística seguindo os princípios da sustentabilidade.

1.3 O TURISMO DE RESORTS NO NORDESTE DO BRASIL E OS IMPACTOS NAS COMUNIDADES LOCAIS

No contexto do turismo global, encontra-se o mercado de resorts, que por serem grandes empreendimentos turísticos suscitam preocupação em relação aos impactos socioambientais causados nas localidades em que se instalam. Estes

espaços são destinados às novas elites contemporâneas que buscam em suas viagens conforto, luxo e serviço diferenciado.

De acordo com a Associação Brasileira de Resorts, o resort corresponde a "um empreendimento hoteleiro de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltado para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, no qual o hóspede não precisa se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento". Este tipo de empreendimento tem origem no século II A.C com os banhos públicos no Império Romano, que ofereciam diversas atrações, atividades e serviços, como ginásio, livraria, bares, restaurantes, lojas, museus e teatros. Nos Estados Unidos, surgiu no século XIX, como forma de acomodar os viajantes trazidos pelas ferrovias, mas no Brasil está relacionado com a instalação dos chamados *Club Méditerranée* na Bahia, na década de 1980.

Vale ressaltar que o ato de viajar entre as elites é bastante antigo, porém suas formas e objetivos se modificaram com o tempo. Desde o século XVI, por exemplo, na época das grandes navegações, "recomendava-se aos jovens da nobreza e da "classe média" inglesa viajar pelo continente a fim de completar seus conhecimentos e ganhar experiência pessoal" (PIRES, 2001, p.3). Já no século XVII, um dos espaços de luxo procurado pelas elites eram os centros termais, que se tornaram populares na Inglaterra e tinham configurações do tipo resort, considerando as devidas proporções. No início, estes espaços eram frequentados para fins medicinais e por um número reduzido de hóspedes, mas posteriormente se tornaram símbolos de status, uma vez que era moda imitar a família real, que para eles se dirigia "com grande aparato, conferindo prestígio a essas localidades" (PIRES, 2001, p.4) para usufruir das opções de entretenimento que eram oferecidos. Em meados do século XIX, a elite europeia e americana frequentava alguns hotéis luxuosos "como o Grande Hotel de Roma, em 1893, o Hotel Ritz de Paris, em 1898, o Hotel Carlton de Londres, em 1899." (PIRES, 2001, p.22).

No Brasil do século XIX, o fenômeno da "europeização" das elites, a vinda da Família Real e da nobreza lusitana também influenciaram os hábitos e costumes culturais. Nesta época, as viagens eram destinadas aos estudos em universidades europeias, sobretudo Coimbra, em Portugal (PIRES, 2001). No século XX, podemos destacar os navios transatlânticos como espaços de lazer com configurações luxuosas que atraiam um grande volume de passageiros, como foi o caso do famoso navio Titanic, em 1912. Foi somente na era do turismo moderno, pós-revolução

industrial, que as viagens de lazer se tornaram mais frequentes. E na atual era do turismo contemporâneo, que os espaços se tornaram cada vez mais luxuosos e modernos, como é o caso dos resorts.

Para Rodrigues (1999b, p.31) os resorts correspondem a “modelos de alojamentos produzidos pelo turismo global, em que as pessoas desfrutam de ambientes absolutamente familiares, onde até, e, sobretudo, a alimentação é estandardizada”, ou seja, estes empreendimentos incorporam a tendência da globalização já discutida anteriormente: “um bufê de café da manhã, em qualquer hotel cinco estelas, das megacadeias hoteleiras mundiais, é exatamente igual em Miami, em Benidorn, em Bangcoc, em Papeete, em Cancún. Afirma-se, sem exagero que o espaço foi desterritorializado”. (RODRIGUES, 1999b, p.31) E por tais motivos estes empreendimentos se enquadram perfeitamente na categoria de “não lugar” de Marc Augé (1998b).

Os resorts funcionam como “ilhas de prosperidade, criando um circuito privilegiado de consumo e produção” (OURIQUES 2005, p.95) que reúne no mesmo lugar uma variedade de produtos e serviços para que o turista não necessite deslocar-se de suas instalações internas em busca de atrativos ou entretenimento, mesmo porque tais empreendimentos estão, frequentemente, conectados com espaços externos – praias, lagos e montanhas, etc. – que fazem parte do conjunto arquitetônico que o turista paga para usufruir e tem o privilégio de contemplar por fazer parte do pacote (OURIQUES, 2005).

A maior concentração de resorts no Brasil encontra-se no Nordeste, devido às características do clima e paisagem, vista por muitos turistas, sobretudo estrangeiros, como “paraíso tropical”. Limonad (2007, p.4) explica que “a crescente inserção do Brasil no turismo internacional contribuiu para acelerar a ocupação e adensamento de locais na costa antes isolados e quase intocados”, como é o caso do Litoral Sul da Paraíba, que vem sendo invadido por hotéis e agora, mais recentemente, por resorts de grandes grupos coorporativos, que criam “territórios turísticos isolados do contexto em que se inserem” e “visam manter o turista, com segurança naquele espaço e atendendo a todas as suas necessidades de descanso, lazer e entretenimento” (SILVA e VIEIRA FILHO, 2009, p.12).

Estes empreendimentos são vistos como um sonho de consumo para os turistas onde tudo é pensado para sua comodidade e para que ele não precise se deslocar do estabelecimento. Por isso, tais empreendimentos suscitam muitas

críticas pelos impactos sociais que causam nas comunidades locais[3], como a segregação espacial das classes sociais e a exclusão social, uma vez que este tipo de turista, geralmente, não se relaciona com a comunidade local, é privilegiado por praias e áreas privatizadas, não deixa recursos para o comércio local e não traz emprego, já que estes empreendimentos, de porte internacional, exigem mão de obra mais qualificada e especializada. Segundo Limonad (2007, p.16):

> Os resorts são bolhas de consumo turístico global onde busca-se recriar "a cor e o clima local" de forma pitoresca e controlada [...] de modo a garantir uma experiência tropical única em um ambiente seguro e "inviolável", sem pedintes, sem odores estranhos, sem batedores de carteira, e com um "povo" limpo, educado e selecionado.

Além disso, como a maioria dos resorts situa-se em áreas que possuem atrativos naturais, existe uma ampla preocupação em relação aos impactos ambientais. No caso do Ceará, por exemplo, os resorts:

> Se instalam geralmente em locais proibidos, pois se localizam muito à beira do mar, como forma de atrair clientes e acabam menosprezando o impacto que geram. A maioria dos empreendimentos são alocados a menos de 25 metros da zona de berma, afetando a dinâmica natural de deposição de sedimentos ou então em campos de duna" (SAMPAIO e al.,2008, p.11).

Mendonça (1999, p. 21) lembra ainda que a paisagem se deteriora de diversas maneiras com a chegada do turismo, e no caso dos resorts, "a transformação dos espaços naturais para implementação de edificações é uma delas". A paisagem é alterada, muitas vezes, de modo negativo ou contrastando com a realidade local, se tornando privatizada e "muitas vezes, inacessíveis aos transeuntes em geral". Algumas vezes não existe se quer um saneamento básico que acompanhe o crescimento desses empreendimentos, ou eles são fornecidos unicamente nas proximidades dos resorts, se tornando uma bolha de consumo privada e um fetiche de paisagem que mascara a identidade e problemas locais. Tais impactos se agravam em períodos de alta temporada, com o aumento do lixo e quando "os despejos de fossas e esgotos acabam contaminando as praias, comprometendo a balneabilidade de suas águas" (MENDONÇA, 1999, p.22).

[3] O conceito de comunidade é definido por Buber (2008, p.50) como "a ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns, fé comum". Contudo, não se trata de considerar as comunidades a partir de critérios rígidos como uma unidade fechada e coesa, já que elas são permeáveis a influências externas.

É certo que grandes empreendimentos passam por um estudo de impacto - pelo menos, teoricamente, e quando são superiores a cem hectares - mas frequentemente, a diversidade e complexidade dos ecossistemas litorâneos não são bem avaliados, “sujeitando-se a critérios ambientais estreitos que não reconhecem a existência e interdependência de ecossistemas, não calculam as capacidades de sustentação, a localização da infraestrutura, do equipamento e das atividades dos turistas” (MOLINA E., 1999, p.57).

Uma das principais críticas direcionadas aos resorts reside na exclusão da comunidade local e de seu entorno nas preocupações dos empresários e turistas deste tipo de empreendimento, conforme explica Silva e Vieira Filho (2009):

> Os resorts muitas vezes se encontram desvinculados do entorno e da comunidade (NICOLETTIT, 2003:62), não geram renda nem emprego, não valorizam a cultura local como um atrativo turístico ou contribuem de alguma forma para a melhoria da qualidade de vida da população local. Esses empreendimentos são alvos de inúmeras críticas pelo fato de satisfazerem todas as necessidades dos turistas, o que reduz consideravelmente a oportunidade de os comerciantes locais beneficiarem-se com a presença dos turistas, que poderiam adquirir *souvenirs* e utilizar os serviços locais, como restaurantes, lanchonetes e táxis (SILVA E VIEIRA FILHO, 2009, p.5).

Krippendorf (2000, p. 56) utiliza a expressão “férias em guetos” para designar formas artificiais, construídas sob medida, para o descanso e lazer. Esta categoria compreende todos os novos complexos hoteleiros, as cidades, parques e loteamentos de férias “que não nasceram do desenvolvimento de uma aldeia, e que estão situados bem no meio de um prado nos Alpes ou a beira sabe-se lá de que bela praia”. O autor concorda com o fato de que os turistas não sentem necessidade de sair desses espaços, citando o *Club Méditerranée* como “a versão mais perfeita do turismo em guetos” (KRIPPENDORF, 2000, p.57). Embora ele acredite que este tipo de turismo seja talvez “a maneira de viajar que produza menos efeitos negativos sobre o país visitado e a população local” (KRIPPENDORF, 2000, p.57) pelo pouco contato entre o turista e a comunidade, o autor apresenta algumas críticas ao modelo, como o fato desses resorts trazerem pouco impacto econômico para economia local, pois estes empreendimentos importam quase tudo (da comida aos funcionários) e provocarem o sentimento de exploração por parte da comunidade receptora que utilizando sua expressão “tem que se contentar com migalhas” (KRIPPENDORF, 2000, p.59). Tais empreendimentos se apropriam do lugar e provocam o sentimento de exclusão social, e mesmo que não gerem impactos

ambientais (o que é sempre questionável pela quantidade de recursos naturais que utilizam), podem constituir uma forma acintosa de turismo que desdenha a comunidade local e se apresenta numa posição de superioridade ao impor um espaço privativo que deseja apenas desfrutar da paisagem e temperatura locais, chegando a ser classificado por alguns autores mais críticos como uma forma de neocolonialismo.

Este estudo contesta esta concepção de resort que não causa impacto ambiental, pois por definição os resorts são grandes empreendimentos que requerem no mínimo uma grande quantidade de água e energia, entre outros aspectos importantes que suscitam atenção como o lixo, a rede de escoamento de esgoto, etc. No complexo turístico – hoteleiro Costa do Sauípe, por exemplo, situado na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia, Andrade et al. (2002) assinalam alguns impactos ocasionados pela presença do resort: a implantação de um sistema de esgotamento sanitário que ocasionou o aterramento de lagoas naturais, a destruição de espécies da mata atlântica e matas ciliares, o lançamento do efluente sanitário no estuário do rio Sauípe colocando em risco espécies animais e vegetais dos manguezais, a restrição ao acesso das comunidades tradicionais às praias e aos manguezais de Barra de Sauípe, a privatização de uma área de restinga para instalação de equipamentos turísticos, um conflito fundiário entre os empresários e moradores/barraqueiros de uma área próxima ao manguezal, a especulação imobiliária e "a limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica da região estudada para a extração de palha de piaçava, importante matéria-prima de produção do artesanato local" (ANDRADE et al., 2002, p.15). Desta forma, tais empreendimentos são vistos "como enclaves de riqueza e tecnologia em meio a um contexto regional empobrecido e sem infraestruturas e serviços" (LIMONAD, 2007, p.19). Os resorts produzem no espaço globalizado, um lugar que nega seu entorno, constituindo-se, portanto, em um não lugar.

Contudo, para os gestores públicos, em geral, os resorts são sinônimos de modernidade e de desenvolvimento, predominando sempre o discurso dos benefícios econômicos para a comunidade por meio do emprego e aumento da renda. E, mais ainda, como um grande estímulo ao turismo internacional no modelo globalizante, que demanda empreendimentos turísticos modernos e de alto padrão

internacional, pois os atrativos naturais e a cultura exótica e/ou diversificada já não são suficientes para a consolidação de um destino.

1.4 O PAPEL DO PRODETUR NA POLÍTICA DE MEGAPROJETOS TURÍSTICOS E AS ALTERAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS RESULTANTES DA INSERÇÃO DE RESORTS

No Nordeste, o turismo de resort segue a lógica da construção de megaprojetos turísticos, que faz parte das políticas de turismo do Brasil desde a década de oitenta, onde é notória a concentração de infraestrutura básica (saneamento, pavimentação, etc.) e de apoio (hotéis, restaurantes, etc.) no entorno dos equipamentos turísticos. Isto ocasiona uma segregação socioespacial do destino que exclui do cenário turístico aquilo que é considerado feio/ pouco desenvolvido e traz uma modificação da paisagem local, se contrapondo ao discurso de que o desenvolvimento trazido pela atividade abrange toda a cidade na qual ele é inserido, uma vez que este modelo atende aos interesses do grande capital. Deste modo, não é por acaso que as áreas mais turísticas são também as mais urbanizadas, visto que a atividade requer infraestrutura de suporte (urbana) e turística (de apoio aos hóspedes). Este processo de construção de novas paisagens pela urbanização turística é explicado por Luchiari (2000, p.109):

> Este movimento entre o velho e o novo, acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer. A criação destrutiva da urbanização turística desafia a todo instante a sobrevivência de antigas paisagens e a resistência do lugar.

É importante lembrar que a construção de resorts foi (e ainda é) incentivada por duas políticas públicas: a Política de Megaprojetos turísticos, que “objetiva ampliar a infraestrutura hoteleira regional” e o Programa para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), que busca melhorar os “aspectos da infraestrutura básica e de acesso e aperfeiçoar o sistema institucional de gestão da atividade” (CRUZ, 2002, p.77).

A política de megaprojetos do Nordeste consiste na urbanização turística de trechos litorâneos, pouco ou nada urbanizados, e objetiva, sobretudo, ampliar a

infraestrutura hoteleira dos estados, tendo os respectivos governos dos estados como principais empreendedores. Entre os megaprojetos, Cruz (2002, p.80) cita:

1. O Projeto Parque das Dunas – Via Costeira (Natal – RN)
2. O projeto Cabo Branco (Paraíba)
3. O projeto Costa Dourada (Pernambuco e Alagoas)
4. O projeto Linha Verde (Bahia)

Um dos principais projetos foi o intitulado “Costa Dourada”, nas décadas de 1980 e 1990, cujo principal objetivo foi desenvolver a infraestrutura hoteleira do litoral sul de Pernambuco e do norte de Alagoas. Entretanto, o megaprojeto não obteve o êxito desejado em razão da falta de infraestrutura geral (acesso, saneamento, etc.), um grande problema a ser resolvido em todo o país. Neste contexto, o então presidente da época, Fernando Collor de Mello, criou, em parceria com a SUDENE e a EMBRATUR, “um programa que dotasse de infraestrutura as regiões nordestinas consideradas de vocação turística (ler-se regiões litorâneas)” e assim foi instituído o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) em 1992 (DELGADO, 2008, p.37). Este programa priorizou a implantação de infraestrutura de saneamento básico e de acesso (26,2% do volume total dos recursos, cerca de US$ 800 milhões); destinou aproximadamente 36,7% para obras múltiplas (disposição de lixo sólido, transporte, recuperação ambiental e do patrimônio histórico); 11% foram destinados à reforma e ampliação de aeroportos; e o restante foi destinado aos programas de qualificação de mão de obra e custos de operação.

O programa foi financiado com recursos externos, como explica Delgado (2008, p.37 *apud* BENI, 2006, p.27), de forma a inserir o Nordeste do Brasil na lista dos destinos turísticos internacionais e reforçou a ideia de padronização do desenvolvimento turístico seguindo o modelo globalizante:

> O PRODETUR/ NE foi estruturado com recursos externos, provenientes em sua quase totalidade do BID e do Banco Mundial (BIRD), tornando-se o programa por meio do qual o governo interviu na região através de ações de ordenamento e de alavancagem do processo de desenvolvimento turístico no território, notadamente com a implantação de infraestrutura básica (transporte, saneamento, energia), instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos em espaços considerados com vocação turística e definição para a expansão turística. Os recursos e investimentos destinados a esse programa foram concentradamente aplicados na construção e operacionalização dos aeroportos da região.

Apesar dos benefícios trazidos com o PRODETUR - NE, o programa recebeu algumas críticas por privilegiar o turismo de sol e mar em detrimento dos outros segmentos turísticos, que necessitam de mais atenção e investimento para sobreviverem, como o turismo comunitário e o turismo rural (DELGADO, 2008). Aliado a isto, o fato dos recursos terem sido destinados aos grandes receptores de turismo - já consolidados a nível regional e nacional - implicou no aumento das desigualdades sociais e econômicas entre as localidades turísticas. Atualmente, este fato já foi amenizado com iniciativas públicas federais como o programa de Regionalização do Turismo, que visa diversificar a oferta turística. Contudo, ainda critica-se a ausência da participação popular no processo de desenvolvimento das políticas públicas de turismo, uma vez que a imposição de modelos e ações sem o consentimento da população local pode gerar grandes conflitos sociais.

Na Paraíba, na década de 1990, o PRODETUR-NE financiou projetos como o Pólo Turístico Cabo Branco e o Plano Amanhecer, mas o problema da falta de continuidade das ações políticas devido às intrigas partidárias e de governo fez com que muitos projetos fossem abandonados (DELGADO, 2008).

Delgado (2008, p.39) explica que os investimentos do PRODETUR-NE no estado paraibano, e em sua primeira fase, ocorreram no campo das ações de "desenvolvimento institucional, saneamento na forma de abastecimento de água e esgotamento sanitário, projeto de transporte com a construção de rodovias, recuperação de patrimônio histórico, elaboração de projetos/estudos". O PRODETUR possibilitou ainda a criação da PB-008, rodovia que liga a capital paraibana, João Pessoa, aos municípios litorâneos, inclusive Conde, que abarca o primeiro resort do Estado. O programa foi considerado inovador por destacar a importância da infraestrutura urbana para o turismo e dar visibilidade à Paraíba e alguns municípios paraibanos, dando subsídios para que tais destinos pudessem competir com outros em nível nacional e internacional.

Entretanto, percebe-se que a modernização dos espaços litorâneos trazida pelo turismo de massa é parcial e superficial, porque ela é "social e espacialmente restrita" (CRUZ, 2002, p.147), limitando-se a poucos territórios e a uma camada específica da sociedade. Neste sentido, a urbanização movida e patrocinada pelo turismo, pode ser positiva para uma localidade, mas concomitantemente prejudicial quando se cria espaços alienados de seus contextos através de "bolhas" turísticas que aumentam a segregação espacial e a exclusão das comunidades autóctones do

processo, como é o caso dos resorts que se situam afastados/isolados da realidade local. No caso do município de Conde, a particularidade do destino reside no fato de que os empreendimentos turísticos surgiram antes da infraestrutura de apoio e pelo interesse crescente de investidores estrangeiros na região, traduzido pelos diversos hotéis e pousadas (de pequeno e médio porte) de empresários holandeses, angolanos, suecos, entre outros.

Esse modelo de urbanização busca padronizar os complexos turísticos implantados no litoral do Nordeste e reordenar os espaços destinados ao turismo, que, muitas vezes, elitiza as vias costeiras com a ocupação dos espaços por grandes empreendimentos, de alto valor de mercado, e marginaliza a população litorânea local que é, frequentemente, deslocada para outros ambientes por se renderem a especulação imobiliária (MACHADO, 2012). Neste caso, "altera-se tanto a "paisagem" física como as relações sociais dos moradores da área que passam a gravitar em torno da indústria e da prestação de serviços" (RODRIGUES, 1999b, p.57), pois o turismo traz consigo oportunidades econômicas que modificam o comportamento e costumes locais; um exemplo disso é a inserção dessa população nos empregos de baixa qualificação, que podem representar atividades complementares de renda ou até mesmo substituir as atividades econômicas tradicionais do destino:

> Os antigos pescadores das áreas litorâneas ou pantaneiras se transformam (ou são transformados) em barraqueiros para o turismo. Os antigos coletores/caçadores das florestas se transformam (ou são transformados) em empregados da indústria da construção civil. São também transformados/incorporados como caseiros, domésticos, trabalhadores dos hotéis e similares (RODRIGUES, 1999b, p.57).

Alguns autores chegam até mesmo a classificar esse modelo de urbanização turística como *apartheid* urbano, no sentido de que o reordenamento do território para fins turísticos promove uma divisão social do território onde as áreas centrais/costeiras são destinadas aos turistas e a população de alto poder aquisitivo, enquanto que as demais áreas são marginalizadas, muitas vezes, abandonadas ou transformadas em favelas que entornam os cartões postais das cidades. Áreas que são maquiadas e escondidas da paisagem turística por não combinarem com os valores estéticos e padrões de consumo do turismo global (LOPES JÚNIOR, 1997; MACHADO, 2012).

Desta forma, o espaço é transformado em mercadoria e novas paisagens, novas relações sociais são criadas. E o interessante é que este modelo de padronização cria um paradoxo ao passo que torna os destinos turísticos semelhantes entre si, ao mesmo tempo em que busca acentuar suas particularidades.

> Muitos lugares que interessam para serem "vistos" por possuírem características territoriais e sociais diferentes, são transformados em lugares sociais "iguais" ou semelhantes aos da origem dos turistas. Altera-se, também, a concepção de natureza dos antigos moradores das áreas (re) produzidas pela indústria e consumo do turismo. [...] incorpora-se, para os "nativos", a noção de progresso do período moderno (RODRIGUES, 1999b, p.57).

Apesar do turismo não ser uma atividade nova, a forma e a velocidade com que ele tem influenciado a transformação dos espaços é notória. Com a chegada dos resorts, essa divisão socioespacial é ainda mais evidente ao criar barreiras visíveis e invisíveis de acesso aos locais onde se concentram os empreendimentos de grande porte, que intimidam a população local. Esse aspecto é, muitas vezes, observado quando ela é hostilizada pelos funcionários destes empreendimentos que não desejam que os hóspedes sejam incomodados por pedintes, pessoas mal vestidas ou de comportamento inadequado com o ambiente de alto poder aquisitivo.

Esses novos processos de segregação socioespacial podem ser encontrados no litoral do município de Conde, por exemplo, através da política de turismo que excluiu os chamados *farofeiros* da praia de Jacumã, "cujos perfis de práticas de lazer e padrões de consumo são considerados incompatíveis com a remodelação dos espaços para o desenvolvimento do turismo" (MACHADO, 2012, p.37).

Tudo isso nos leva a refletir sobre o problema da mercantilização das terras litorâneas, que vem gerando, inclusive, muitos conflitos fundiários no Nordeste. Em Tatajuba, no município de Camocim – Ceará, por exemplo, as relações sociais e econômicas se transformaram drasticamente com a chegada de uma empresa do ramo imobiliário que disputava as terras litorâneas com a comunidade tradicional de pescadores da área para a construção de um complexo turístico do tipo resort. Rodrigues (2010) relata que a empresa utilizou documentos falsos de propriedade de terra e aos poucos foi conseguindo comprar alguns terrenos, e colocar a seu favor algumas lideranças locais, que se renderam a especulação imobiliária e perceberam ali uma possibilidade de benefício econômico imediato, fato compreensível numa comunidade onde poucos eram assalariados e a maioria vivia

da pesca, da agricultura e dos pequenos comércios, coforme explica Rodrigues (2010, p.536):

> Com a chegada da empresa, evidentemente tudo se alterou e a população foi despertada para algo a que nunca tinha dado importância: a propriedade de terra. No alvoroço que se instalou com a possibilidade de perda das moradias, o primeiro movimento da população foi se organizar e agir por intermédio da já existente associação comunitária, para impedir a perda das terras para a empresa reclamante. Apenas então se deram conta da importância de reivindicar e regularizar a posse da terra.

O conflito dura há mais de dez anos e fez a Associação Comunitária de Tatajuba (ACOMOTA) perceber no turismo comunitário uma forma de lutar contra a especulação imobiliária e os grandes investidores, vendo nesse modelo uma forma de se beneficiar do turismo sem excluir suas tradições e assegurar a posse de suas terras. Deste modo, se tornou comum a prática de aluguel de quartos para os turistas nas próprias residências dos nativos. Mas a pressão do capital provocou o esfacelamento da comunidade em três associações que defendiam objetivos diferentes: uns ficaram contra e outros a favor da empresa do conflito em questão. O acordo firmado para não vender as terras locais foi quebrado por diversos moradores “a partir do momento em que as pessoas começaram a incorporar a lógica mercantil, e que perceberam, na situação de conflito instalada, uma oportunidade de fazer dinheiro” (RODRIGUES, 2010, p.542), o que fez emergir um novo segmento social, isto é, uma elite local detentora de pousadas, barracas, comércios que instituiu no destino “claras clivagens de classe”, não existentes no início do conflito (RODRIGUES, 2010). Após alguns anos, notou-se que o povoado perdeu sua unidade e que impactos ambientais nas dunas das praias pela constante passagem de bugues e motocicletas já podiam ser vistos claramente, evidenciando essa sede mercantil de lucro imediato sem planejamento turístico que ocorre em diversas cidades litorâneas do Brasil e que termina por colocar em risco o próprio espaço de lazer “que pode a qualquer momento se desmercantilizar” (RODRIGUES, 2010, p.543).

Assim, percebe-se que a inserção de empreendimentos do tipo resort ocasiona diversas transformações/ impactos sociais, ambientais, econômicos e espaciais que fazem parte de um modelo de turismo que prioriza o grande capital bem como o discurso desenvolvimentista do progresso para todos. Na Paraíba, e mais especificamente, no Litoral Sul, este processo está se iniciando de forma

tardia, o que nos remete a uma reflexão mais profunda sobre esta área e os desdobramentos para o desenvolvimento turístico do Estado.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada de novembro de 2011 a agosto de 2012 e foi dividida em três partes. Na primeira, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema estudado e principais conceitos relevantes (apresentado no capítulo I); em seguida foi realizada uma pesquisa de campo, cujo objetivo foi coletar informações sobre o resort instalado no município de Conde e demais empreendimentos em processo de licenciamento bem como entrevistar lideranças do setor público, privado e das comunidades locais para uma posterior análise e interpretação dos dados e informações. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental nos acervos públicos de instituições tais como SUDEMA, PBTUR e Prefeitura Municipal de Conde com o intuito de coletar processos de licenciamento, *folders* publicitários do município, entre outros. Tais procedimentos metodológicos serão detalhados a seguir.

2.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO: PESQUISA QUANTI-QUALITATIVA

Optou-se pelo método de abordagem quanti-qualitativo que permite a análise de realidades e questões particulares complexas que não podem ser realizadas apenas pelo uso de técnicas matemáticas como a estatística. A abordagem quantitativa envolveu a interpretação de dados numéricos gerados a partir das entrevistas com o intuito de "garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, consequentemente, uma margem de segurança quanto às inferências" (RICHARDSON et al.,1999, p. 70). Esta abordagem foi complementada pelo método qualitativo, que "preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano" e "fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc." (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.269).

Como na maioria das pesquisas sociais, prevaleceu o método de abordagem qualitativo, que caracteriza-se "pela utilização de metodologias múltiplas, sendo as mais utilizadas a observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos" (DENCKER, 1998, p.103). Tal abordagem preocupa-se

ainda com uma realidade que não pode ser quantificada ou reduzida à operacionalização de variáveis e compreende um estudo mais profundo das relações, processos e fenômenos (MINAYO *apud* MARCONI e LAKATOS, 2006).

A utilização dos dois métodos, nesta pesquisa, permitiu uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade dos problemas, ou seja, uma melhor compreensão do fenômeno estudado, colocando os métodos qualitativo e quantitativo como complementares (GOLDENBERG, 2002).

A pesquisa, de natureza interdisciplinar, se relaciona com diversas áreas de estudo, como o turismo, a sociologia, a antropologia, a economia, o meio ambiente, e a geografia. Segue ainda uma visão sistêmica, analisando o turismo como um sistema que "permite observar peculiaridades do todo e, ao mesmo tempo, propriedades específicas das partes que compõem esse todo" (REJOWSKI, 1996, p.45). Nela, pretende-se ainda propor "um conhecimento racional, metódico e sistemático" (DENCKER, 1998, p.18) através de uma metodologia científica criteriosa e específica, que:

> Permite, mediante a observação sistemática e controlada de determinados elementos ou ocorrências (variáveis operacionalizadas), selecionadas a partir de concepções teóricas acerca do objeto de estudo, uma percepção aproximada da natureza dos fenômenos observados. (DENCKER, 1998, p.97).

Quanto ao objetivo, caracterizou-se por ser uma pesquisa exploratória por buscar aprimorar ideias ou descobrir intuições, "possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares" (DENCKER, 1998, p.124) e pelo fato do tema escolhido ainda ser pouco explorado tornando-se difícil formular hipóteses inequívocas e operacionalizáveis (GIL, 2006). Concomitantemente, torna-se descritiva por descrever características de determinadas populações e fenômenos estabelecendo relações entre as variáveis propostas (GIL, 2006; DENCKER, 1998). Desta forma, a combinação de diversas metodologias objetiva "abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo" (GOLDENBERG, 2002, p.63).

Além da pesquisa bibliográfica oriunda de livros e artigos científicos com o intuito de fazer uma revisão da literatura existente para elaboração de conceitos e definição dos marcos teóricos (DENCKER,1998), foi realizada uma pesquisa documental, envolvendo a análise de *folders*/revistas da prefeitura de Conde, da

PBTUR, e pareceres da SUDEMA que ainda não haviam recebido tratamento analítico.

2.2 UNIVERSO, AMOSTRA E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

Segundo Gil (2006, p.99), o universo ou população de uma pesquisa “é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”. Neste sentido, o universo dessa pesquisa é o Litoral Sul da Paraíba, e mais especificamente, o município de Conde, que abrange um resort em operação há três anos, próximo à praia de Tabatinga; um segundo a ser entregue ainda em 2012 (vizinho ao primeiro); e um terceiro projeto em processo de licenciamento na área de proteção ambiental (APA) da praia de Tambaba. Outros dois resorts estão em processo de licenciamento nos municípios de Alhandra e Pitimbu, porém optou-se por delimitar a amostra ao município de Conde e suas comunidades locais do entorno. Por amostra entendemos aqui o “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população” (GIL, 2006, p.100).

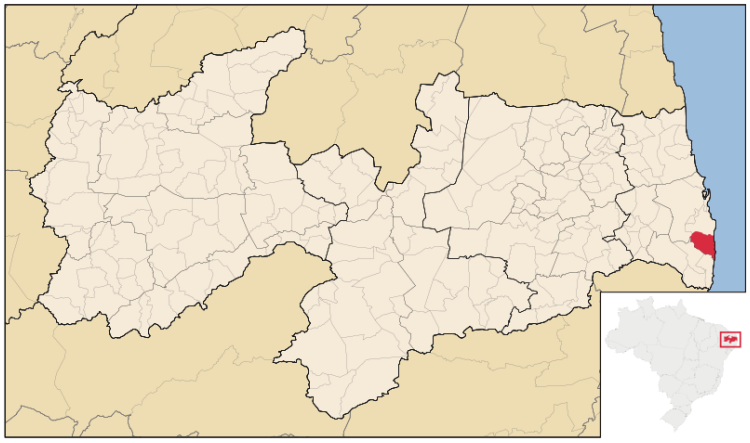


Figura 1: Localização da área de estudo
Fonte: Wikimedia Commons, 2012.

O município de Conde possui 172,949 km2 e situa-se a 16,9 km da capital da Paraíba, João Pessoa. Faz limite com os municípios de João Pessoa (ao norte), Alhandra e Pitumbu (ao sul), Santa Rita e Alhandra (a oeste) e com o oceano atlântico (a leste). De acordo com o IBGE, através do censo demográfico de 2010, o

Conde possui uma população de aproximadamente 21.400 habitantes[4]. O turismo é a principal e mais lucrativa atividade econômica do município em razão da extensa (19,85km2) orla marítima do distrito de Jacumã que concentra as 8 praias do município: Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba e Praia Bela (GUEDES, 2005; PREFEITURA DE CONDE, 2012).

Na agricultura, predomina a de subsistência, com destaque para a produção de inhame (maior exportador do Estado), cana de açúcar e frutas tropicais. O município também possui algumas indústrias que colaboram para que o município esteja entre os dez maiores ICMS do Estado (PREFEITURA DE CONDE, 2012).

O município de Conde se caracteriza ainda por conter em sua área rural diversas comunidades de perfil tradicional situadas em espaços mais distantes das praias entre as quais: assentamentos rurais, comunidades de pescadores artesanais e comunidades quilombolas.

Entre os assentamentos rurais próximos do resort em funcionamento estão o assentamento Dona Antônia e o assentamento de Tambaba. O Dona Antônia foi criado em 1996 através de uma luta fundiária em que 150 famílias de agricultores da região invadiram parte da fazenda Baraúnas, que era improdutiva na época. As terras foram reconhecidas no mesmo ano do conflito e conta com uma área de 1.222 hectares, dividida atualmente por cerca de 110 famílias que vivem essencialmente da agricultura de subsistência familiar. O assentamento de Tambaba, por sua vez, é mais antigo, e data de 1986, embora ainda não possua o título de reconhecimento da terra. A área de 90,5 hectares foi divida entre 17 famílias, e o fato de ser uma terra muito valorizada, próximo ao mar, pode explicar a dificuldade do reconhecimento, embora a comunidade não seja pressionada diretamente para sair do local. Ambos os assentamentos fizeram parte da luta de terra dos trabalhadores rurais contra o monopólio do latifúndio que existia na região desde a década de 1970. A maioria das famílias tira seu sustento da agricultura, mas é comum o assalariamento no turismo para complementar a renda.

Na comunidade pesqueira do litoral, por conflitos internos, os pescadores e suas famílias foram divididos em duas entidades representativas: a colônia dos

[4] IBGE. Cidades. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 24/08/2012.

pescadores, que data de 1990 e conta com 550 associados, e a Associação dos pescadores de Jacumã que foi criada em 2010 e possui 200 associados. Ambas objetivam assegurar assistência social aos associados e lutar pelos seus direitos. Atualmente não existe luta de terra na comunidade pesqueira, que foi afastada da área costeira deste a época dos conflitos latifundiários anteriormente citados. O turismo também foi responsável pela modificação do perfil da comunidade, uma vez que muitos filhos de pescadores já não pescam mais e optaram pelo serviço assalariado.

Em relação às comunidades quilombolas, o município abrange três delas: Gurugi, Ipiranga e Mituaçú. Entretanto, neste estudo, foram pesquisadas exclusivamente as duas mais próximas aos resorts (Gurugi e Ipiranga). A comunidade do Guguri conta com aproximadamente 170 famílias e a comunidade Ipiranga com cerca de 80. Ambas se situam na zona rural de Conde e foram formadas por “quilombolas de Pernambuco, Sergipe e Alagoas, ainda no período do Brasil Império” (SILVA e DOWLING, 2010, p.2). Estas comunidades lutaram pela posse da terra nas décadas de 1970 – 1980, cujo conflito agrário se deu em função da expansão da cultura canavieira que fez com que muitas famílias fossem expulsas de suas terras (MONTEIRO e GARCIA, 2010). Ambas foram oficialmente reconhecidas como terra de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2006.

Conde conta ainda com algumas associações representativas ligadas ao turismo como a Associação de Turismo Costa de Conde, que é a mais atuante e parceira do poder municipal em questão de divulgação, apoio financeiro, treinamentos, entre outros. Esta associação surgiu em meados de 2007 e conta com 17 associados entre hotéis, pousadas, resort e restaurantes.

A segunda mais atuante é a associação dos barraqueiros da Costa de Conde, que surgiu, em 2004, com o objetivo de defender os direitos da categoria que sofreu pressão para ser removida da área no ano citado. Atualmente, conta com 32 associados entre barraqueiros e ambulantes.

Em Tambaba, mais uma vez por conflitos internos, duas associações de turismo se destacam: A Sociedade Naturista de Tambaba (SONATA), que foi responsável por gerir o naturismo e criar o código de ética da praia, aprovado pela

(Federação Brasileira de Naturismo) em 1996[5]; e a Associação Tambaba Nua, mais recente, criada em 2011, que surgiu com o intuito de agregar os comerciantes locais nas discussões turísticas, já que na SONATA eles não tinham o direito de participar e havia associados de fora do Estado, votação pela *internet*, e outros meios de organização que não se restringiam à praia. Nesta segunda associação, alguns frequentadores também podem se associar, mas a diretoria é exclusivamente composta por comerciantes. Esta associação tem uma posição preservacionista em relação ao meio ambiente e se mostra mais atuante atualmente.

Junto com a comunidade de Tambaba, a comunidade que mais se envolve nas questões ambientais é percebida através da associação dos moradores e amigos de Tabatinga (AMATA), que foi criada em 1996, com o objetivo de preservar o meio ambiente e trabalhar em prol dos interesses da comunidade. A associação é bem atuante no combate à degradação ambiental, desmatamento e ocupações irregulares locais. Promove ainda atividades de educação ambiental através de placas informativas e disponibilizam cestos de lixo padronizados na praia de Tabatinga e seu entorno.

Na fase exploratória do estudo foi adotada uma amostragem não probabilística intencional (GIL, 2006; DENCKER, 1998) que não apresenta fundamentação matemática ou estatística e depende exclusivamente de critérios do pesquisador. Este tipo de amostragem "consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população" (GIL, 2006, p.104). Considera-se, desta forma, a opinião de determinados elementos da população que exercem função de líderes de opinião na comunidade (MARCONI e LAKATOS, 2009). O critério escolhido neste estudo foi o de entrevistar as principais lideranças que melhor representassem o poder público, privado e comunidades locais. Estes atores foram identificados pela técnica da "bola de neve" (BIERNACK E WALDORF, 1981), que consiste na abordagem de atores-chave que vão indicando outros atores a serem entrevistados.

Para isso, foram criadas três categorias de grupos - setor público, setor privado e comunidades locais - que constituem amostras específicas nas quais foram consideradas as opiniões dos seguintes atores:

---

[5] PRAIA DE TAMBABA. *Ética Naturista Tambaba*. Disponível em: < http://www.praiadetambaba.com.br/etica-naturista> Acesso: 26/09/2012.

Categoria 1: Setor público

- Secretário de turismo do município de Conde
- Presidente da Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR)
- Arquiteta/urbanista da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA-PB)

Categoria 2: Setor privado

- Gerente geral do Mussulo Resort
- Líder da Associação de turismo Costa de Conde
- Associação dos barraqueiros da Costa de Conde
- Líder da Associação Tambaba Nua

Categoria 3: Comunidades locais

- Líder da Associação Comunitária de Pesca de Jacumã
- Líder da Colônia dos Pescadores de Jacumã
- Líder da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento de Tambaba
- Líder da Associação dos Agricultores do Assentamento Dona Antônia de Tabatinga
- Líder da Associação dos Moradores e Amigos de Tabatinga
- Líder da Comunidade quilombola do Gurugi
- Líder da Comunidade quilombola de Ipiranga

Deste modo, a amostra de entrevistados foi composta por 14 representantes dos 3 setores indicados e se mostrou relativamente heterogênea no quesito gênero (6 mulheres e 8 homens). Contudo, apesar da aparente igualdade de gênero nas esferas representativas, nas associações comunitárias, apenas duas mulheres são líderes, ambas são das duas comunidades quilombolas citadas.

Tabela 1: Amostra dos entrevistados por gênero

Categorias	Feminino	Masculino	Total
Líderes do setor público	**2**	**1**	**3**
Lideres do setor privado	**2**	**2**	**4**
Líderes comunitários	**2**	**5**	**7**
Total	**6**	**8**	**14**

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Em relação ao grau de instrução, verificou-se que no setor público todos os representantes (3) possuíam ensino superior, enquanto que no setor privado a metade (2) possuía, e a outra metade (2) possuía segundo grau completo. O menor grau de instrução foi percebido na categoria dos líderes comunitários, onde apenas um entrevistado possuía nível superior de escolaridade (foi este entrevistado que apresentou as maiores respostas em relação aos impactos causados pelo turismo e pelos resorts e maior nível de conhecimentos sobre as questões políticas, ambientais e sociais). A maior parte desses líderes (3) possuía segundo grau completo ou ensino fundamental (1) e técnico (1). Apenas um se apresentou como anafalbeto, por saber apenas assinar o nome. Estes dados são discriminados na tabela a seguir:

Tabela 2: Amostra dos entrevistados por grau de instrução

Categorias	Nível superior	Ensino Técnico	Segundo Grau	Ensino fundamental	Analfabeto	Total
Líderes do setor público	3	0	0	0	0	3
Lideres do setor privado	2	0	2	0	0	4
Líderes comunitários	1	1	3	1	1	7
Total	6	1	5	1	1	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

2.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Na pesquisa de campo, o instrumento de pesquisa escolhido para a coleta de dados foi a entrevista do tipo semi-estruturada, que permite uma maior liberdade do pesquisador (DENCKER, 1998). Neste caso, existe uma relação fixa de perguntas cuja ordem permanece invariável para a totalidade de entrevistados (GIL, 2006), mas que não exclui algumas variações, modificações e inclusões quando necessário, uma vez que alguns atores exigiam perguntas específicas de acordo com o interesse da pesquisadora. Também foram realizadas entrevistas do tipo informal (GIL, 2006) ou não estruturada (MARCONI e LAKATOS, 2009) com as comunidades locais cuja estrutura é livre e permite uma maior liberdade de resposta e desenvolvimento da conversa. Vale salientar que as respostas das entrevistas semi-estruturadas foram gravadas e transcritas para posterior análise bem como registradas no diário de campo quando se tratava de conversas informais. Em três casos (SUDEMA, Mussulo Resort e Associação Amigos de Tabatinga) os entrevistados preferiram responder as perguntas por escrito. É importante lembrar ainda que todos os entrevistados assinaram um termo de comprometimento livre e esclarecido permitindo a realização da entrevista e posterior divulgação de seus dados.

De acordo com Dencker (1998, p.138), “a entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”. A técnica representa um dos principais instrumentos de coleta de dados cujo objetivo é a obtenção de informações importantes e a compreensão de perspectivas e experiências dos entrevistados, sendo bastante usual na investigação qualitativa (MARCONI e LAKATOS, 2006).

As primeiras entrevistas foram realizadas com o setor público e apresentaram estruturas diferenciadas de acordo com as funções de cada entrevistado, apesar da presença de algumas perguntas padronizadas para todos os entrevistados. Neste setor, a pesquisadora encontrou dificuldades apenas com o órgão estadual da SUDEMA, com a recusa de alguns funcionários para responder a entrevista - que foi encaminhada para diversos setores e perdida ao menos três vezes antes de ser respondida - e a extrema burocracia para a obtenção de qualquer documento do órgão. Foram necessários três meses para a pesquisadora obter a entrevista

solicitada e documentos de licenciamento sobre o resort construído e outros em processo de licenciamento do Litoral Sul. Foi nessa fase que a pesquisadora tomou conhecimento da quantidade de empreendimentos que estaria sujeito a sua análise.

No setor privado, no primeiro momento, a gerente do resort em operação no município se negou a participar da pesquisa, não atendendo os diversos telefonemas, e-mails e visita feita pessoalmente. Após duas semanas, aproximadamente, foi encaminhado um e-mail da gerente de recursos humanos esclarecendo que o resort não poderia disponibilizar informações para o estudo porque no período estavam atendendo “apenas às solicitações de visitas técnicas”. A pesquisadora, não se contentando com a falta de interesse e comprometimento com pesquisas acadêmicas, conseguiu o contato da diretora geral do resort que reside fora do município e que autorizou a entrevista, mas a gerente mesmo assim optou por responder as perguntas por e-mail, negando à pesquisadora a oportunidade de conhecer o empreendimento de perto. A tentativa de registrar imagens fotográficas dentro do empreendimento foi fracassada com o envio de fotos oficiais de todos os espaços do resort junto à entrevista. Alguns meses depois, a pesquisadora conseguiu entrar no empreendimento com a condição de “turista” que podia conhecer o estabelecimento apenas com a presença de um “guia” que mostrava todo o espaço de forma superficial dentro de um mini-carro de golfe onde não é permitido o registro de fotos. Na visita, o guia nos explicou um pouco de cada espaço e foi possível visitar o espaço de lazer/ restaurante do resort, situado a beira-mar de Tabatinga e intitulado *Beach club*. O transporte é disponibilizado a cada dez minutos. Posteriormente, com as duas outras entrevistas desta categoria, não houve maiores dificuldades.

Nas comunidades locais, o acesso se deu de maneira espontânea e através de conversas informais e indicações (bola de neve) que nos permitiu entrevistar todos os líderes com certa facilidade apesar de alguns desencontros.

Além das entrevistas, a pesquisadora optou pela técnica da observação sistemática onde é elaborado um plano de observação sobre os principais aspectos e grupos que se deseja investigar (GIL, 2006). Este tipo de observação é realizada “em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos” (MARCONI e LAKATOS, 2009, p.78), isto é, a pesquisadora se dirige para determinados locais que são importantes eliminando, entretanto, sua influência sobre aquilo que vê (MARCONI e LAKATOS, 2009). Nesta etapa, também foram

registradas imagens fotográficas que pudessem auxiliar na comprovação das informações e dados.

Para análise e interpretação dos dados, adotou-se a técnica da análise de conteúdo (BARDIN,1997) que é baseada na decodificação de um conteúdo de mensagens em variáveis que possam ser classificadas e agrupadas por temas. A técnica "consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira" (RICHARDSON et al., 1999, p.243). Entre as possibilidades de categorização, a pesquisadora adotou a análise temática, que é a mais utilizada e definida por Bardin (1977, p. 42) como:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo permitiu a sistematização de categorias e a formação de dados quantitativos referentes à ausência ou frequência de determinados elementos (RICHARDSON et al., 1999), embora o caráter qualitativo das pesquisas sociais seja predominante, como é o caso desta pesquisa. Esta técnica foi adotada com o intuito de auxiliar as interpretações qualitativas, de forma a contribuir com uma melhor visualização dos dados e não como uma tendência de generalização dos fenômenos observados.

Seguindo as orientações de Bardin (1977) e Richardson et al. (1999) a análise de conteúdo desta pesquisa foi divida em três partes:

- **Pré - análise:** Nesta fase a pesquisadora organizou o material coletado (entrevistas e documentos) fazendo uma transcrição de todos os dados por escrito e separando-os pelas categorias de atores já mencionadas, de forma a organizar, operacionalizar e sistematizar a ideias. Em seguida, foi feita uma leitura do material e a escolha dos documentos a serem utilizados para uma melhor visualização do conteúdo (RICHARDSON et al., 1999).
- **Análise ou exploração do material:** É a fase mais longa e que define o direcionamento do que se deseja analisar. Consiste na codificação, categorização e quantificação das informações obtidas pelas entrevistas. A codificação inclui três etapas: a determinação das unidades de registro (nesta pesquisa equivale a identificação dos temas de análise); a escolha das regras

de numeração (frequência ou percentagem de cada unidade de registro); e a definição das categorias de análise (variáveis utilizadas) (BARDIN, 1977; RICHARDSON et. al., 1999). Estas categorias devem permitir “a reunião das informações em um certo número de agrupamento” (DENCKER, 1998, p.159).

- **Tratamento dos resultados:** Corresponde a interpretação dos dados obtidos com base no referencial teórico, transformando as informações relevantes em dados quantitativos com o intuito de descrever o conteúdo qualitativamente. Trata-se de estabelecer relações, decifrar o discurso dos entrevistados e compreender os fenômenos estudados.

No setor público, as três entrevistas tiveram objetivos diferentes e por isso foram estruturadas de forma exclusivas e de acordo com as funções de cada entrevistado. Para a **PBTUR**, foram feitas seis perguntas abertas abrangendo perfil social e profissional do entrevistado, informações sobre o marketing turístico da Paraíba e o papel da PBTUR na construção/ consolidação do mercado de resorts no Estado (Cf. Apêndice A). Ainda no setor público, o **secretário de turismo** de Conde respondeu a um conjunto de doze perguntas abertas sobre planejamento turístico, as características do mercado de resort na Paraíba e seus impactos nas comunidades locais (Cf. Apêndice B).

A última entrevista da categoria do setor público agrupou seis questões e foi direcionada à **SUDEMA** que respondeu sobre aspectos do perfil pessoal e licenciamento ambiental dos resorts (Cf. Apêndice C).

Na categoria do setor privado, das três entrevistas realizadas, as duas direcionadas às associações de turismo privadas seguiram a mesma estrutura (exceto a questão da taxa de ocupação para o líder dos barraqueiros) e a terceira entrevista direcionada ao resort Mussulo apresentou perguntas diferenciadas com o intuito de melhor adequá-las ao empreendimento. Desta forma, para a **Associação de Turismo Costa de Conde** e **para a Associação de barraqueiros da Costa de Conde** foram elaboradas quatorze perguntas relacionadas ao perfil dos entrevistados e das associações, com a inclusão das comunidades neste setor e os impactos gerados pelo turismo e resorts no município de Conde (Cf. Apêndice E).

Como já foi exposto anteriormente, nas dificuldades encontradas pela pesquisadora, as perguntas direcionadas ao único **resort em funcionamento** foram respondidas por e-mail. As dez perguntas abertas trataram do perfil da entrevistada,

do mercado de resorts na Paraíba, as características do empreendimento em questão e possíveis impactos nas comunidades locais (Cf. Apêndice D).

Por fim, as entrevistas realizadas com líderes de associações/**comunidades locais** seguiram a mesma ordem de perguntas e se dividiram em questões sobre o turismo local e seus impactos, a inclusão das comunidades no turismo, os resorts e seus impactos e a questão da internacionalização (Cf. Apêndice F).

Após o tratamento dos dados, procedeu-se ao processo de tabulação das respostas abertas com o estabelecimento de categorias de respostas. Finalmente, os resultados obtidos e analisados através de uma estatística simples (frequência) foram demonstrados por meio de tabelas, quadros e análise qualitativa dos dados.

3. TURISMO DE RESORTS NO LITORAL SUL DA PARAÍBA: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

O Litoral Sul da Paraíba é um dos destinos turísticos mais importantes do estado paraibano, e se destaca pela sua diversidade de ecossistemas e praias quase desertas, que despertam cada vez mais interesse de investidores nacionais e internacionais. Além disso, a região tem se destacado pela construção, ainda que incipiente, de uma política de mercado de resorts e de urbanização turística que vem provocando uma série de alterações sócio-espaciais. Para entender as políticas de turismo do município de Conde, faz-se necessário apresentar suas principais características históricas e paisagísticas que compõem o destino turístico e que justificam a vocação turística da região. Neste capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa documental e de campo. Na primeira parte, serão apresentadas as principais políticas públicas de turismo em vigor no município e suas implicações na construção deste mercado de resorts. Em seguida, os empreendimentos em questão serão analisados do ponto de vista ambiental, numa perspectiva jurídica sobre o licenciamento ambiental. Por fim, serão discutidos os tipos de impactos socioambientais que estes empreendimentos provocaram ou podem provocar no destino, a partir das percepções de gestores públicos, privados e comunidades locais.

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CONDE E SUAS IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE RESORTS

Historicamente, o município de Conde possui raízes indígenas Tabajara e Potiguara. Durante a colonização holandesa, em meados de 1636, o município foi intitulado “Maurícia”, em homenagem ao Conde Maurício de Nassau, e com a restauração do governo português o nome foi mudado para Conde, tendo sua emancipação política alcançada em 1963 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE, 2012).

No distrito de Jacumã se encontram as 8 praias do município: Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba e Praia Bela. A faixa litorânea de 30 km e temperatura média de 26, 5º C possui uma

grande diversidade de atrativos naturais como as belas praias, enseadas, águas mornas, formações rochosas, maceiós, arrecifes, falésias multicoloridas, piscinas de corais e uma culinária rica em cores e sabores, que são destaques nos folders turísticos locais (Cf. anexo A). O turismo é a principal atividade econômica da região, juntamente com a agricultura de produtos primários tais como o abacaxi, a banana, cana-de-açúcar, coco, inhame, mandioca, mamão, manga e maracujá. Suas atividades econômicas totalizam um PIB de 96 milhões de reais.

Figura 2: Praia do Amor - Conde
Fonte: Site da Associação de Turismo Costa de Conde, 2012.

No município, a ocupação espacial da faixa litorânea para fins turísticos ocorreu de forma espontânea, atraindo diversos empreendimentos hoteleiros de pequeno e médio porte e a construção de casas de veraneio ou segunda residência. O processo de urbanização turística iniciou-se com o deslocamento de pescadores da praia para áreas internas do município e provocou uma grande especulação imobiliária, facilmente visível pelas inúmeras propagandas publicitárias de imobiliárias da localidade.

Figura 3: Propagandas de imobiliárias em Tabatinga
Fotos: Rafaella Soares, 2012.

A praia de Jacumã concentra a maior infraestrutura básica e de acesso com "ruas pavimentadas, circulação de transporte público, energia elétrica, iluminação pública, abastecimento de água" (MACHADO, 2012), contando ainda com um centro comercial que dispõe de farmácia, bares, restaurantes, padarias, lojas, etc. Não obstante, as praias de maior destaque são a praia de Coqueirinho e a praia naturista de Tambaba, a primeira do Brasil a permitir esta prática desde 1989 e que é "responsável pelo incremento da divulgação nacional e internacional do litoral Sul e consequente atração de mais visitantes" (BRITO, 2010, p.9). Em 2008, por exemplo, sediou o 31º Congresso Internacional de Naturismo. As praias do distrito de Jacumã são consideradas quase desertas e classificadas nas revistas, jornais e *folders* turísticos como "paradisíacas". No artigo do Jornal *O Norte* intitulado *"Tabatinga, Tambaba e Coqueirinho: O Paraíso é Aqui*"[6], de 2003, percebe-se claramente no seguinte trecho destacado a ideia de paraíso quase intocável e de tranquilidade associada às praias do Litoral do Sul:

> [...] Tabatinga se mostra uma praia tão bela quanto pouco explorada. O cenário de areias claras e o mar tranquilo pode ser quebrado por um pescador que caminha depois de um dia de trabalho. Se Tabatinga tivesse um pseudônimo seria Praia da Tranquilidade.

O município de Conde foi pouco beneficiado diretamente por políticas públicas de turismo a nível nacional até a década de 1990. A principal ação que o beneficiou pelo PRODETUR foi a criação de uma estrada de acesso a Jacumã e a

[6] JORNAL O NORTE. Tabatinga, Tambaba e Coqueirinho: O Paraíso é Aqui. Disponível em: <http://www.onorte.com.br/noticia/12905.html>. Acesso: 12/09/2012.

finalização da PB-008, ligando a capital paraibana, João Pessoa, aos municípios litorâneos, no ano de 2000. Entretanto, a região ainda carece de muitos investimentos públicos. Para o secretário de turismo, as parcerias entre os gestores públicos ainda é fraca, sendo a associação privada ATCC a principal parceira da prefeitura.

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas de turismo envolvem “o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada” (CRUZ, 2002, p.9), percebe-se que o grande potencial turístico da região provocou um acelerado crescimento dos equipamentos turísticos sem o acompanhamento proporcional da infraestrutura de apoio procedente do poder público. A preocupação com as políticas públicas de turismo surgiram depois que o espaço já estava sendo ocupado turisticamente e provocando uma série de alterações paisagísticas, sociais e ambientais. O problema é que na “na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares” (CRUZ, 2002, p.9). Por isso, o papel do setor público é fundamental, pois por meio das políticas públicas ele vai dar o apoio aos incentivos fiscais, à infraestrutura, aos cursos de capacitação, entre outros. No município de Conde, por exemplo, a prefeitura dispõe de cursos profissionalizantes gratuitos de garçons, manipulação de alimentos, camareiras, entre outros. Tais cursos são realizados em parceira com o SEBRAE e com a Escola Estadual Presidente Médici, no bairro do Castelo Branco III, em João Pessoa.

Em relação às políticas de turismo desenvolvidas pelo município, o segmento predominante é o turismo de “sol e mar” e a prioridade reside no marketing turístico, na promoção do destino, conforme explica o secretário de turismo: “A prioridade política consiste em colocar o Conde na vitrine turística, participando das feiras, para se tornar conhecido e consolidar o destino”. E a partir dessa visibilidade pretende-se atrair investidores e implantar equipamentos turísticos. Entretanto, os investidores se deparam com o problema da falta de infraestrutura de apoio e turística, que segundo ele, é papel da gestão pública e depende de recursos do governo do estado e federal. Mesmo assim, as belezas naturais do destino têm suscitado muito interesse de investidores.

Existe inclusive uma tendência à promoção do turismo internacional confirmada pela atual presidente da PBTUR, mas que não é o foco do governo do

Estado, é uma peculiaridade do município de Conde e seus representantes. A presidente da PBTUR justifica esta diferença pelo fato dos atrativos naturais do município terem atraído diversos moradores estrangeiros que foram divulgando e investindo no destino gradativamente, mas também pela própria política de turismo da gestão municipal, que participa de diversas feiras de turismo internacionais. Em 2010, por exemplo, a PBTUR e a Prefeitura de Conde tentaram negociar um voo charter de Amsterdã - Holanda para João Pessoa – Paraíba, que fica a 20km de Conde (pois este último não possui aeroporto). Entretanto, não obtiveram sucesso e neste ano, em 2012, novas negociações estão sendo efetuadas.

Nos *folders* promocionais do município, mais do que divulgar seus atrativos turísticos, o objetivo de atrair investidores nacionais/estrangeiros é explícito e podem ser observadas nas seguintes expressões (Cf. anexo B):

Quadro 1: Expressões encontradas nos *folders* promocionais que estimulam os investimentos no município de Conde

Expressões	Significados
"Quem semeia investimentos no Conde, colhe os melhores **frutos**".	Conde visto como uma árvore que pode dar bons frutos financeiros para os investidores.
"Invista na **Alegria**".	Investir no município é investir em lugar alegre, de povo hospitaleiro.
"Esse é o **paraíso** do investimento".	O paraíso é o lugar perfeito para se investir por possuir belas praias, quase desertas, águas mornas e tudo isso por um baixo custo de investimento, com incentivos fiscais e garantia de lucratividade.
"Eles entraram com o investimento. A **natureza** com o retorno"	Refere-se aos depoimentos positivos de empresários brasileiros e estrangeiros que apostaram no destino e que tem a natureza de Conde como aliada aos lucros e qualidade de vida.
"No Conde, o retorno é garantido. Quem conhece sempre **volta**".	Duplo sentido na palavra "retorno" que pode significar retorno ao destino como turista, mas também como investidor.
"**Perto** de tudo. Inclusive do seu lucro".	Conde está perto da capital João Pessoa (20k m), da Europa (5.690 km de Lisboa), das capitais Natal (200 km) e Recife (114k) onde o lucro é considerado garantido, próximo.
Suas praias "formam um **cenário de sonhos**. Não é à toa que muitos empresários estrangeiros vieram montar seus negócios nessa terra	As belezas naturais mais uma vez associadas ao paraíso e ênfase na internacionalização do destino.

que agora fala a língua de diversos lugares do mundo".	

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Deste modo, percebe-se que as motivações para os investimentos destacadas nos folders turísticos vão desde as baseadas em valores de retorno financeiro até as que sugerem valores sentimentais como sonhos e alegria. A persuasão passa ainda pela manipulação do imaginário dos estrangeiros no sentindo de apresentar o destino como um verdadeiro paraíso, praticamente desconhecido e intocável.

Com base no inventário dos empreendimentos turísticos do município realizado por Guedes (2005), e informações da prefeitura municipal em 2012, dos 47 meios de hospedagem do destino, ao menos 13 eram de proprietários estrangeiros de diferentes nacionalidades (portuguesa, inglesa, angolana, argentina, sueca, alemã, belga, etc.). Entretanto, a maioria recebe mais turistas brasileiros do que estrangeiros.

Para a PBTUR muitos estrangeiros estão construindo empreendimentos na região e eles acabam divulgando o destino nos seus países de uma forma muito espontânea, "aquele boca a boca que acontece, que geralmente fomenta o incremento do turismo".

A gerente geral do Mussulo entende essa tendência de internacionalização como "um engajamento natural" do destino Conde assim como do próprio Estado em se consolidar como um destino internacional. Mas apesar dos esforços, o público estrangeiro do resort ainda é bastante tímido, totalizando apenas 1% das hospedagens, sendo as capitais João Pessoa, Natal, Recife, São Paulo e Brasília os principais emissores. Isso também pode ser explicado pelo fato do resort não estar situado à beira mar, mesmo que possua um clube privado na orla de Tabatinga. O município conta ainda com três restaurantes de proprietários estrangeiros (da França, Portugal e Inglaterra). Todos eles, assim como os proprietários dos meios de hospedagem, residem no município de Conde, e, muitas vezes, no próprio estabelecimento, exceto o Mussulo resort, no qual o investidor reside fora do país e o Hotel-pousada Viking, em que o proprietário reside seis meses do ano no município e a outra metade na Suécia. Destas informações, podemos deduzir que esta mobilidade internacional está sendo provocada por motivos pessoais, tais como

a busca por qualidade de vida e/ou encantamento com as belezas naturais do município, isto quando nos referimos aos meios de hospedagem de pequeno porte, enquanto que o interesse de grandes empreendimentos do tipo resort se concentra exclusivamente no capital, temperatura e ambiente local.

Em contrapartida, o líder dos barraqueiros de Jacumã acredita que a internacionalização de Conde é um discurso para legitimar a vinda do capital externo na região, não se verificando realmente na prática o aumento do número de estrangeiros na localidade. Para a líder da Associação de Turismo Costa de Conde, uma sueca dona de pousada, a presença de turistas e empresários estrangeiros não tem aumentado, estando estável ou diminuído, em sua opinião, por questões econômicas: “O Brasil está caro”, justificou. Ela foi, inclusive, a primeira estrangeira, juntamente com o dono de outra pousada, a se instalar no município. Chegaram como mochileiros, e depois, fixaram residência e os empreendimentos por motivos pessoais de estilo de vida e pelo encanto das belezas da região. E lembra ainda que, atualmente, a Costa de Conde conta com cem casas de suecos, por exemplo, reflexo da criação de uma construtora que vende exclusivamente para suecos.

Desta forma, essa tendência à internacionalização do destino é melhor compreendida pela diversificação dos investidores, do que pela consolidação do destino como receptor de turistas internacionais. Essa internacionalização pode ser entendida como um fenômeno que está em ascensão através das políticas de captação de recursos/turistas desenvolvidas, que podem se consolidar em longo prazo pela própria política de marketing do município.

Para compreender a percepção do setor público, privado e comunidades locais no quesito internacionalização foram destacados alguns trechos das entrevistas que apontam tais posicionamentos (Cf. quadro 2). Dos 14 entrevistados, apenas 2 discordaram dessa tendência. Assim, para o secretário de turismo, presidente da PBTUR e líderes comunitários existe uma tendência à internacionalização do destino comprovada pela unanimidade das respostas, mas no setor privado, a ideia não é compartilhada por todos, conformes justificativas mostradas no quadro 2.

Quadro 2: Percepção dos entrevistados sobre a tendência de internacionalização do destino turístico.

Atores	Sim	Não	Justificativa
Secretário de Turismo de Conde	X		“Polo turismo conhecido nacionalmente e internacionalmente”.
PBTUR	X		“É uma tendência natural, não foi um trabalho da PBTUR durante esse tempo todo. Mas é um trabalho da própria prefeitura com o prefeito Aluisio Regis, com o secretario de turismo**”.**
SUDEMA	-	-	-
Mussulo Resort	X		“Nota-se um engajamento natural não só do município de Conde, como também do Estado em divulgar internacionalmente o destino”.
Associação de Turismo Costa de Conde		X	“Está praticamente igual. Talvez tenha diminuído, o Brasil tá caro”.
Associação dos Barraqueiros da Costa de Conde		X	“O discurso internacional é para o capital vim e criar mais pousadas lá. Mas lá no Conde eu só conheço uma pousada que explora realmente esse público estrangeiro [...] Essa internacionalização do turismo é um discurso de efeito, mas na realidade não existe”.
Associação Tambaba Nua	X		“Tem crescido muito. Hoje tem muitos estrangeiros que têm pousadas, tem comércio, vivem aqui, moram aqui, frequentam as praias daqui”.
Associação Comunitária de Pesca de Jacumã	X		“O Conde foi apresentado ao exterior, Tambaba também é muito conhecida. Me parece que tem umas áreas que vão ser apresentadas no exterior”.
Colônia dos Pescadores de Jacumã	X		“Jacumã está virando uma cidade estrangeira”.
Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Tambaba	X		“Tem muito (empresários), a maioria é de fora”.
Associação Dos Agricultores Do Assentamento Dona Antônia De Tabatinga	X		“Tem pessoas q acha bom, tem pessoas que fica com medo”.
Associação dos	X		“O Litoral Sul/PB é bastante visitado por

Moradores e Amigos de Tabatinga			turistas estrangeiros. No Conde este percentual é ainda maior".
Comunidade Quilombola do Gurugi	X		"Em Jacumã sim".
Comunidade Quilombola de Ipiranga	X		Não justificou.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Por outro lado, verificou-se que não existe um planejamento adequado da atividade turística na região, uma vez que não existe um plano diretor e nem um documento que defina as metas e diretrizes do turismo no município. O secretário de turismo justificou o fato afirmando que o plano diretor está sendo elaborado em parceria com a secretaria de planejamento e que existem projetos pontuais como "o projeto Orla, Coqueirinho, Jacumã, Tambaba", mas apenas documentos arquitetônicos foram encontrados pelo funcionário responsável, confirmando a ausência de um documento por escrito que avalie de forma qualitativa os projetos ou ações de desenvolvimento do turismo.

O secretário de turismo admitiu ainda a necessidade de diversificar e criar outras opções e tipos de turismo na região, mas afirmou que já existe um programa de turismo rural (destinado à visitação de plantações de cana de açúcar, abacaxi, e outras frutas tropicais além da visita a uma cachaçaria local) e um programa de turismo ecológico (através da realização de trilhas) sendo desenvolvidos na localidade, mas ainda de forma bastante tímida.

Algumas políticas de turismo foram consideradas polêmicas como a criação da lei municipal 575/2009 que autorizou a cobrança de taxas de até R$340 à entrada de ônibus e vans de excursões populares para as praias locais e que inviabilizou o acesso do público composto por camadas sociais mais pobres. A cobrança foi justificada pelo poder público como uma forma "de disciplinar a atividade excursionista, garantir a qualidade ambiental da praia enquanto estância turística, e gerar receita adicional para ser revertida em melhoria de infraestrutura na região" (MACHADO, p. 10, 2012), mas foi considerada pelos frequentadores da área e por esta mesma autora como uma injustiça ambiental de caráter discriminatória.

Apesar do secretário de turismo afirmar que o objetivo dessa política não é elitista, esclareceu que este tipo de turista pejorativamente chamado de "farofeiro"

não interessa para o município porque “eles trazem sua própria comida, poluem o ambiente do ponto de vista visual e sonoro”, e por isso seriam caracterizados como um tipo de turista “predatório”. Na visão do secretário, esta política não contesta o direito de ir e vir da constituição federal acrescentando que “o direito de ir e vir é sagrado, é livre, agora tem que pagar”.

A taxa foi recebida com indignação pelos “farofeiros”, mas conseguiu deslocar estes excursionistas para outra localidade, praticamente zerando a presença deles no município de Conde atualmente. Para o secretário, a Lei em questão foi benéfica para o turismo local visto que “o problema da poluição sonora, lixo, violência diminuíram muito” repercutindo positivamente também na época do Carnaval, onde fluxo turístico é mais intenso. Esta medida reflete a posição política de como o turismo é pensado: “A gente quer fazer um turismo de qualidade e não de quantidade”, esclareceu o secretário.

Não se sabe até que ponto esta política pública está relacionada com o fato do município estar buscando consolidar sua imagem de destino internacional e com o fato da lei coincidir com a inauguração do primeiro resort do município (e do Estado) no mesmo ano, mas pode-se vislumbrar que o reordenamento do espaço litorâneo e a mudança de público/frequentadores do litoral Sul da Paraíba estão ocorrendo em outras praias de Conde, como a de Praia de Coqueirinho, onde todos os barraqueiros da orla foram retirados para a implantação de um projeto urbanístico turístico que visa padronizar as barracas da orla.

A criação do projeto Centro Turístico de Coqueirinho (Figura 4) é uma parceria entre os órgãos públicos e a sociedade civil e objetiva modernizar e urbanizar a praia de Coqueirinho. De acordo com o site da prefeitura[7], o centro turístico de 3.580 metros quadrados contará com barracas padronizadas, praça de eventos, loja de artesanato e área de estacionamento. O projeto possui orçamento de R$ 465,7 mil e os investimentos são provenientes do programa Empreender Paraíba, do Governo do Estado. O financiamento está sendo pago pela iniciativa privada, por meio da Associação dos barraqueiros de Jacumã, que aceitou o acordo como a única forma de permanecer na praia, legalizando seus empreendimentos.

[7] PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDE. Parceria entre órgãos públicos e sociedade civil viabiliza Centro Turístico de Coqueirinho. Disponível em: < http://www.condepb.com/site/index.php/turismo/39-negocios/223-parceria-entre-orgaos-publicos-e-sociedade-civil-viabiliza-centro-turistico-de-coqueirinho> Acesso: 08/09/2012.

Na realidade, trata-se de uma ação do Projeto Orla, do governo federal, cujo objetivo é o reordenamento do território marítimo da União. Este projeto nacional tem um caráter descentralizado e participativo onde existe um comitê gestor paritário em cada município que deve discutir e votar todos os projetos e ações que compreendam sua orla marítima.

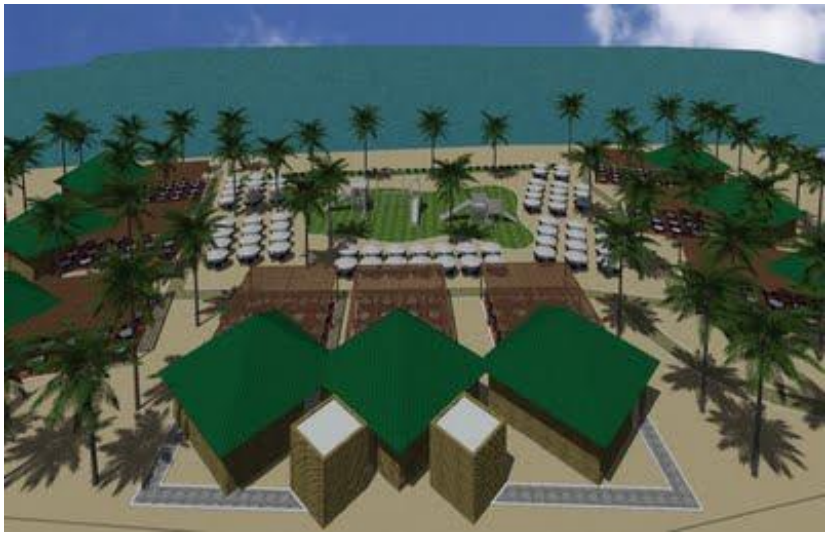


Figura 4: Projeto Centro Turístico de Coqueirinho
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Conde, 2012.

Para o líder da associação dos barraqueiros da Costa de Conde, o objetivo do prefeito no início era limpar a orla, deixar a cidade mais bonita, tanto do ponto de vista ambiental como social, na medida em que as barracas foram comparadas a "um processo de favelização das praias". Em Coqueirinho a ação, movida pelo Ministério Público em 2003, permitiu que os barraqueiros tivessem um tempo de apresentar um projeto, o que foi feito pela Associação em questão e com o apoio gratuito de um arquiteto do estado. Esta mobilização da associação significou um processo de participação e de empoderamento do grupo com menor fatia de poder no mercado turístico local. Foi nesse momento que descobriram que a prefeitura deveria aderir ao Projeto Orla para qualquer ocupação em área da União.

A primeira etapa de retirada pacífica das nove barracas que ocupavam ilegalmente a praia de Coqueirinho foi efetuada em março de 2012, por ordem do Ministério Público Federal e contou com o apoio de agentes da Polícia Federal, Superintendência do Patrimônio da União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Prefeitura Municipal de Conde. O

problema é que, após a retirada, outros comerciantes ambulantes se instalaram no local de forma irregular cobrando, inclusive, taxas abusivas de serviços turísticos como o aluguel de duas cadeiras e um guarda-sol ao preço de R$20,00 reais mesmo que por apenas dez minutos e sem aviso prévio. O turista que sentasse nas cadeiras era coagido a pagar o valor mesmo que consumisse bebidas e comidas destes comerciantes, o que gerou revolta e indignação por parte de muitos turistas, que algumas vezes se recusavam a pagar, conforme descrição abaixo:

> É a primeira vez que eu venho na praia de Coqueirinho e eu não imaginava que sentar numa cadeira ia me custar 20 reais, achei uma exploração isso. Acho um roubo. Eu me recusei a pagar, questionei o valor, depois de muita confusão nós pagamos a metade do valor para pode sair do local, e ainda assim pagamos alto. Se quer que o turista volte, a gente não pode ser explorado dessa forma (Turista de Teresina, 2012).

O fato é repudiado pelo líder da Associação dos barraqueiros que se mostrou contra a exploração e o fato de outros comerciantes se instalarem no local: “É um crime, a associação é contra, a ordem judicial é retirar todo e qualquer tipo de comércio lá”. Ele acredita que isto está ocorrendo com o consentimento da prefeitura e demais órgãos competentes que estão fechando os olhos em época de eleição, pois é notável a ocupação irregular do território que recebeu ordem de desocupação judicial e a falta de fiscalização. A presença desses barraqueiros intrusos pode significar uma estratégia de fora para enfraquecer o grupo dos barraqueiros antigos e implicar uma pressão para elevação dos preços que irá afastar os turistas e frequentadores de menor poder aquisitivo.

Outro projeto que traz uma concepção de modernização e que visa consolidar o destino como uma referência hoteleira é o projeto “Caminhos do Encanto”, uma parceria da Prefeitura Municipal de Conde com o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) criada em 2012. A proposta é modernizar, trazer mais charme e qualidade para as pousadas e hotéis do município e criar o roteiro turístico “Caminhos do Encanto – Costa de Conde”. Para isso, o Escritório Modelo de Arquitetura do UNIPÊ está fazendo um estudo sobre a infraestrutura, estética, paisagismo e condições ambientais de cada empreendimento que aceitou participar do projeto para propor melhores condições arquitônicas no final: “A proposta é adaptar a realidade de cada pousada com uma maior adequação paisagística do

lugar e integrando uma proposta ecossistêmica", explicou o professor – coordenador do projeto[8].

Ao passo que o público vai se transformando e as paisagens se modernizando nos moldes da urbanização litorânea do Projeto Orla do governo federal - que busca disciplinar ambientalmente e esteticamente o uso e ocupação dos espaços litorâneos de domínio da União - existe ainda uma política de incentivo à construção de grandes empreendimentos do tipo *resort* na região. Isto se explica pela grande visibilidade dada ao município pela divulgação de seus atrativos turísticos em feiras nacionais e internacionais. O próprio secretário de turismo admite que com tais ações houve "uma avalanche de investidores" e com ela alguns impactos negativos como a especulação imobiliária. Estes empreendimentos são entendidos como sinônimos de modernidade e desenvolvimento para os gestores públicos.

No que se refere à participação popular nas políticas públicas, dos sete representantes de associações comunitárias, apenas um respondeu que são chamados para participar da discussão sobre as políticas de turismo do município, enquanto que os demais indicaram respostas negativas, o que nos revela que as políticas de turismo no município vão sendo desenvolvidas, *a priori*, de maneira vertical e arbitrária. As respostas são detalhes a seguir:

Quadro 3: Respostas dos líderes comunitários sobre se são informados ou convidados para participar das políticas públicas do município.

Associações comunitárias	Resposta
Assentamento de Tambaba	Raramente
AMATA	Raramente
Gurugi	Não
Ipiranga	Não
Colônia dos Pescadores	Raramente
Assentamento Dona Antônia	Não
Associação dos Pescadores de Jacumã	Sim

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

[8] PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDE. Conde quer montar roteiro turístico Caminhos do Encanto. Disponível em: <http://www.condepb.com/site/index.php/turismo/37-eventos/194-conde-que-montar-roteiro-turistico-caminhos-do-encanto>. Acesso: 10/09/2012.

A parceria público/privada também foi mensurada qualitativamente e contatou-se que a principal parceira da prefeitura é a Associação de Turismo Costa de Conde, única a afirmar que participa frequentemente das discussões de políticas públicas do município. E é justamente essa associação que possui a maior fração de poder no mercado turístico local, e envolve apenas 17 empresas associadas (entre pousadas, resort e restaurantes) enquanto que o município conta, por exemplo, com 47 meios de hospedagem.

Por outro lado, os comerciantes da Costa de Conde afirmaram não participar das discussões em nível municipal, tendo destacado uma parceria maior com o governo do estado ou federal, mesmo que de forma esporádica. O líder dos barraqueiros, por exemplo, alega que participa, essencialmente, através do comitê de gestão do Projeto Orla, no qual faz parte e é de caráter obrigatório em nível federal. Já o líder dos comerciantes de Tambaba explicou que apenas através do governo do estado foram convidados (duas vezes) para discutir sobre o turismo.

Quadro 4: Respostas dos líderes de associações privadas sobre se são informados ou convidados para participar das políticas públicas de turismo do município.

Associações privadas	Respostas
Associação de turismo Costa de Conde	Sim
Associação dos Barraqueiros da Costa de Conde	Não
Associação Tambaba Nua	Não

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Atualmente, o município possui um resort em funcionamento próximo a praia de Tabatinga (Figura 5) e um segundo empreendimento em processo de construção ao lado deste primeiro (Figura 6), localizados dentro da APA de Tambaba, que foi decretada Área de Proteção Ambiental através do Decreto Estadual nº 22.832 / 2002 abrangendo uma área de aproximadamente 3.270 hectares e ampliada em agosto de 2005, através do Decreto 26.296, para 11.320 hectares com o objetivo de incluir

as nascentes dos rios da região (BRITO, 2010, p.9). De acordo com o referido decreto, o objetivo da APA consiste em disciplinar o uso do solo e garantir a conservação de remanescentes dos ecossistemas existentes na área: Manguezais dos rios Bucatú e Graú, Cerrado, Mata Altântica e Recursos Hídricos. Deste modo, fica proibida a implantação de atividades potencialmente poluidoras, o exercício de atividades industriais capazes de provocar erosão ou assoreamento dos corpos hídricos, uso de biocidas e fertilizantes na área. O decreto determina ainda que qualquer atividade inserida na APA dependerá do licenciamento da SUDEMA (GUEDES, 2006).

Para a gerente geral do resort em funcionamento, a ideia de construir um resort no Litoral Sul da Paraíba surgiu do interesse dos investidores pelos atrativos naturais da região, ainda pouco explorados:

> Uma região de tão rica beleza e pouco explorada despertou a ideia de trazer um empreendimento que aliado às demais instituições que trabalham em prol do turismo tem em seus objetivos a missão de fortalecer o destino tanto a nível nacional como internacional (GERENTE GERAL DO MUSSULO RESORT, 2012).

Figura 5: Entrada do Mussulo Resort
Foto: Rafaella Soares, 2012.

Figura 6: Construção do Vista Morena Resort

Foto: Rafaella Soares, 2012.

O secretário de turismo confirmou ainda um terceiro megaprojeto de três resorts, que está sendo discutido com bastante polêmica por estar sendo projetado para se instalar na área de proteção ambiental (APA) de Tambaba e um último (igualmente megaprojeto de três resorts) sendo idealizado em Gramame. Porém, apesar de confirmados, estes empreendimentos ainda não possuem previsão de data de entrega, pois estão ainda em processo de negociação apenas. No decorrer da pesquisa, descobrimos que outro resort está sendo construído no município de Lucena, no Litoral Norte da Paraíba: O Costa Brava, de um grupo espanhol, mas não será analisado por estar fora da limitação geográfica da pesquisa.

Para o secretário de turismo de Conde e diretora da PBTUR, a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, a serem realizados no Brasil, têm influência na aceleração da construção desses empreendimentos turísticos, embora o secretário acredite que é pouco provável que até lá mais de um resort esteja finalizado, mesmo que eles estejam trabalhando para que o município seja uma sub-sede para abrigar alguma delegação de jogadores ou jornalistas. O secretário explicou que, pela característica de sub-sede, Conde poderá oferecer preços diferenciados, além de uma maior tranquilidade para os hóspedes, por estar num local mais afastado. Mas para as cidades que pretendem ser sub-sedes, existe uma exigência de um centro de treinamento a menos de 20 km do meio de hospedagem,

e por isso, a prefeitura, que dispõe de uma área de aproximadamente 50 km, está fazendo uma doação para a iniciativa privada para fazer esse centro de treinamento. O secretário conta ainda com a construção de mais três hotéis e no mínimo dois *resorts* em funcionamento até a Copa, pois a construção dos seis resorts "é um projeto para dez anos", esclareceu.

Para a PBTUR, a expectativa é de que todos os leitos da capital João Pessoa e da Costa de Conde estejam lotados nesse período. A diretora lembra ainda que dentro do turismo internacional os principais mercados trabalhados são: Portugal, Espanha e Argentina, sendo esta última o principal foco atual devido à crise europeia que prejudicou os fluxos turísticos internacionais. A construção de resorts é para a PBTUR um fator importante para a consolidação do destino Paraíba. Para ela, é um mercado em ascensão onde a procura é muito forte e fácil de vender "é como pão quente, todo mundo quer".

Os dois representantes do setor público acreditam que a entrada tardia da Paraíba no mercado de resorts é principalmente consequência da política do Estado, uma questão de vontade e decisão política. Para o secretário de turismo de Conde, por exemplo, "nunca teve uma política de desenvolvimento de turismo como atividade econômica. O enfoque do governo é a industrialização e a agricultura". Para a diretora da PBTUR "é uma questão de vontade política e falta de visão do empresariado local", não só em Conde como em João Pessoa. Ela lembra ainda que a capital paraibana também já deveria possuir este tipo de empreendimento e ressalta que desde o Projeto Costa do Sol, lançado em 1988, nada foi feito e até hoje o projeto não saiu do papel, enquanto que o Projeto Via Costeira do Rio Grande do Norte possui diversos grandes hotéis e resorts. E não é por falta de espaço físico. O interessante é que a área destinada aos empreendimentos foi praticamente doada a diversos empresários locais, que nunca construíram nada no local. Ela explica que em Natal foi feita uma promoção muito forte, lembrando que os empresários não vão investir onde não vão lucrar ou onde não existe infraestrutura básica e de apoio. A PBTUR espera que este polo turístico ainda seja destravado e permita a instalação de pelo menos três grandes resorts e outros hotéis tradicionais, mas confessa que existem muitas dificuldades jurídicas e ambientais pelo fato do polo estar situado "em região de falésias, com dois rios passando, um do lado e outro do outro, com mata atlântica preservada", entre outros. Concordando com a diretora da PBTUR, a gerente do Mussulo Resort justifica a entrada tardia da Paraíba neste mercado pela

“falta de valorização pelos empreendedores e governantes para o desenvolvimento do Turismo na Região”.

3.2 ASPECTOS JURÍDICOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ADEQUAÇÃO DOS RESORTS COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE

Dependendo da localização, porte, características ou do potencial impacto que os empreendimentos turísticos podem causar ao meio ambiente, essas empresas são obrigadas a passar por um processo de licenciamento ambiental de competência diferenciada, de nível federal através do IBAMA e de nível municipal através da SUDEMA. No caso dos resorts, que são complexos de grande porte, faz-se necessário compreender como este processo é realizado e que tipo de entraves são encontrados para posterior análise dos possíveis impactos ocasionados.

Segundo Trennepohl (2006, p. 60), o licenciamento é definido na Resolução nº 237/97 como:

> Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

As leis que regem o licenciamento são a Lei 6.938/81, as Resoluções do CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 e o Parecer 312 que aborda a competência estadual e federal para o licenciamento de acordo com a abrangência do impacto. A avaliação de impacto ambiental é ainda matéria constitucional, prevista no Art. 225, § 1º, Inciso IV da Constituição Federal de 1988, que determina a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

As etapas do licenciamento que objetivam estabelecer as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor são definidas no Art. 8° da Resolução CONAMA N.° 237 de 19 de dezembro de 1997. Trennepohl (2006, p. 61) as resumem da seguinte forma:

- Licença Prévia (LP): Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a

viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

- Licença de Instalação (LI): Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, do qual constituem motivo determinante;
- Licença de Operação (LO): Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

A licença prévia possui validade de até cinco anos, a licença de instalação validade de até seis anos e a licença de operação tem validade mínima de quatro anos e máxima de dez. Outro tipo de licença, citada pela SUDEMA, é a Autorização Ambiental (AA), que é “concedida para estabelecer as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes” e cujo prazo de validade não excede um ano. Existe ainda a Licença Simplificada (LS), “concedida para localização, implantação e operação de empreendimentos ou atividades exclusivamente de porte micro” com prazo máximo de dois anos e a Licença de Instalação e Operação (LIO) que é “concedida exclusivamente para autorizar ou regularizar a implantação de projetos de assentamento de reforma agrária” cujo prazo não excede três anos.

A premissa fundamental do licenciamento ambiental consiste na exigência de avaliação de impacto ambiental para os empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento. O estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - EIA/RIMA foi instituído pela Resolução do CONAMA nº 001/86.

De acordo com o IBAMA, O EIA consiste em um documento técnico-científico composto por:

- Diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico;
- Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas;
- Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos e elaboração; de medidas mitigadoras dos impactos negativos;
- Programas de Acompanhamento e Monitoramento.

O RIMA, por sua vez, é o documento público que reflete as informações e conclusões do EIA e é apresentado de forma objetiva e adaptada a compreensão da população. Ele deve conter, basicamente, de acordo com Trennepohl (2006, p.66):

- Objetivos e justificativas do projeto;
- Descrição do projeto e suas alternativas;
- Síntese dos resultados dos estudos sobre o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;
- Descrição dos impactos ambientais;
- Descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras e recomendação quanto à alternativa mais favorável.

É na fase do RIMA que são realizadas Audiências Públicas para que a comunidade envolvida pelo empreendimento ou dano ambiental seja consultada. Em ambos é essencial o trabalho de uma equipe multidisciplinar para realizar as pesquisas.

No município de Conde, e segundo o secretário de turismo, como a maioria das áreas de interesse turístico encontra-se em áreas fragilizadas ou de preservação, “os empreendimentos só podem ser feitos com o aval do órgão e é aí que se desmancham os projetos”. Na prática, muitas situações são consideradas irregulares.

Isto nos remete à questão da efetividade das normas ambientais, que passa pela influência de aspectos bastante complexos. Primeiramente, existe o fato de que o dano ambiental pode ser “recompensado” na própria lei, seja por indenizações ou por medidas mitigadoras de impactos ambientais, o que já representa uma fragilidade ao direito ambiental. Visto que muitas vezes o causador do dano prefere recompensar a prevenir o dano. Neste aspecto, o dano ambiental é bem mais complexo do que o dano comum, conforme explicações de Capone e Mercone (*apud* Freitas, 2005, p. 182):

O ambiente, pela sua natureza, não é uma *res in commercio*, isto é, um bem destinado juridicamente ao comércio. Todavia, em caso de lesões, ao fim da sujeição do responsável a sanções, impõe-se uma quantificação em termos econômico-monetário do bem ambiental danificado pela transgressão. Mas a transformação em quantia pecuniária do assim chamado valor ambiental, é por assim dizer, uma operação que corre sobre um plano ontologicamente diverso daquele do bem; o dinheiro e o ambiente não são bens entre si fungíveis; a lesão do

ambiente não é uma lesão meramente patrimonial; o ambiente não está à venda. A imposição de um “ressarcimento do dano ambiental” não é o preço para a cessão do meio ambiente, mas um modo de sanção punitiva a cargo do responsável pelo ilícito ambiental.

Leite e Ayala (2010, p. 208) esclarecem que no direito ambiental brasileiro, foi estabelecido (nos arts. 4º, VII, e 14, parágrafo 1º, da lei 6.938/81 e art. 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal) “ao degradador a obrigação de restaurar e/ou indenizar os prejuízos ambientais [...] em primeiro plano, deve se tentar a restauração do bem ambiental e , quando inviável esta, partir-se para a indenização por sucedâneo ou compensação”. Mas esta “reparação” nem sempre é possível ou fácil, muitas vezes levando anos para se obter um resultado, uma vez que o meio ambiente necessita de tempo para recupera-se mesmo com medidas mitigadoras. E na possibilidade de compensação ecológica, quando não for possível reabilitar o bem ambiental lesado “deve-se proceder a sua substituição por outro equivalente ou aplicar a sanção monetária com o mesmo fim de substituição” (LEITE E AYALA, 2010, p. 211), o que significa que o dano irreversível em um determinado local pode ser compensado em outro completamente diferente.

É complicado ainda quantificar o dano, estipular um valor monetário a algo tão subjetivo como o meio ambiente. Para Leite e Ayala (2010, p.218) “no que tange ao dano ambiental, as dificuldades quanto à reparação pecuniária são marcantes, pois a conversão monetária para fins de cálculo indenizatório é, na maioria dos casos, impossível”. Como quantificar o valor de tartarugas marinhas mortas ou uma espécie em extinção? Ou a degradação causada pela construção de um resort em local inapropriado? Os exemplos são muitos, a poluição do ar, marítima, entre outras, podem ser quantificadas em termos monetários? Há quem defenda que é melhor uma resposta a estas agressões do que a impunidade, mesmo que seja falha. E é fato que a Proposta Metodológica para Valoração de Danos Ambientais, realizada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, por exemplo, que possui tabelas básicas para fixar valores de indenizações representa um grande avanço e um exemplo de como isto pode ser feito (FREITAS, 2005).

Aliado a isto, a responsabilidade do dano ambiental pode ser atribuída a diferentes indivíduos. Freitas (2005, p.194) argumenta que, neste caso, “desde que demonstrada à responsabilidade civil de um ou mais poluidores, aplica-se o previsto no art. 225, caput, do Código Civil de 2002”, isto é, “o credor - no caso a coletividade

– tem o direito de exigir de um ou de alguns dos devedores a reparação pelo dano ambiental". É o que a lei chama de solidariedade passiva pela reparação do dano ecológico, onde quando não é possível individualizar o dano causado, todos são "solidariamente" responsáveis.

No que se refere à criminalização de condutas, esta se traduz pela imposição de sanções administrativas e civis. Entretanto, estas sanções têm se revelado insuficientes para proteger o meio ambiente.

As administrativas porque, sabidamente, os órgãos ambientais contam com sérias dificuldades de estrutura. Além disso, ao contrário do que se supõe em análise teórica, o processo administrativo não é ágil como se imagina: todos os recursos, de regra com três instâncias administrativas, fazem com que anos se passem até uma decisão definitiva; depois ainda há o recurso ao Judiciário. Já a sanção civil, sem dúvida a mais eficiente, nem sempre atinge os objetivos. É que muitas empresas poluidoras embutem nos preços o valor de eventual ou certa reparação. Além disso, a sanção penal intimida mais e, no caso de pessoas jurídicas, influem na imagem que possuem junto ao consumidor, resultando em queda de vendas ou mesmo na diminuição do valor das ações (FREITAS, 2005, p.203).

Sabe-se também que o poder econômico e político interferem no processo de avaliação de danos causados ou no processo de licenciamento ambiental, sobretudo quando a corrupção está presente. Em relação ao licenciamento ambiental, mais especificamente, este problema é muito comum no Brasil.

No licenciamento, algumas fragilidades podem ser apontadas, a exemplo do caráter participativo do EIA/RIMA, que muitas vezes não é realizado, ou é realizado de forma superficial. O próprio estudo de impacto ambiental, por sua vez, nem sempre é feito por uma equipe realmente multidisciplinar. Andrade e Gulin (apud Freitas, 2005, p. 188) explicam que a avaliação de um dano ambiental deve se feita por um especialista, e dependendo da complexidade, por mais de um, quando afirma que "evidenciada a necessidade de perícia multidisciplinar, mesmo que o dano afete apenas um dos aspectos do meio ambiente, deve o juiz nomear tanto peritos quantos sejam necessários para uma abordagem holística", respeitando, evidentemente, a formação técnico-científica de cada especialista.

Além disso, é importante ressaltar que o estudo é realizado por pesquisadores terceirizados e escolhidos pela própria empresa impactante, o que pode contribuir com estudos e pareceres tendenciosos.

O prazo da etapa de licença prévia também pode ser considerado um problema porque ao estabelecer o prazo de cinco anos, os impactos causados neste período já podem provocar um dano ambiental irreversível.

Existe ainda a questão da fiscalização dos impactos causados, que são extremamente frágeis e falhas, e que muitas vezes não ocorrem.

Por fim, é preciso salientar que o fato das leis ambientais serem amplas e generalistas, dá margem a duplo sentido e diferentes interpretações. No artigo 225, § 1º, Inciso IV da Constituição Federal de 1988, por exemplo, que determina a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação no país de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, o termo “significativa degradação” pode gerar confusões, pois como definir um impacto significativo no meio ambiente? A resposta varia de acordo com a interpretação dos interessados.

Alguns ecossistemas, como por exemplo, os manguezais, por muitos anos foram considerados como não importantes ou significativos quanto a sua relevância ambiental e impactos ambientais. Na capital paraibana, João Pessoa, por exemplo, um grande empreendimento foi construído em cima de uma área de mangue, aterrando parte do rio Jaguaribe que passa no local. A obra recebeu parecer favorável da SUDEMA e foi alvo de muitas críticas, sobretudo, pelos indícios de suborno nos processos.

Atualmente, já existe uma maior conscientização sobre isso, o que não impede que o argumento seja uma brecha na lei para facilitar a instalação de outros empreendimentos. Outro exemplo seria o desmatamento: o que pode ser considerado um impacto significativo? Para muitos ambientalistas, a questão pode gerar grandes conflitos. E é fato que mesmo com leis tão completas, o grande problema da sua efetividade reside na influência do poder político e econômico.

Na Costa de Conde, a dificuldade jurídica inicial consiste no fato de que a maioria dos loteamentos se deu de forma irregular, sem nenhum licenciamento, e prevalece certa permissividade jurídica com relação às limitações ambientais, conforme lembra Brito (2010, p.10):

> Com frequência chegam através da imprensa notícias referentes à desobediência por particulares dos limites permitidos para a construção de imóveis, estabelecimentos de loteamentos residenciais e hoteleiros. Em alguns casos com a conivência da prefeitura de Conde.

No caso dos resorts especificamente, a representante da SUDEMA explicou que estes empreendimentos podem gerar impactos "referentes a quaisquer alterações das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente onde será inserida a atividade". Neste contexto, ela argumenta que o licenciamento emerge então como:

> Um moderno instrumento de planejamento para controle, conservação, melhoria e recuperação ambiental, dos recursos naturais, de forma a garantir o desenvolvimento socioeconômico, em conformidade com os princípios básicos do desenvolvimento sustentável (ARQUITETA E URBANISTA DA SUDEMA, 2012).

Quando a área do empreendimento é superior a cem hectares ou considerada de relevante interesse ambiental é solicitado o EIA/RIMA por uma equipe multidisciplinar. Neste caso, a SUDEMA esclareceu que o órgão competente emite um Termo de Referência, o qual "objetiva estabelecer o escopo básico e orientar as empresas projetistas para a realização do Estudo e Projetos Ambientais". A Resolução do CONAMA nº001/86, em seu Art. 2º, exemplifica alguns tipos de atividades modificadoras que necessitam da apresentação de EIA/RIMA, embora outras obras e atividades, mesmo que não constantes na relação, possam ser submetidas às mesmas exigências.

De acordo com a SUDEMA, o resort em funcionamento em Tabatinga (Mussulo Resort) cumpriu as três fases do licenciamento: Licença Prévia nº548/2005, Licença de instalação nº 1938/2006 e Licença de Operação nº 3443/2008. Entretanto, o resort não foi alvo de estudo de impacto ambiental por se tratar de um empreendimento inferior a cem hectares - o resort possui 10.000m², tamanho considerado pequeno comparado aos resorts de grande porte encontrados frequentemente no litoral nordestino. É importante lembrar que os empreendimentos que são dispensados do procedimento devem justificar e fundamentar os motivos em questão, mas este parecer não foi localizado pela pesquisadora. No caso do Mussulo, pode-se deduzir que a ausência de EIA/RIMA seja justificada, além do tamanho, pelo fato da área não está localizada a beira mar e já ter sido antropizada. O resort possui 102 bangalôs, piscina, sauna, academia, *kids club*, *Beach club*, restaurantes e loja. Devido ao fato do município ser desprovido de sistema público

de esgotamento sanitário e tratamento de água, o empreendimento utiliza o sistema de fossa séptica e poço.

Embora a Lei 10.650/03 permita o acesso e a consulta aos processos, na pesquisa documental, nem todos foram localizados pelos funcionários do órgão. O documento fornecido foi o da Licença de Operação na qual constava a descrição do empreendimento, um memorial descritivo do resort especificando suas atividades, a utilização da água, caracterização e destino dos resíduos e das emissões atmosféricas bem como uma proposta técnica e comercial para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos. O impacto ambiental é considerado pequeno pela SUDEMA, mas o impacto social não é citado neste documento.

O outro resort em construção (Vista Morena Resort), localizado ao lado do primeiro, requereu o licenciamento ambiental da obra em 2008, o qual foi concluído com a emissão da Licença de Instalação nº4181/2008. Na SUDEMA, foi possível localizar a licença de instalação e analisar o Relatório de Análise de Projeto, que fornece um parecer (favorável ou não) à Licença de Instalação. Nele, constam informações do empreendimento, a avaliação ambiental do projeto e o parecer técnico com suas condicionantes. O projeto em questão consiste na implantação de um resort que também será condomínio residencial (com possibilidade de compra de bangalôs) em uma área de 24.500,00m². São 41 casas e 6 blocos de apartamentos. De acordo com o documento, o empreendimento contará com rede de energia elétrica, pavimentação nas vias de circulação internas, estacionamentos, guarita de depósitos, cozinha, academia, salão de jogos, auditório, área de lazer com piscinas, quadra de esportes, campo de golfe, entre outros. Com relação à caracterização da área, são apontados os fatores que justificam o parecer favorável e que nos serve de base para o Mussulo, já que são empreendimentos vizinhos.

Deste modo, em visita técnica ao local, constatou-se que a área com 2.5 hectares, encontra-se inserida na APA de Proteção Ambiental de Tambaba, encravada na parte cimeira do tabuleiro costeiro, com relevo plano ondulado. A vegetação nativa existente são resquícios de Mata Atlântica, Mata Encapoeirada e áreas antropizadas desnudas ou com gramíneas, onde serão instalados os futuros equipamentos (SUDEMA, 2008).

O parecer foi favorável ao pedido de licença de instalação desde que fossem obedecidos os seguintes condicionamentos estabelecidos pelo órgão:

- Implantar o empreendimento conforme o projeto analisado pela SUDEMA.
- Apresentar projeto de sistema de drenagem que assegure o escoamento das águas pluviais, a fim de evitar o carreamento da camada superficial do solo para as partes baixas do terreno, num prazo de 30 dias.
- Dispor adequadamente o material proveniente do bota-fora, sem causar danos ambientais a outras áreas.
- Acondicionar, coletar e destinar adequadamente todos os resíduos sólidos gerados na implantação do empreendimento, ficando proibido o seu descarte aleatório ou queima a céu aberto.
- Comunicar à SUDEMA, a conclusão das etapas de construção do empreendimento para fins de fiscalização.
- Respeitar as Áreas de Preservação Permanentes – APP's, de acordo com a Lei Federal nº 4.771/1965 (Código florestal e suas atualizações) e Resolução CONAMA nº 303/2002.
- Atender às exigências e recomendações previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal de cunho ambiental e urbanístico, notadamente o Código do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do município.
- Requerer junto à SUDEMA, autorização de qualquer modificação no projeto analisado e aprovado na SUDEMA.
- Manter esta Licença, bem como cópias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes ora estabelecidos, disponíveis à fiscalização da SUDEMA e aos demais órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Por outro lado, o megaprojeto planejado para constituir um conjunto de três resorts em Tambaba é o mais preocupante pelo tamanho e características da área de proteção ambiental com fragmentos de mata atlântica e com animais e árvores em extinção. De início, o megaprojeto contava com 4 Resorts, 3 Condomínios, Centro Comercial, Campo de Golfe e área destinada para a construção de Pousadas. O processo de licenciamento já está em andamento na SUDEMA desde 2010, porém devido às características polêmicas da área deve ser alterado e encontra-se em negociação até este ano (2012). Apesar do secretário de turismo do município lembrar que "o projeto está confirmado, mas sem previsão de data", o líder da associação Tambaba Nua (de ideologia preservacionista) acredita que o projeto não será aprovado do ponto de vista ambiental: "Eles queriam construir uns resorts

aqui, mas não conseguiram porque houve abaixo-assinado (há 3 anos), colocaram na internet, pediram para pessoal votar contra, porque era muito grande". Contudo, o processo continua em andamento e o secretário de turismo explica que "demora porque são muitos itens a analisar, desde a preservação, até geração de empregos, quer dizer é muito complexo" justificou. Eles também estão negociando os investidores, e dentre eles existem suecos, espanhóis e portugueses interessados no projeto. O secretário de turismo explicou ainda que o projeto está sendo intitulado Reserva de Garaú para não fazer associação com a praia naturista de Tambaba. Neste aspecto, revelou que "os empresários queriam que nós tirássemos Tambaba, porque Tambaba denegria o empreendimento", mas questionou o fato aos investidores, explicando que a praia naturista ficaria distante e não daria para ver, enfatizando que não era possível transferir o lugar do naturismo, e lembrando ainda que apesar de ser uma APA, é permitida a construção com restrições. Na SUDEMA, consta que a área está sendo vistoriada em conjunto com o IBAMA por demanda do Ministério Público. Em tese, o secretário prevê ainda outros 3 resorts em Gramame, mas este último é um projeto ainda a ser pensando no futuro.

Em função das belezas do Litoral Sul e do crescimento do interesse imobiliário pela região, o mercado de resorts está se estendendo a outros municípios vizinhos como Alhandra e Pitimbu, que estão com seus processos de licenciamento na fase de instalação (LI) e estudo de impacto ambiental, devido ao tamanho da área.

O primeiro projeto deverá ser implantado na zona rural do município de Pitimbu na "Fazendo Cabeça". Trata-se de uma área de 344,22 hectares que comportará um complexo imobiliário misto, contando com hotel, flat, campos de golfe, complexo esportivo de lazer e entretenimento de segunda residência, sendo considerado de médio potencial poluidor pela SUDEMA. De acordo com o relatório de inspeção técnica da SUDEMA, o objetivo do projeto em questão é "proporcionar melhores condições para o turismo, com oferta de serviços mais especializados no referente a equipamentos de lazer, conforto e segurança para um público mais específico que é o internacional", confirmando que existe um interesse tanto público como privado em tornar a região um destino turístico internacional.

O segundo complexo no município de Alhandra, e mais especificamente situado na Fazenda Santo Antônio, consiste também em um empreendimento misto e surgiu da necessidade de suprir a demanda imobiliária por empreendimentos

residenciais de alto nível na região, sendo destinado aos turistas nacionais e internacionais. O empreendimento também visa ser uma alternativa ao circuito litorâneo e oferecer atividades esportivas pouco disseminadas no Brasil como o golfe e o hipismo. A área do projeto totaliza 245,42 hectares e contará com residências, chalés ou bangalôs, edificações de operação e apoio ao hotel (tipo resort), centro hípico, clubes e campos de golfe. Além disso, o complexo contará com áreas de Reserva Legal (ARL), Áreas de Preservação Permanente (APPs), lagos, áreas verdes e de circulação.

Conhecidos os aspectos jurídicos e de licenciamento assim como os resorts construído/em construção, podemos partir para uma análise detalhada dos impactos que estes empreendimentos estão ocasionando e podem ocasionar na região.

3.3 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS RESORTS NO DESTINO TURÍSTICO

Assim como as demais atividades econômicas, o turismo pode ocasionar muitos impactos socioambientais positivos e negativos. Entretanto, a dimensão social da atividade tem recebido menos atenção nos estudos de impactos do que a dimensão ambiental.

Os impactos ambientais estão frequentemente associados à poluição, erosão, danos aos recursos naturais, à fauna e flora, lixo, entre outros aspectos. De acordo com a resolução do CONAMA nº 001/86 em seu primeiro artigo, o impacto ambiental é definido como:

> Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:
> I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
> II - as atividades sociais e econômicas;
> III - a biota;
> IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
> V - a qualidade dos recursos ambientais.

O impacto social no turismo, todavia, carece de definições precisas e pode ser associado ao intitulado impacto sociocultural que, geralmente, é invisível, intangível e ocorre de maneira vagarosa e discreta (SWARBROOKE, 2000). Tais

impactos podem ocorrer sobre culturas e comunidade locais em diferentes esferas como a linguagem, religião, estilo de vida, valores, comportamento, entre outros.

Existe ainda um terceiro impacto, o econômico, que trata dos benefícios e custos econômicos do turismo como a criação de empregos, renda, remuneração, etc. Esta perspectiva considera o valor econômico que o turismo representa nas economias locais, uma vez que a atividade “é a principal indústria e o principal motivo de entrada de divisas em moeda estrangeira em muitos países emergentes” (SWARBROOKE, 2000, p.93).

Neste contexto, serão analisados a seguir os impactos dos 4 casos de empreendimentos do tipo resort na região, na percepção do setor público, privado e comunidades locais do município de Conde, isto é: o Mussulo Resort (Tabatinga - Conde), o Vista Morena Resort (Tabatinga - Conde), o complexo Reserva de Garaú (Tambaba – Conde), o Condomínio Riserva Alhandra (Fazenda Santo Antônio - Alhandra) e o Pitimbu Golf Marine Resort (Fazenda Cabeça – Pitimbu).

3.3.1 Impactos dos resorts na percepção do setor público

No que se refere aos resorts do Litoral Sul da Paraíba, o secretário de turismo defendeu a ideia de que tais empreendimentos e o próprio turismo não trazem, no geral, nenhum impacto negativo: “eu não vejo impactos negativos [...] só vejo impactos positivos, logicamente com muita precaução”, ou seja, respeitando o “desenvolvimento sustentável, que não seja predatório”. Entre os impactos positivos ele cita o emprego, a geração de renda, os impactos nos impostos, na urbanização da área e na divulgação do destino. Em relação às comunidades locais, ele explica que existe um termo de compromisso para empregar 80% da mão de obra local nestes empreendimentos e cursos gratuitos de capacitação (de garçons, camareiras, gastronomia, etc.) oferecidos pela prefeitura do município e alguns realizados em João Pessoa. Neste caso, não reconhecer os impactos negativos oriundos do turismo já representa um fator limitante para se pensar adequadamente nas políticas públicas de turismo a serem desenvolvidas na localidade. Além disso, a carência de infraestrutura básica no município (ausência de sistema público de esgotamento sanitário e tratamento de água), de planejamento turístico (através de planos e projetos públicos) e a pouca participação popular constituem alguns dos problemas do turismo local.

Para a SUDEMA é certo que os resorts devem gerar impactos físicos, químicos e biológicos, mas a arquiteta preferiu não citá-los especificamente, mas sim indicar os estudos de impactos dos empreendimentos em questão. A entrevistada não tinha conhecimento da quantidade de resorts que estavam sendo licenciados na região e indicou outro funcionário para auxiliar na consulta.

Após a análise dos processos na SUDEMA, foi possível constatar que, apesar dos dois resorts de Tabatinga (Mussulo e Vista Morena) se situarem na Área de proteção Ambiental de Tambaba, o impacto ambiental (sem o caráter social) é considerado pequeno pelo fato da área dos dois empreendimentos não ultrapassar 3 hectares e pelas características do loteamento, que segundo as informações, já era antropizado. Como não foram realizados estudos de impacto ambiental desses empreendimentos (devido ao pequeno tamanho e relevância das áreas), percebeu-se que não foram levados em consideração os aspectos sociais e de gestão ambiental dos recursos naturais, por exemplo, uma vez que estes resorts não possuem qualquer política ou programa de gestão e responsabilidade socioambiental, confirmada pela gerente do Mussulo, que justificou este aspecto afirmando que estão “em fase de planejamento e projeto”.

No caso do Vista Morena, que está em fase de construção, a SUDEMA explica que a implantação de obras de construção civil, especificamente de urbanização, acarretam diversos impactos ambientais diretos e indiretos à área de influência do projeto. Tais impactos são divididos em dois grupos: os impactos ambientais da fase de implantação e os impactos decorrentes da operação do empreendimento. Na fase de instalação, foram citados alguns deles como “material de limpeza de área, bota fora, material de escavações, água de drenagem das valas” e algumas medidas mitigadoras nas diversas etapas de execução do projeto. Na fase de operação, foram citados os “resíduos sólidos provenientes das atividades domésticas” e “os provenientes das instalações hidro-sanitárias, cujo destino será a absorção do solo”. Tudo isso gera muitos relatórios, prazos e fiscalizações. Mas estes documentos não foram disponibilizados à pesquisa, apenas os estudos de impactos de resorts e alguns pareceres encontrados foram disponibilizados. Os pareceres dos dois resorts de Tabatinga foram favoráveis (à instalação e operação do Mussulo e à instalação do Vista Morena), sempre mediante alguns condicionamentos do órgão.

No caso do complexo turístico Reserva de Garaú, a SUDEMA ainda está analisando o projeto e documentações, mas especula-se que o projeto terá que fazer algumas mudanças para se adequar à legislação ambiental e diminuir os possíveis impactos causados.

Nos resorts do município de Alhandra e Pitimbu, que estão na fase de licença de instalação, a SUDEMA considerou que os impactos socioeconômicos positivos superam os impactos ambientais negativos e por isso são considerados viáveis ambientalmente.

De acordo com a avaliação de impacto ambiental, os impactos positivos e negativos ocasionados com a implantação do Pitimbu Golf Marine Resort e que podem ser mitigados através de programas de controle, recuperação e educação ambiental foram:

Positivos:

- Implantação de projeto de recuperação da faixa de falésia composta por bambu (reflorestamento com espécies nativas de Mata Atlântica e Cerrado).
- Programa de recuperação das áreas de manguezais pertencentes à fazenda Cabeça com plantio de mangue nas áreas desmatadas.
- Implantação de projetos paisagísticos em todo o empreendimento voltados ao uso de espécies nativas (incentivo à atração de aves com o uso de plantas frutíferas nativas).
- Programa de enriquecimento da vegetação de Mata Atlântica através do plantio de espécies nativas em áreas degradadas.
- Implantação de um sistema de proteção e vigilância das áreas naturais, impedindo ou coibindo a retirada de madeira, a caça, os incêndios, e demais agressões ao meio ambiente.

Negativos:

- Implantação de um canteiro de obras que traz perturbações diretas e indiretas ao meio ambiente como um todo – de caráter temporário e irreversível.
- Supressão do canavial – que apesar de uma cultura agrícola resguarda-se como ambiente temporário e sazonal para inúmeras espécies da fauna.

Com sua supressão haverá perturbações diretas para a fauna associada de caráter permanente e irreversível.

- Aumento considerável na densidade populacional – indica maior circulação de pessoas, veículos, alteração na paisagem, geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários de caráter permanente e irreversível.
- Utilização das praias e restingas com maior frequência – podendo haver sensíveis distúrbios na flora e fauna local – pisoteio da vegetação, barulhos, resíduos sólidos (lixo) de caráter permanente e irreversível.

A conclusão do documento enfatiza que “a contribuição social com certeza será o maior benefício para aquela região que carece de empregos e empreendimentos desse porte” e as “condicionantes físicas, biológicas e socioeconômicas não apresentam na sua implantação e operação restrições no enquadramento na legislação ambiental e urbanística”. Portanto, de acordo com a SUDEMA, o ambiente torna-se ambientalmente viável trazendo melhorias na economia da região.

No caso do Condomínio Riserva Alhandra, foram identificados 166 impactos entre positivos e negativos, dos quais 7 foram classificados como de grande importância e destes, apenas a alteração da paisagem foi considerado negativo. Para a SUDEMA, a grande maioria dos impactos positivos é observada no meio socioeconômico. Dentre os impactos positivos e negativos podemos destacar:

<u>Positivos</u>:

- Oferta de emprego e renda
- Crescimento da atividade comercial e industrial
- Maior arrecadação de impostos
- Aumento da oferta de infraestrutura básica
- Desenvolvimento da atividade turística

<u>Negativos</u>:

- Poluição do ar e do solo
- Alteração da paisagem

- Formação de processos erosivos
- Perda de cobertura vegetal
- Fuga da fauna
- Alteração do ecossistema
- Aumento do fluxo de veículos

Na PBTUR, como a presidente enfatizou que o papel do órgão era apenas de promoção do destino, também não foi especificada a opinião do órgão neste aspecto. Mas a entrevistada demonstrou-se favorável à consolidação de um mercado de resorts na Paraíba quando afirma que “precisamos ter esse tipo de equipamento”.

Desta forma, para o setor público, os impactos dos resorts são *a priori* positivos porque os empreendimentos vão fomentar o turismo na região e gerar emprego e renda para a localidade. Não houve nenhuma oposição a estes empreendimentos por parte deste setor.

3.3.2 Impactos dos resorts na percepção do setor privado

Para a gerente geral do Mussulo Resort o empreendimento foi responsável “pela geração de empregos, crescimento do turismo na região, treinamento e capacitação de seus colaboradores, além da promoção do destino” e fortalecimento do turismo em nível nacional e internacional. O emprego é justificado quando afirma que 80% da mão de obra do resort é local (mesmo percentual indicado pelo secretário de turismo), ocupando diversas funções, que não foram reveladas. Entretanto, acredita-se que o empreendimento não compra seus produtos no município, embora tenha sido confirmado apenas que eles não possuem parceria com agricultura familiar. Apesar de não confirmarem de onde provinham os produtos, declararam apenas que o “processo de compras segue a regras próprias pré-estabelecidas em procedimento interno”. Supõe-se, então, que o empreendimento siga as regras de concorrência do mercado.

A líder da Associação de Turismo Costa de Conde também acredita que o Mussulo contribuiu para a divulgação do destino na medida em que “colocaram o nome do município no mapa nacional”, pois o empreendimento tem condições de

divulgar o destino em espaços mais onerosos como revistas nacionais e internacionais. Para ela, não existe uma concorrência desleal com o resort, já que o público alvo é totalmente diferente. O impacto positivo citado por ela com a chegada dos resorts na região é o emprego e o negativo estaria ligado à questão ambiental, dependeria da área onde fosse construído.

Por outro lado, o líder dos barraqueiros da Costa de Conde acredita que nas condições atuais de infraestrutura do município o impacto do Mussulo e demais resorts é negativo, uma vez que "o município não está preparado para receber". Ele explica que o resort "está gerando exclusão social, aumenta a violência porque existe uma revolta social" pelo empreendimento não trazer reais benefícios à comunidade e ao município. Ele explica que como a cidade não oferece nenhum atrativo para o turista, este último só se desloca no máximo para João Pessoa, não movimentando o comércio local. Lembra também que as compras do resort não são feitas no município e por questão do preconceito estes turistas não frequentam nem mesmo as barracas da praia, uma vez que possuem um ponto deles na praia. Como membro do Comitê Orla, ele afirma, inclusive, que o restaurante à beira mar não possui "nenhuma licença do projeto orla", mas que "a questão financeira está mandando e deixando ele alí". Ele acredita que este investimento foi pensado como um potencial para o futuro, inclusive pela aproximação da Copa do Mundo. Um fato curioso, entretanto, foi citado apenas por este entrevistado:

> O Mussulo tem uma carga de energia que prejudicou toda a costa de Conde, como ele precisa de muita energia, de vez em quando tem um apagão. A energia que ele puxa para ali é da metade da costa de Conde. A Energisa não se preparou pra receber aquilo ali. Se instalar esses resorts todos em um ano a gente vai ter um colapso energético, um apagão na cidade.

Contudo, este entrevistado se mostrou favorável aos resorts se as condições de infraestrutura melhorar: "Se organizar o município pra receber eu sou a favor", enfatizando que também é preciso pensar no "crescimento sustentável" do município.

Tanto a líder da ATCC como o líder dos barraqueiros tinham conhecimento dos projetos em andamento para a construção de outros resorts na região, e ambos são contra apenas o complexo da Reserva de Garaú, pela localização, isto é, por estar situado dentro de uma APA. Neste aspecto, o líder dos barraqueiros alertou: "Se continuar dessa forma, nós não vamos ter reserva ali, mata nenhuma".

Numa visão mais radical encontra-se o líder da Associação Tambaba Nua, que acredita que os impactos trazidos com os resorts são apenas negativos. Considera ainda que os resorts não geram emprego e renda, e se gerar seria muito pouco frente aos impactos ambientais, desconhecendo inclusive qualquer membro de sua comunidade que trabalhe no Mussulo. Para ele, enquanto comerciante de Tambaba, os resorts também não aquecem o comércio local porque o turista de resort fica apenas dentro do estabelecimento, só gerando renda para eles. Aliado a isto, ele também afirmou que as compras de um resort não são feitas na comunidade: “Isso já vem tudo de fora, pelas distribuidoras” e que o dinheiro vai para fora do país, como é o caso do Mussulo que é angolano, lembrando ainda que os resorts que querem vir para a região, geralmente, são de grupos estrangeiros. Por tais motivos e, sobretudo, pela questão ambiental, o entrevistado se mostrou totalmente contra os resorts na região, embora só tivesse conhecimento do projeto da Reserva de Garaú. Em relação a este empreendimento, especificamente, ele explicou que tipo de impactos ambientais seriam causados:

> Nós vamos perder a nossa mata, tem muita coisa em extinção, nós temos um dos cajueiros mais velhos do mundo aqui, nós temos a sucupira branca aí dentro, nós temos muitos animais, nós temos macacos, cobras jiboias [...] tatu, muitos animais mesmo silvestre e eles não vão ter para onde ir. No sábado eu estava aqui e tinha um camaleão a dois metros aqui andando, coisa linda, o saguim vem comer aqui, nós temos não sei quantas famílias de saguins. É uma coisa que vai desaparecer. Seus netos não vão chegar a alcançar isso se fizer esse resort.

Como a comunidade naturista é bem engajada com as questões ambientais e bastante mobilizada a nível nacional e internacional, podemos deduzir que a entrada desse complexo pode trazer um grande conflito socioambiental, visto que a comunidade está contra e já fez um abaixo-assinado há três anos quando a discussão ainda era incipiente. Este líder de associação explicou que o complexo traria um impacto muito grande, acrescentando que “não existe um projeto desse tamanho” no Nordeste e enfatizando seu posicionamento a favor de um desenvolvimento sustentável para o turismo.

Os quatro representantes do setor privado garantiram empregar mão de obra local em seus estabelecimentos, mas quando questionados se compravam produtos dos comerciantes locais, o Mussulo não quis responder e a ATCC afirmou comprar esporadicamente, quando encontra os produtos. Quando é peixe, por exemplo, ela afirma que os pescadores nunca têm a quantidade que precisam, afirmando que

eles não seriam auto-suficientes e que estariam comprando de fora também. Esta questão foi contestada pelos pescadores locais.

Desta forma, existe uma divergência de opiniões no setor privado em relação a esses resorts. Para a Associação de Turismo Costa de Conde, que inclui pousadas, restaurantes e o próprio Mussulo resort, estes empreendimentos devem trazer mais impactos positivos do que negativos por ajudarem a promover o destino e trazerem emprego e renda para região. Por outro lado, para os comerciantes e barraqueiros locais os impactos são mais negativos pelo fato dos turistas de resorts não terem contato com outros serviços fora os fornecidos pelo empreendimento e pelos problemas ambientais que provocam.

3.3.3 Impactos dos resorts na percepção das comunidades locais

No que se refere às comunidades locais, através das entrevistas, foi possível perceber que as comunidades percebem o turismo, em geral, de uma forma positiva, muitas vezes relacionado à questão da infraestrutura e benefícios econômicos, embora os impactos ambientais e a exclusão social tenham sido bastante citados. Esta complexidade de impactos foi resumida pela líder da associação quilombola do Gurugi: “Um lado do turismo é de crescimento, outro lado é de destruição”. A atividade turística, de fato, é uma das maiores fontes de captação de recursos do município, mas está crescendo de forma desordenada.

De acordo com o líder da AMATA, não só o turismo, mas o próprio desenvolvimento da região tem ocorrido “de forma desordenada, comprometendo a qualidade de vida e degradando o meio ambiente”, por questões políticas e de planejamento.

Para o líder da Associação dos pescadores de Jacumã, o turismo “veio em uma proporção gigantesca, mas que favorece apenas alguns”. A grande insatisfação da população é a falta de emprego e os subempregos que são oferecidos para essa categoria. Nesta perspectiva, foram citados alguns impactos econômicos, ambientais e sociais do turismo na percepção dos líderes comunitários, que foram organizados e classificados no quadro 5.

Quadro 5: Impactos do turismo na percepção dos líderes das comunidades locais

Impactos Econômicos	Impactos Ambientais	Impactos Sociais
• Crescimento econômico • Aumento das vendas • Aumento do emprego • Aquecimento do comércio • Especulação imobiliária	• Destruição • Poluição • Degradação • Descaracterização do ambiente costeiro • Poluição dos rios • Transformação do espaço • Ocupação desordenada do solo	• Território invadido por muita gente • Aumento da violência • Subempregos • Exclusão social • Diferença de salários entre os funcionários da região e de fora • Áreas reservadas para hotéis • Mudança no estilo de vida

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Em relação aos resorts, apenas 2 dos 7 líderes comunitários afirmaram possuir conhecimento total dos projetos para a instalação de mais resorts na região, o que confirma a hipótese de que a população não é incluída nas discussões de turismo na região. Entretanto, dos 5 entrevistados que desconheciam os projetos, 2 afirmaram que conheciam ao menos o Vista Morena, que já está em construção em Tabatinga.

Para o líder da Colônia dos pescadores e da Associação de pescadores de Jacumã, os resorts podem contribuir para a abertura de mais empregos e aquecimento do comércio local, mas não é o que acontece na região, porque os empregos ofertados são poucos e entendidos como subempregos, além do comércio ser pouco aquecido também. O isolamento do resort é compreendido como um fator que gera exclusão social para essa categoria incentivando o preconceito contra a comunidade: “Ficam olhando você como um marginal”, justificou o líder da Colônia, que afirmou ainda que estes empreendimentos “criam revolta, criam marginal”. Para eles, os impactos dos resorts são mais negativos do que positivos, uma vez que tais empreendimentos tiram seus espaços “constroem nas falésias, em áreas que não podem ser construídas, próximo demais do mar” e “isola mais a comunidade pesqueira, eles vão perdendo cada vez mais seu espaço na área marítima”, acrescentou. O líder desta associação lembrou que esses

empreendimentos “fecham o pacote, compram até uma área na praia e fazem os quiosques deles; isso impede que o turista caminhe, se relacione com a comunidade”.

A comunidade pesqueira afirmou não vender seu produto para o resort construído explicando que os pescadores são desprestigiados pelo trade turístico que compram seus produtos geralmente fora, na capital paraibana. Vale salientar que o líder da associação pesqueira afirmou possuir um projeto artesanal de produtos derivados do peixe como pastéis, “coxinhas” e bolos de macaxeira. Todavia, não possuem nenhum tipo de parceria com os resorts ou meios de hospedagem, o que gera insatisfação por parte dessa comunidade:

> Nós fizemos uma degustação com nossos produtos, alguns vieram, mas não prestigiam, para nós é uma ofensa, pessoas de fora que vêm prestigiar, um trabalho todo artesanal. Quando provam, comem, levam pra casa, mas não ofertam aos hóspedes. É muito triste saber que tem um produto que não é valorizado (SECRETÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE JACUMÃ, 2012).

Assim como a comunidade pesqueira, os agricultores da região também se sentem excluídos dos benefícios econômicos defendidos com a chegada desses empreendimentos, e isso se justifica pela falta de incentivo e apoio tanto público como privado. Para eles, os resorts não geram renda, mas o turismo sim, o turista que visita a população. Além dos produtos primários, o líder do assentamento de Tambaba vende “dindin” (espécie de sorvete popular) e doce caseiro feito pela esposa para os turistas que passam em frente a sua casa, que se situa na via principal em direção à praia de Tambaba. Já o líder do assentamento Dona Antônia mostrou-se preocupado com a crescente aquisição de terras pelos empresários de forma a não prejudicar e inviabilizar a agricultura familiar:

> A gente tem que ter cuidado pra eles (empresários) não comprarem tanto lugar (terra) porque se não a gente fica sem lugar (para a agricultura familiar). A gente tem medo desse pessoal que vem construindo, e comprando coisa muita, a gente fica meio alerta (LÍDER DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO DONA ANTÔNIA, 2012).

Ambos se sentem distantes da realidade dos resorts e não conhecem ninguém da comunidade que trabalhe no resort em funcionamento. Quando questionados se já buscaram alguma parceria diretamente com os empresários, o líder do assentamento Dona Antônia, que é mais próximo do Mussulo resort, afirmou que a comunidade possui um grupo de ciranda, que foi apresentado ao resort há um ano, mas não obteve nenhuma resposta favorável, conforme a seguinte explicação:

“Nós temos um grupo de ciranda da comunidade, nós fomos lá apresentar a cultura da gente, mas fomos recebidos lá pelo rapaz que disse que o gerente vinha aqui, e até hoje, faz um ano. Aí dessa parte a gente ficou bem satisfeito não”.

Para as duas comunidades quilombolas, os resorts poderiam ser positivos se gerassem emprego para a localidade, mas as duas líderes afirmaram que apesar da comunidade possuir pessoas capacitadas até com nível superior, o que “sobra” para eles são os subempregos, ou emprego de camareira, auxiliar de cozinha, de serviços, etc. Contudo, a líder da comunidade do Gurugi afirmou conhecer três pessoas de sua comunidade que trabalham no Mussulo Resort. Na comunidade Ipiranga, a líder afirmou conhecer uma; todas trabalham nessas funções citadas anteriormente. Para a líder da comunidade Gurugi, o principal impacto desses resorts é o desmatamento, enquanto que para a líder da comunidade Ipiranga o principal é a possibilidade de emprego. Desta forma, houve uma divergência de opinião entre as duas comunidades quilombolas onde a primeira (Gurugi) se mostrou contra os resorts pela “comunidade está sendo imprensada nesses hotéis, condomínios, está se fechando”, ficando “sem espaço até pra circular” e “acaba ficando sufocada”. Por outro lado, a outra comunidade quilombola (Ipiranga) se mostrou a favor dos resorts “desde que gere renda para comunidade, emprego”.

Por fim, para o líder da AMATA, que é uma associação de moradores de cem associados, com objetivos ambientalistas e sociais de preservar o meio ambiente e trabalhar em prol dos interesses da comunidade, os resorts causam diversos impactos positivos e negativos. Ente os positivos estariam o “aumento da capacidade hoteleira, melhoria da infraestrutura (calçamento), mais divisas para o município e projeção da localidade no cenário turístico regional, nacional e internacional”. Como impactos negativos ele citou o “assoreamento do Rio Bucatu (drenagem), aumento da especulação imobiliária (aumento do preço do solo) e “privatização da praia” (colocação de equipamentos a disposição dos hóspedes)”. Provavelmente pelo grau de instrução (único dos líderes comunitários com nível superior) e engajamento ambiental, este entrevistado se mostrou mais preparado para explicar os impactos desses resorts. Deste modo, esclareceu que no caso do Mussulo, o impacto ambiental não foi tão grande em termos de ocupação do solo pelo fato da área já ter sido devastada e antropizada antes do empreendimento, mas que devido certa declividade da área, ocorre um problema de drenagem e um processo erosivo constante culminando com o assoreamento do rio. Nos aspectos

sociais, explicou que os impactos negativos dos resorts são maiores, por causa da privatização das praias e pouco benefício real trazido para as comunidades. O entrevistado defendeu a ideia de que para que esses empreendimentos possam trazer desenvolvimento e benefícios locais é preciso “envolver a comunidade do entorno”, o que ele acredita que não acontece. Todavia, demonstrou-se totalmente contra apenas o complexo da Reserva de Garaú, por acreditar que o projeto trará uma “descaracterização cultural” muito grande, oposta ao estilo de turismo sustentável e de naturismo de lá. Ele prevê, inclusive, uma pressão para que o naturismo acabe ou mude de local se o projeto for aprovado.

Assim, após a análise das entrevistas, foi possível perceber que, apesar da maioria dos líderes comunitários não ser contra os resorts, eles esperam uma contrapartida (econômica e social) que não está sendo realizada pelo empreendimento em funcionamento, e por isso, os impactos negativos são maiores do que os impactos positivos, conforme quadro a seguir.

Quadro 6: Impactos dos resorts na percepção dos líderes comunitários

Impactos Positivos	
• Aumento da capacidade hoteleira • Melhoria da infraestrutura (calçamento) • Mais divisas para o município • Projeção da localidade no cenário turístico nacional e internacional	• Emprego • Aumento do fluxo turístico • Desenvolvimento pelo aquecimento do comércio local • Possibilidade de parceria com a comunidade
Impactos negativos	
• Apropriação do espaço • Assoreamento do Rio Bucatu • Aumento da especulação imobiliária • Privatização da praia • Não geração de renda para comunidade • Geração de pouca renda (geralmente o dinheiro circula	• Exclusão da comunidade • Preconceito com nativos • Isolamento da comunidade pesqueira • Perca do espaço na área marítima • Medo de perder as terras • Impede que o turista caminhe/ se relacione com a comunidade

nas dependências do resort) • Subempregos • Desmatamento • Pequenos agricultores/ comerciantes não se beneficiam • Construção em áreas que não podem ser construídas (falésias, próximo demais do mar, etc.)	• Poluição • Isolamento • Nas áreas populares poucos turistas passam • Extinção de animais e árvores locais • Exploração dos horários dos funcionários • Revolta popular

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Conforme informações do quadro 6, percebe-se que a quantidade de impactos negativos (23) citados pelos líderes comunitários é claramente maior do que a quantidade de impactos positivos (8), o que demonstra que a percepção da comunidade em relação aos empreendimentos do tipo resort, é, no geral, negativa, embora a maioria dos entrevistados não seja totalmente contra a inserção destes empreendimentos na região.

3.3.4 Percepção geral sobre os resorts do Litoral Sul da Paraíba

Após as análises detalhas de cada categoria de entrevistados e respectivas opiniões sobre os impactos do turismo e dos resorts no Litoral Sul da Paraíba, foi possível verificar as tendências de opiniões em relação à inserção destes empreendimentos, conforme informações da tabela 3.

Tabela 3: Opinião dos entrevistados sobre a inserção dos resorts no Litoral Sul da Paraíba

Categorias	Favorável	Desfavorável	Depende	Não respondeu	Total
Setor Público	2	0	0	1	3
Setor Privado	0	1	2	1	4
Comunidades Locais	1	1	5	0	7
Total	3	2	7	2	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Desta forma, e de acordo com a tabela 3, percebeu-se que no setor público, os dois entrevistados que se mostraram totalmente favoráveis aos resorts (secretário de turismo e presidente da PBTUR) justificaram suas posições pelo fato da Paraíba precisar destes investimentos para desenvolver o turismo em nível nacional e internacional e melhor competir com os outros estados nordestinos que já possuem. Mesmo assim, lembraram rapidamente que isto deveria ser feito com as devidas legalidades ambientais. A SUDEMA não foi questionada pelo fato da entrevistada (arquiteta e urbanista do órgão) não representar de fato um grupo específico.

Na categoria do setor privado nenhum entrevistado se mostrou totalmente a favor dos resorts, isto é, sem restrição. Dois deles (ATCC e a Associação dos Barraqueiros) concordaram com a inserção de resorts, exceto na APA de Tambaba pelo impacto que iria causar e com a condição de haver um planejamento sustentável. Um dos líderes (Associação Tambaba Nua) foi totalmente contra os resorts na região por acreditar que os impactos negativos são enormes e por acreditar que o turismo sustentável passa pela opção de meios de hospedagem de pequeno porte. O Mussulo resort, embora esteja nesta categoria, não foi questionado sobre essa pergunta por não representar um grupo específico ou associação.

Em relação às comunidades locais, a maioria dos líderes entrevistados (5) se mostrou favorável à inserção de resorts no Litoral Sul sob três condições:

- Desde que não atinja o meio ambiente e traga emprego (1)
- Desde que cumpra a legislação ambiental e urbanística (1)
- Desde que gere emprego e renda (3)

O único que se mostrou totalmente favorável os resorts por acreditar que os empreendimentos vão gerar emprego e renda para região foi o líder do assentamento Dona Antônia. Apenas um entrevistado (a líder da comunidade quilombola do Gurugi) foi contra os empreendimentos por acreditar que as comunidades acabam sendo “sufocadas” pelos empreendimentos e excluídas.

4. DO TURISMO GLOBAL AOS MODELOS ALTERNATIVOS: POSSIBILIDADES RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Após analisar as implicações do modelo de turismo de massa na era da globalização e os impactos causados pelos grandes empreendimentos do tipo resort, cabe ressaltar que existem alternativas e modelos mais sustentáveis que podem contribuir com o desenvolvimento sustentável do turismo. Trata-se das ações de responsabilidade socioambiental dos resorts e de modelos de turismo que visam à inclusão social das comunidades tais como o turismo comunitário e turismo de base local. Desta forma, serão discutidos, neste capítulo, formas e modelos de turismo alternativos que privilegiem a inclusão das comunidades e a sustentabilidade socioambiental. Por fim, traremos uma reflexão sobre a possibilidade de um plano de desenvolvimento turístico sustentável que inclua grandes, médios e pequenos empreendimentos e se adeque aos princípios de sustentabilidade.

4.1 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E OS ECORESORTS

Em resposta às críticas direcionadas ao turismo de massa e aos impactos negativos discutidos nos capítulos anteriores e provocados pelos grandes empreendimentos hoteleiros, por pressões sociais, públicas e/ou razões ideológicas, alguns resorts optaram por adotar ações de responsabilidade socioambiental nas suas ações.

Nesta perspectiva, a responsabilidade ambiental pode ser entendida como um “sistema de gestão adotado por empresas públicas e privadas que priorizam o cuidado com a conservação ambiental” (ARAÚJO et al., 2008, p.6) e que buscam minimizar os impactos negativos do empreendimento nos locais onde estão instalados, conforme descrição abaixo:

> Empresas ambientalmente responsáveis costumam, além de procurar minimizar os impactos ambientais nos locais onde estão instaladas, através de medidas como a coleta seletiva de lixo, o uso eficiente e o reaproveitamento da água,o uso de fontes alternativas de energia, a recompostagem de resíduos sólidos, a utilização de madeira de áreas de reflorestamento e a reciclagem de matéria prima, realizar programas de educação ambiental, a fim de conscientizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente (ARAÚJO et al., 2008, p.7).

A responsabilidade social, por sua vez, está associada ao compromisso de uma empresa em garantir benefícios sociais aos funcionários e/ou comunidades locais com a chegada do seu empreendimento:

> Responsabilidade social Corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (MELO NETO e FROES, 1999, p.87).

É importante lembrar que os hotéis são responsáveis por gerar uma grande quantidade de lixo e apresentar um significativo consumo de água, energia, comida, material de limpeza e outros recursos necessários para a execução e o atendimento das rotinas diárias de operacionalização (VIEIRA e HOFFMANN, 2009). Contudo, foi somente na década de 1990 que os hotéis começaram a apresentar uma postura mais ativa em favor da sustentabilidade. Isto foi percebido pela maneira como os novos hotéis estavam sendo construídos e pela forma de operacionalização de suas atividades, mais conscientes, por exemplo, em relação à energia, água e reciclagem do lixo (VIEIRA e HOFFMANN, 2009).

Embora não sejam obrigatórias, estas posturas ecologicamente corretas deveriam estar no centro de preocupações dos destinos turísticos, uma vez que “o meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações” (RUSCHMANN, 1997, p.111), mas são raras nos destinos turísticos ainda em desenvolvimento como é o caso do município de Conde, cujos problemas ambientais começam com a ausência de saneamento básico.

No entanto, é somente considerando a preocupação com as duas esferas - ambiental e social – que é possível contribuir com o desenvolvimento sustentável do turismo e a minimização dos impactos negativos nas comunidades locais. Os programas de responsabilidade socioambiental vêm responder as duas esferas, considerando as pressões da legislação ambiental de um lado e as omissões do poder público em relação às populações carentes do outro (ANDRADE 2008).

No contexto nacional, alguns resorts já possuem uma postura diferenciada de envolvimento com as comunidades locais. O Transamérica Ilha de Comandatuba (BA) e o Blue Tree de Angra dos Reis (RJ), por exemplo, “usam como política de relacionamento abrir as portas em dia determinado para a visitação de pessoas de sua circunvizinhança, com o intuito de criar um relacionamento de boa vizinhança e saciar a curiosidade dessas pessoas” (GUERRA FILHO et al., 2009, p. 43). Estes

resorts também oferecem um programa de estágio para que as pessoas aprendam funções operacionais, se capacitem e tenham a oportunidade de se empregar no resort:

> Há, também, programas de vivência oferecidos à comunidade incluindo estágios nos *resorts* em período estrategicamente determinado para que as pessoas aprendam funções operacionais. Nessa vivência os estagiários recebem o uniforme, alimentação e uma ajuda de custo e são supervisionados por pessoal de treinamento dos recursos humanos dos *resorts*. Após o período de estágio, é criado um banco de pessoal para necessidades de contratação ou emprego temporário conforme a necessidade do hotel. Essas ações permitem capacitar pessoas da comunidade local, oferecem possibilidade de emprego e renda e garantem ao hotel pessoal disponível e capacitado para suas necessidades sazonais. É uma estratégia bem sucedida que garante bons frutos a todos os envolvidos, além de fortalecer a relação com a comunidade e permitir que mais pessoas conheçam melhor esses complexos hoteleiros (GUERRA FILHO et al., 2009, p. 43)

A rede Bourbon de Hotéis & Resorts é outro exemplo de empresa que possui ações de responsabilidade socioambiental, demonstrando "uma constante preocupação com a responsabilidade social e a ecologia"[9]. No site da empresa, são discriminados os projetos e ações que a rede apoia, tais como: O projeto Menor Aprendiz, da Guarda Mirim; o Programa de Estágios Remunerados (com subsídio parcial à educação), os incentivos às instituições educativas, as doações financeiras a instituições de caridade, o Projeto "Os Pinhais" de Curitiba (no qual jovens carentes recebem aulas ministradas voluntariamente por colaboradores da Rede e ao final recebem certificado de formação em hotelaria) e campanha de educação ambiental com os hóspedes (através de cartazes, mensagens informativas e adesivos de conscientização para a redução do consumo de energia elétrica e água).

Muitas vezes, as empresas utilizam esses programas de responsabilidade social como publicidade para ganhar credibilidade no mercado e desta forma, esses programas (ANDRADE 2008 p.316) "tornam-se inócuos ou com baixos resultados, atacando margens reduzidas do problema da desigualdade e injustiça social. Seu papel podendo limitar-se a reduzir tensões [...]".

[9] REDE BOURBON DE HOTÉIS & RESORTS. Compromisso com o futuro. Disponível em: < http://www.bourbon.com.br/br/institucional/responsabilidade-social.aspx>. Acesso: 21/09/2012.

Para tornar visível tal postura alguns resorts adotaram o termo “eco-resort” em suas denominações, como uma forma de agregar valor a sua imagem e obter vantagens competitivas em relação aos demais (ARAÚJO et al. , 2008). É o caso do Caesar Park Eco Resort do Cabo, situado na praia de Suape, em Pernambuco. O resort utiliza a tipologia “eco” na sua denominação para marcar “sua atitude ecologicamente correta, com uso consciente dos recursos naturais e minimização dos impactos ambientais” (ARAÚJO et al., 2008, p.2). Neste aspecto, possui um “sistema de reaproveitamento de água, [...] de aquecimento solar, de separação e organização do lixo reciclável, com posterior venda para empresas de reciclagem, e um, ainda em processo inicial, sistema de recompostagem do lixo orgânico” (ARAÚJO et al., 2008, p.10). Outro exemplo é o Itacaré Ecoresort[10], na Bahia, que define sua filosofia como:

> Trilhas, praias, cachoeiras, plantações de cacau e a exuberância da vegetação formam o cenário do resort, inaugurado em 2000. Por estar localizado na Área de Proteção Ambiental Itacaré/Serra Grande, o compromisso com as questões de proteção do meio ambiente integra sua filosofia. Para garantir a integração e preservação da natureza, algumas medidas foram adotadas como o limite da circulação de veículos pela propriedade, reciclagem do lixo, tratamento de resíduos sanitários por meios biológicos entre outras ações.

O termo é justificado oficialmente pelo fato destes empreendimentos se situarem, geralmente, em locais com ampla paisagem natural e possuírem programas de gestão ambiental e de responsabilidade socioambiental. Mas na prática, é possível perceber que a maioria dos resorts que se intitulam “eco”, na realidade, não possuem nenhuma postura ética condizente com o termo, comprovada na ausência de referência concreta a alguma ação ou filosofia ambiental empresarial em seus *sites* virtuais.

O problema é que muitas empresas estão utilizando o termo sem nenhum comprometimento ético, ou ainda apenas como uma forma de marketing ambiental, buscando melhorar sua imagem mediante o poder público e sociedade. Muitos resorts associam o termo “eco” exclusivamente ao fato dos empreendimentos estarem situados em áreas de preservação, matas ou ainda possuírem atividades de turismo de aventura ou ecológico, como canoagem e trilhas.

---

[10] ITACARÁ ECO RESORT. Filosofia. Disponível em: <http://www.ier.com.br/pt/resort/filosofia/>. Acesso: 21/09/2012.

Desta forma, a responsabilidade socioambiental e os chamados “ecoresorts” só podem contribuir com o desenvolvimento sustentável quando estão associados a valores éticos socioambientais, e não só a uma visão de custo-benefício e marketing. Leff (2009) já enfatizava, no seu livro *Saber Ambiental,* a necessidade de formação de uma nova racionalidade ambiental fundada em uma nova ética que favorecesse comportamentos humanos em harmonia com a natureza; princípios de uma vida democrática e valores culturais que dão sentido à existência humana. Para Leff (2009, p. 85):

> Estas se traduzem num conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica estabelecida, mobilizando um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa.

Não obstante, os resorts que realmente seguem este caminho podem contribuir com o desenvolvimento do turismo sustentável e assumirem um papel pioneiro na transformação dos valores e práticas do turismo de massa, o que pode ser entendido como uma alternativa possível e eco-eficiente de minimizar os impactos negativos causados por estes empreendimentos de grande porte.

Todavia, não se pode perder de vista que o debate sobre o desenvolvimento sustentável perpassa essas questões paliativas que não promovem uma ruptura com o sistema de acumulação capitalista que concentra as riquezas nas mãos de poucos. A crítica se insere no modelo de *globalização perversa* que Milton Santos (2001) descreve como promotora de desigualdades sociais. Neste sentido, a globalização e o desenvolvimento trazido pelo sistema capitalista favorecem apenas uma pequena parcela da população e promovem uma verdadeira tirania do dinheiro e da informação, onde o território está a serviço do dinheiro e não da humanidade (SANTOS, 2001).

Neste contexto, outros modelos de desenvolvimento de turismo estão emergindo de forma a incluir as comunidades locais nos processos de planejamento e gestão, e não apenas operacionalização da atividade. Vale salientar que estes modelos não visam substituir o modelo convencional de turismo, mas representam uma resposta dos movimentos locais e uma força frente às tendências de turismo globalizantes.

4.2 TURISMO COMUNITÁRIO E TURISMO DE BASE LOCAL: A INSERÇÃO SOCIAL COMPROMETIDA COM LAÇOS IDENTITÁRIOS DO LUGAR

A globalização provoca dois fenômenos no turismo. O primeiro estaria ligado à padronização dos lugares, a estandardização de produtos e serviços, à espetacularização da cultura, entre outros exemplos já citados anteriormente, que "contemplam as elites hegemônicas do capitalismo transnacional" (RODRIGUES, 1999a). E o segundo fenômeno seria o fortalecimento dos movimentos locais de desenvolvimento turístico alternativo, como uma resposta aos impactos oriundos do turismo global, que gera a construção de espaços artificiais e fantasmagóricos além de promover desigualdades sócio espaciais. Nesta perspectiva, Rodrigues (1999a, p.58) lembra que:

> Deter-se no *lugar* significa abandonar a crença predominante nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares.

Neste contexto, existem modelos alternativos de turismo – como o turismo comunitário (também chamado de turismo de base comunitária) e o turismo de base local – que se apresentam como propostas de incluir as comunidades nos benefícios do turismo e diversificar a oferta turística. Estes modelos favorecem a manutenção dos laços sociais e identitários com o lugar, e uma alternativa de desenvolvimento onde existe a democratização dos lucros e benefícios do turismo. Este dois modelos se distinguem pela inclusão social e pelos valores ético-culturais defendidos.

De acordo com Silva et al. (2009):

> Este tipo de organização e oferta do produto turístico possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

O turismo comunitário propõe a valorização das especificidades que vincula lugar e identidade, pois é desenvolvido em pequenas comunidades, onde a própria comunidade, sua cultura e modos de vida são fatores de atração turística. Coriolano (2003, p. 41) define o turismo comunitário como aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar "que passam a ser articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida". Este tipo de turismo favorece a gestão participativa onde a maioria da comunidade se envolve direta e/ou indiretamente na atividade turística

tendo como princípios norteadores a valorização do patrimônio cultural, as necessidades e anseios da comunidade (CORIOLANO, 2003).

No turismo comunitário a população é a protagonista da atividade, ou seja, é autogestora de todo o processo de planejamento, operação e monitoramento do turismo. Neste sentido, a comunidade expressa suas ideias, seus interesses, suas necessidades e as formas que esperam se beneficiar do turismo (NELSON *apud* MACHADO; VILLELA, 2006).

Este modelo é pensado como "um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade" (ZECHNER, 2008, p10), visto que a população passa a possuir o controle efetivo do seu desenvolvimento e gestão, fortalece suas atividades primárias e tradicionais e agrega princípios éticos à atividade, como o respeito ao meio-ambiente, a cultura local, a história e o estilo de vida da comunidade. Aliado a isto, procura-se minimizar os impactos negativos do turismo através da organização e mobilização popular, que se dá por meio de associações e cooperativas. No entanto, a autogestão do turismo pela comunidade não impede parcerias com o Estado, ONGs e até mesmo Universidades, que podem colaborar com a capacitação profissional, com o auxílio na infraestrutura e consultorias técnicas.

No produto turístico de base comunitária, o ambiente natural e cultural não são modificados para satisfazer as necessidades ou anseios do turista, pelo contrário, o visitante vai vivenciar o modo de vida, os costumes locais, e conhecer a realidade tal como ela é. Desta forma, haverá um intercâmbio cultural entre o turista e o nativo, onde ambos poderão conhecer uma nova cultura e trocar experiências (SILVA et al., 2009).

No Brasil, um dos casos mais conhecidos e estudados é a Prainha do Canto Verde, no Ceará, onde ocorre um planejamento participativo e descentralizado do turismo, atividade que começou a ser planejada desde 1994 na localidade. A iniciativa começou como uma forma de luta fundiária contra grileiros e a especulação imobiliária, e "como uma tentativa para as comunidades de inserirem-se na cadeia produtiva do turismo, na busca pelo desenvolvimento local, a posse definitiva da terra e a manutenção das tradições e os costumes locais" (BORGES, 2010, p.50). O turismo passou a ser discutido na Associação dos Moradores local, e os nativos perceberam que a organização comunitária era a melhor forma de se beneficiar da atividade e evitar a exploração inadequada da praia por organizações externas.

Deste modo, através do modelo de turismo comunitário, na Prainha do Canto Verde, todos os serviços turísticos e comerciais são administrados e de propriedade dos nativos (ZECHNER, 2008). A iniciativa gerou muitos benefícios locais, tais como “a melhoria da qualidade de vida dos membros comunitários, o aumento da autoestima dos autóctones, a geração de trabalho e renda para os moradores, o fortalecimento da cultura associativista e o fortalecimento das lideranças comunitárias” (ZECHNER 2008, p.13).

É importante salientar que o turismo de base comunitária pode ser desenvolvido concomitantemente com outros segmentos turísticos como o ecoturismo, denominando-se, neste caso, de ecoturismo comunitário. Esse tipo de turismo pode ser visto na Amazônia Brasileira, no município de Silves, que possui trinta e duas comunidades ribeirinhas que dependem da pesca para sobreviver e encontram no turismo uma atividade econômica complementar. O projeto teve início em 1993 com a criação da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), onde as comunidades ribeirinhas receberam o apoio da ONG internacional WWF - *World Wild life Fund*, que auxiliou no processo de capacitação e organização das atividades (ZECHNER, 2008).

O principal atrativo turístico neste caso é a floresta amazônica e a própria Pousada Aldeia dos Lagos, que é gerida pela comunidade local. Além disso, parte da renda obtida com a atividade turística é destinada a ações de conservação ambiental da várzea e dos lagos do município. O pacote inclui passeios e caminhadas pela região, “nos quais durante o percurso o turista visita as casas dos moradores, pomares, roçados, pequenos engenhos – residências – onde se faz a farinha, e tem a oportunidade de verificar como acontece a pesca artesanal” (ZECHNER, 2008, p.13).

Outro modelo de turismo alternativo é o turismo de base local que, assim como o turismo comunitário, pode englobar outros segmentos turísticos como o ecoturismo, o agroturismo, o turismo rural, o turismo de aventura, entre outros. O turismo de base local também visa incluir a comunidade no processo de desenvolvimento do turismo, mas diferencia-se do turismo comunitário pelo fato da comunidade não ser a protagonista da gestão, ela participa, mas não é agente exclusiva detentora dos benefícios da atividade, compartilhando seu planejamento e gestão com o Estado e os empresários.

O turismo de base local também surge como uma proposta contrária ao turismo global, geralmente causador de grandes impactos negativos tais como a degradação ambiental, o desrespeito à capacidade de carga, à cultura local e a produção de imagens estereotipadas, que são consumidas em larga escala (MELLO, 2007).

Contudo, as definições deste tipo de turismo ainda são escassas e não consensuais. Carvalho (2009, p.182) esclarece que a expressão turismo de base local foi primeiramente abordada por alguns professores da área de geografia da USP para indicar as propostas de um desenvolvimento turístico humanista que contemplasse as comunidades receptoras “com ofertas de atividades autênticas, caracterizadas pela identidade, espontaneidade e formação sociocultural genuína dos lugares”. Este modelo preza pela diversificação dos espaços sócio geográficos, diferentemente do modelo de turismo de massa que impõe a uniformização.

Portanto, o turismo de base local visa favorecer o envolvimento direto das comunidades, adotando “uma postura humanística em favor da sustentabilidade dos núcleos receptores”, distribuindo “equitativamente os benefícios econômicos entre governo, empresários e população” e garantindo “a inclusão social e a preservação cultural” (CARVALHO, 2009, p.185).

Benevides (1997, p. 25) cita algumas preocupações e orientações centrais presentes no turismo de base local, que seria fator de desenvolvimento local:

- A manutenção da identidade cultural dos lugares, como próprio fator de atratividade turística;

- A construção de uma via democrática para desenvolvimento de certas localidades, articulada pelo turismo como fator estruturante de valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa desse processo;

- O estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística ou mesmo nenhuma transformação adicional desses espaços [...].

Deste modo, esses dois modelos de turismo alternativo – turismo comunitário e turismo de base local – favorecem o associativismo, a cooperação entre os agentes envolvidos e a participação popular. Além disso, existe uma preocupação

em ambos os modelos em relação à valorização da cultura e conservação do patrimônio natural e cultural a partir da inserção de princípios sustentáveis na sua concepção. Ambos buscam melhorar a qualidade de vida da comunidade, se apresentando como uma alternativa para a inclusão social e desenvolvimento local, no sentindo mais amplo do termo, ou seja, como “aquele que privilegia o ser humano, possibilitando o desabrochar de suas potencialidades, assegurando-lhes subsistência, trabalho, educação e condições de uma vida digna a todos os cidadãos” (CORIOLANO, 2003, p.26).

A diferença entre os dois modelos está no seu planejamento e gestão, que no caso do turismo comunitário é realizado exclusivamente pela comunidade receptora enquanto que no turismo de base local a comunidade é inserida no planejamento, mas a gestão é compartilhada pelo Estado, empresários e comunidade.

É certo que os dois modelos de turismo citados ainda carecem de estudos mais aprofundados e de conceituações mais precisas, mas isto é um processo natural que se dará com os anos na medida em que esses modelos forem mais desenvolvidos e divulgados. Vale salientar ainda que tais modelos ainda enfrentam algumas dificuldades como a falta ou limitação de recursos econômicos e infraestrutura para melhor competir com grandes projetos turísticos de caráter privado, a carência de parcerias, a especulação imobiliária e a própria globalização com a padronização dos produtos e serviços turísticos, que pode influenciar também na descaracterização cultural das comunidades envolvidas.

Estes modelos se apresentam como uma forma de assegurar o direito de terra das comunidades envolvidas, ameaçadas pela especulação imobiliária, grileiros ou grandes investidores ou ainda “como resistência ao turismo globalizado de instalação de redes de resorts e mega empreendimentos que no Nordeste do Brasil desagregou e expropriou nativos” (BARBOSA, 2011, p.95).

Neste sentido, os laços identitários e de solidariedade se fortalecem na comunidade, sendo construídos “mediante a valorização dos interesses endógenos e afirmação das identidades territoriais, sendo esses, também, alguns dos atrativos turísticos, socialmente construídos e simbolicamente representados” (BARBOSA, 2011, p. 47). Além disso, as especificidades do lugar e a identidade local são valorizadas e o diferente, o singular, se torna atrativo e promove não apenas crescimento econômico, mas também desenvolvimento local.

No contexto local analisado, “o individualismo é superado, dando lugar a ações coletivas, grupais, familiares, comunitárias e solidárias” (BARBOSA, 2011, p.152) e o não-lugar, produto do turismo globalizado, não possui espaço neste modelo de valorização dos lugares antropológicos, no sentido do antropólogo Marc Augé (1998b). Nesta perspectiva, o lugar turístico comunitário, de base local vai possuir características identitárias, relacionais e históricas com a comunidade receptora, se apresentando como uma proposta viável de inserção social, valorização do lugar, da identidade e cultura local.

Estes modelos também contribuem com o desenvolvimento sustentável, que no turismo, “representa uma estratégia válida para se buscar a integração entre o uso turístico, preservação do meio ambiente e melhoria das condições de vida das comunidades locais” (SILVEIRA, 1997, p.88). São modelos de baixo impacto ambiental e cultural que podem contribuir com “um turismo ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo” (SILVEIRA, 1997, p.88).

4.3 CAMINHOS PARA UM DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Essa outra perspectiva de desenvolvimento se insere no contexto do desenvolvimento local, que leva em consideração as características do lugar, o fortalecimento do capital social, o incentivo a construção de políticas públicas participativas, a cooperação entre os atores e o protagonismo local (OLIVEIRA, 2007). Neste caso, o território não deve, obrigatoriamente, aceitar “as decisões externas impostas pelas empresas globais, podendo responder estrategicamente a tais desafios e tomar decisões que busquem realizar seus próprios objetivos” (OLIVEIRA, 2007, p.8), optando pelo chamado desenvolvimento endógeno, que objetiva:

> Atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (BARQUERO, 2001, p.39 *apud* OLIVEIRA, 2007, p.7).

Este modelo parte das potencialidades socioeconômicas locais existentes envolvendo uma concepção de desenvolvimento de baixo para cima, considerando

fatores como descentralização das tomadas de decisões, cooperação entre os atores, a diferença entre as regiões, preferências dos grupos sociais envolvidos, entre outros. Para Habbad (1989 *apud* BARRETO et al., 2007) a sua implementação e concepção parte da capacidade de mobilização social e política de determinada localidade ou região.

Investigando a presença de modelos alternativos de turismo no município em questão, um caso particular de turismo rural desperta a atenção pela preocupação com o meio ambiente e o turismo sustentável. Trata-se da Aldeia Flor d´Água, uma ecovila fundada em 2001 cujo "principal objetivo é a reintegração Humanos/Mãe Natureza através de atividades como Ecoturismo, Educação Ambiental, agricultura orgânica, vivências, luaus, etc." [11]. A aldeia possui 6 hectares e se localiza na zona rural de Conde, próximo à comunidade quilombola Ipiranga. A aldeia agrega 15 famílias que buscaram um lugar alternativo para viver em contato com a natureza. No entanto, a ideia de fomentar o turismo na área é uma proposta individual do descendente de índio, guia turístico do local e ativista ambiental que já foi presidente da ONG *Ecologia da Mente* entre 1987 e 1993 em Brasília, e depois, de 1997 a 2000, na Paraíba. De acordo com suas informações, a ideologia da ecovila é traduzida por práticas sustentáveis que vão desde a construção de pequenas casas ecologicamente corretas às práticas agrícolas: "Uns aproveitam bem as águas da chuva, chuveiro e pias. Não usamos agrotóxico. Algumas construções reutilizam pneus, garrafas, etc. [...] Tem um que trabalha com mudas, outro vende mel e todos plantam um pouco e alguns criam galinha", acrescentou.

[11] Cf. Folder promocional no anexo C.

Figura 7: Uma das habitações alternativas da Aldeia
Foto: Júlio Magalhães, 2012.

Nesta ecovila são promovidas atividades turísticas nas quais os guias são descendentes de indígenas (Macuxís e Potiguaras). Nela, existe ainda uma reserva florestal com uma grande variedade de flora (à exemplo da flor d´água que dá origem ao nome da aldeia) e fauna (como micos, tatus, raposas, gambás, entre outros). Nesta ecovila é possível realizar trilhas e atividades holísticas, conhecer plantas nativas e suas propriedades homeopáticas, beber água mineral de fontes, hidratar-se com argila branca, banhar o corpo em poços de água mineral e até mesmo praticar o naturismo em áreas reservadas. De acordo com o índio, o fluxo de turistas da aldeia varia entre 3 pessoas (na baixa estação) a 150 pessoas (na alta estação).

Figura 8: Poço de água mineral na Aldeia Flora D´Água
Foto: Júlio Magalhães, 2012.

Figura 9: Trilha ecológica na Aldeia Flor D´Água
Foto: Júlio Magalhães, 2012.

A preocupação com o meio ambiente pode ser percebida nas diversas placas encontradas nos caminhos das trilhas que expressam a filosofia de vida dos habitantes da região:

Figura 10: Placas de educação ambiental nas trilhas
Fotos: Júlio Magalhães, 2012.

Também é permitido acampar no local trazendo barracas ou alugando uma das ocas locais, que servem também de lugar para outras atividades como propiciar um momento de vivência musical onde o índio toca violão ou pinta os visitantes (que desejam) antes de descer para as trilhas. Os passeios variam de R$ 10 a R$15 reais por pessoa, e o acampamento de R$ 25 a R$ 30 reais. Não existe, neste caso, uma preocupação com a acumulação de lucro, mas sim com o perfil dos turistas que visita a aldeia, conforme informação encontrada na página virtual do líder da aldeia: “Esse reino encantado e muito bem preservado por nós, pode ser visitado, desde que o visitante seja educado e respeite as normas locais. AGENDE A VISITA DO SEU GRUPO AGORA [...] e redescubra seu lado natural”.

Figura 11: Oca dos Txai da aldeia Flor d´Água
Fotos: Júlio Magalhães, 2012.

Foram investigadas ainda outras potencialidades para o turismo alternativo, entre elas a área de naturismo na praia de Tambaba. Nesta parte, onde existe apenas uma pousada, já existe campeonato de surf nu e canoagem, mas na praia em geral, é possível visitar falésias, realizar trilhas ecológicas (visitando o cajueiro mais velho do mundo), ciclismo, entre outros.[12] No caso da APA de Tambaba, cuja gestão é do governo estadual, ocorreu uma discussão entre poder público, órgãos ambientais e da comunidade através do líder da associação Tambaba Nua para que fosse desenvolvido um projeto de turismo na região, além do naturismo. O líder da associação, que é totalmente contra os resorts, sugeriu que fosse desenvolvido um turismo sustentável voltado para o naturismo, de preferência. A sugestão seria fazer uma ecovila ou chalés sustentáveis, mas tudo de forma "ecologicamente correta, que não cause um impacto muito grande", justificou. Entretanto, a ideia do complexo da Reserva de Garaú ainda parece prevalecer nas discussões públicas e privadas.

A vontade de participar efetivamente no desenvolvimento de um turismo mais justo também pôde ser percebida na entrevista com o líder da Associação dos Agricultores de Tambaba, que acredita, de um lado, que "o turismo tem que crescer junto com a agricultura" e, por outro, que "ninguém cresce no mundo só, tem que ter parcerias para crescer, tem que ter as mãos dadas, juntos, para crescer". A vontade de crescer e de ver o turismo trazendo benefícios econômicos e sociais para sua comunidade fez este agricultor procurar apoio público para o projeto da casa de farinha (patrimônio histórico local), que foi elaborado por uma funcionária da prefeitura da gestão anterior e doado à associação. O projeto foi entregue ao secretário de turismo, que sugeriu que a casa de farinha fosse alugada para estrangeiros que entrariam com o capital e a gestão. A proposta foi negada pelo líder da associação que justificou da seguinte forma:

> Eu não quero ser empregado, eu quero ser patrão. A casa de farinha é nossa, é um patrimônio histórico. Queria que a gente alugasse, arrendasse a casa de farinha para o estrangeiro investir. A comunidade não aceita. A gente quer o projeto pra que a gente mesmo trabalhe.

Para ele, o que falta mesmo é incentivo público e privado para que as comunidades possam se beneficiar do turismo. O líder acrescentou ainda que seu sonho "é fazer uma pousada rural para gerar emprego e renda para o pessoal", mas

[12] PRAIA DE TAMBABA. *Atrativos de Tambaba*. Disponível em: <http://www.praiadetambaba.com.br/atrativos>. Acesso> 28/09/2012.

ainda não sabe como fazer isso. Ele citou o artesanato, o doce caseiro como alguns atrativos que podem fazer Tambaba ser reconhecida mundialmente. Seu sonho maior passa pela melhoria da qualidade de vida da sua comunidade: “Meu sonho maior é ver essas mulheres, mães de família, que moram aqui dentro deixar de trabalhar nas pousadas onde são exploradas, por diária de 20 reais por dia. Trabalhar para a gente mesmo”.

Nas comunidades quilombolas também existe um grande potencial turístico a ser trabalhado no aspecto cultural. Algumas mulheres da comunidade Gurugi, por exemplo, trabalham com cerâmica (no barro) por meio de um projeto que se chama “Mães de barro”, mas atualmente estão sem local para trabalhar e sem perspectiva de continuar o trabalho. Contudo, a comunidade conta, periodicamente, com o apoio público para divulgação deste artesanato em algumas feiras e exposições. Junto com a comunidade quilombola do Ipiranga, contam ainda com um grupo de coco de roda - que faz apresentações a cada final de mês - e de capoeira.

Figura 12: Produtos da associação “Mães de Barro”
Foto: Rafaella Soares, 2012.

Figura 13: Coco de Roda Novo Quilombo - Ipiranga e Gurugi
Foto: Camila Vasconcelos, 2012.

Logo, percebe-se que existem potencialidades e vontade comunitária para que alguns projetos possam ser desenvolvidos. Embora a prioridade no município seja o turismo de sol e mar e a divulgação do destino para atrair investimentos externos na região, percebemos que é possível identificar outros modelos de turismo que podem favorecer as comunidades locais, mas que ainda carecem de maiores incentivos públicos. É claro que para a consolidação de um destino e para atender aos diversos públicos de turistas é preciso que haja uma diversificação dos roteiros e modelos. Mas, sem a inclusão das comunidades no desenvolvimento do turismo, não se pode alcançar realmente um desenvolvimento sustentável que traga melhoria da qualidade de vida da população, como defende o discurso desenvolvimentista da atividade.

Desta forma, a construção de um plano de desenvolvimento turístico sustentável só seria possível dentro do modelo de turismo de base local ou desenvolvimento endógeno. No município analisado, onde existe uma predominância dos aspectos rurais, isto passaria pela criação de cooperativas de turismo rural, agricultura familiar, entre outros.

CONCLUSÃO

No contexto da globalização, as imagens estereotipadas e padronizadas dos destinos turísticos e o modelo de turismo global fomentam “a destruição das singularidades paisagísticas e culturais, estabelecendo uma integração seletiva e hierarquizada dos lugares além de ampliar as condições de marginalidade econômica de muitas comunidades” (BORGES, 2010, p.3).

A construção de espaços ilusórios de turismo do tipo resort, apesar de promoverem aumento do emprego e renda na região onde se inserem, orienta-se para um desenvolvimento seletivo que reforça a hierarquia social através de espaços totalmente fechados, exclusivos aos turistas e desconectados do seu entorno, que se transformam em verdadeiros não-lugares. Estes espaços de concentração de riqueza e tecnologia, oriundos da modernização e urbanização turística, estão contribuindo com diversas transformações sociais, espaciais e ambientais, que *a priori*, privilegiam o grande capital.

Na Paraíba, a constituição de um mercado de resorts é percebida tardiamente em relação aos outros estados nordestinos e está concentrada no Litoral Sul do estado que possui um grande potencial paisagístico de turismo, mas ao mesmo tempo características predominantemente rurais. A contradição reside no fato dos empreendimentos buscarem se inserir numa região onde ainda não existe uma infraestrutura adequada, em que o sistema público de abastecimento de água e esgoto é precário, e onde é notória a ausência de pavimentação na maior parte das ruas, e de equipamentos tais como: praça pública, teatro ou cinema, hospital etc. Portanto, a instalação desses empreendimentos se mostra incompatível “com o modo de vida tradicional das comunidades nele presente” (CORDEIRO, 2011).

Este mercado está sendo fomentado pelas políticas públicas municipais que são responsáveis pelo grande trabalho de divulgação de Conde como destino turístico para atrair o mercado internacional de investimentos, apesar do fluxo turístico internacional ainda ser bastante tímido. Neste aspecto, verificou-se que a política de turismo do município se desenvolve, geralmente, de forma vertical e sem participação popular.

Em relação aos resorts apresentados, constatou-se que o empreendimento construído/ e em construção se adequam a legislação ambiental vigente na medida em que cumpriram/estão cumprindo todas as fases de licenciamento. Contudo, o

complexo turístico Reserva de Garaú é o que suscita maior preocupação e polêmica pelas características da área de reserva ambiental na qual pretende se instalar, que será transformada radicalmente tanto do ponto vista ambiental como social com a inserção do projeto de quatro resorts.

A pesquisa revelou as percepções dos impactos gerados com a implantação dos primeiros resorts no litoral sul pelos diferentes atores sociais envolvidos. Para o setor público, a percepção do secretário de turismo e representante da PBTUR, estes empreendimentos trazem, sobretudo, impactos positivos porque irão fomentar o turismo na região e gerar emprego e renda. No setor privado, para a liderança da ATCC, a inserção destes empreendimentos na região vai gerar mais impactos positivos do que negativos, enquanto que para os líderes dos comerciantes e barraqueiros locais, os impactos negativos são superiores, uma vez que os resorts possuem todos os serviços que os turistas precisam, não contribuindo com o aquecimento do comércio local e provocando grande impacto ambiental no município. No que se refere às comunidades locais, também foi possível observar que os líderes entrevistados também apontaram mais impactos negativos do que positivos, na medida em que a contrapartida socioeconômica não está sendo realizada. Dentre os impactos citados, prevalecem, sobretudo, os sócio-espaciais, que são menos estudados nos estudos de impacto ambiental. Dentre eles, os mais citados foram: a exclusão social, o preconceito e a apropriação do espaço.

Após a pesquisa de campo, percebeu-se ainda que, apesar dos impactos citados pelos entrevistados, apenas dois representantes de associações se mostraram totalmente contra a inserção de resorts no Litoral Sul da Paraíba enquanto que três se mostraram a favor. Metade (7) foi a favor com ressalvas e dois não responderam. Os dados nos revelaram que, no geral, a inserção de resorts é vista de forma positiva pela maioria dos líderes locais, e por isto estes empreendimentos não estão gerando conflitos socioambientais no momento. Todavia, no caso da Reserva de Garaú, nota-se que já existe um incipiente conflito, na medida em que sete ou a metade dos entrevistados que se mostraram parcialmente a favor da inserção, não concordaram com o projeto da Reserva de Garaú. Neste caso, a ação dos movimentos ambientalistas locais através da AMATA e Associação Tambaba Nua merecem grande destaque na luta contra a degradação do meio ambiente e uma visão sustentável do turismo.

Além disso, a rara participação das comunidades locais nas discussões de políticas públicas de turismo “comprovam a imposição de um modelo econômico padrão de turismo de massa que tem se demonstrado incapaz de proporcionar o desenvolvimento sustentável” (MOURA, 2008, p.15).

Um dos aspectos preocupantes deste modelo dominante é a implicação de políticas públicas de turismo que traduzem uma “visão de turismo como indústria de exportação enfatizando a preocupação com metas econômicas em detrimento de metas sociais e ecológicas” (DELGADO, 2008, p.38).

Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, o mercado de resorts se insere neste contexto do modelo convencional de desenvolvimento, que privilegia a concentração das riquezas nas mãos de grandes investidores e corporações nacionais/internacionais que, aliado ao modelo econômico neoliberal de Estado Mínimo, promovem, frequentemente, a exclusão das comunidades nos benefícios do turismo. Entretanto, numa visão pragmática do turismo, como este é o modelo predominante não só no Brasil, mas em todo o mundo, cabe ao poder público e as comunidades locais encontrar meios alternativos de se inserir a partir da quebra de alguns paradigmas como a descentralização dos processos decisórios, buscando soluções viáveis e mais sustentáveis.

Partindo do princípio de que as ações para o desenvolvimento podem ser construídas de forma exógena (impostas pelo pode público) ou endógena (construídas em conjunto com a sociedade), este estudo buscou comprovar que o modelo de desenvolvimento convencional do turismo, no qual estão inseridos os megaprojetos como os resorts, não pode contribuir com o desenvolvimento sustentável se excluir os princípios de sustentabilidade ambiental, econômica e social. Além disso, o turismo só poderá contribuir com o desenvolvimento local e não apenas com o crescimento econômico, quando as comunidades locais forem efetivamente inseridas nos processos decisórios e na divisão dos lucros oriundos da atividade (OLIVEIRA, 2007).

Os modelos alternativos de turismo discutidos nesta pesquisa – turismo comunitário e turismo de base local – se inserem, desta forma, como uma proposta de inclusão destas comunidades representando, concomitantemente, um desafio para promover a interlocução do local no global, através de um turismo que prioriza a autogestão ou gestão participativa e a valorização da identidade/cultural local.

Deste modo, concordamos que “não há como promover o desenvolvimento sem estimular o protagonismo local” que “implica, em alguns casos, em alterar as condições que possibilitaram a concentração do conhecimento, do poder e da riqueza” (OLIVEIRA, 2007 p.10).

No município de Conde, alguns projetos e iniciativas individuais já indicam a possibilidade de um caminho em direção ao desenvolvimento endógeno, que aliado às ações de responsabilidade socioambiental dos empreendimentos, poderia trazer grandes benefícios para as comunidades locais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Célio e al. Conflitos Sócio-Ambientais: Análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. São Paulo: **Anais da ANPPAS**, 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Jose%20Celio%20Silveira%20Andrade.pdf>. Acesso: 20/07/2012.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. Responsabilidade social e economia solidária: estratégias para a sustentabilidade social. In ANDRADE. M.O.A. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: bases para uma formação interdisciplinar.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2008, p.307-323

ARAÚJO, Medéia; MENEZES, Natália Elisa; CAVALCANTI, Teresa Maria. Resorts e responsabilidade ambiental: O caso da reutilização da água no Caesar Park Eco Resort do Cabo em Cabo de Santo Agostinho-PE. **Anais do II Seminário Internacional de turismo internacional.** Fortaleza, CE, 2008.

AUGÉ, Marc. **El Viaje imposible. El turismo y sus imágenes**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998a.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade.** Portugal: Betrand Editora, 1998b.

ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os impactos positivos e negativos do turismo. IN: THEOBALD, William. **Turismo Global**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE RESORTS. **O que é um resort**. Disponível em: <http://www.resortsbrasil.com.br/resorts_brasil.aspx>. Acesso: 06/06/2011.

BARBOSA, Luciana Maciel. **Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará** (Dissertação de mestrado em Geografia) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Renata; OLIVEIRA, Emanuelle; SICSÚ, Abraham. Arranjo produtivo local e desenvolvimento endógeno: uma apresentação do APL de turismo no litoral norte do estado de Alagoas. **ENEGEP**, 2007. Disponível: < https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:A6aeXKLGKcJ:www.feg.unesp.br/~delamaro/quiosques/ENEGEP2007_TR630473_9602.pdf+desenvolvimento+end%C3%B3geno&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShjb_rrMIMqmlCUNF9zn4dD0YlwcDmuGEL_w0A_2zZO3ueyRoTpY0hfnyNCyY7Hy5HGKJVdBzikPofVFgFSNSHvLreiXk1027njZJoQWTYtaKcB5WCgf2hf2NQOnXOcFfYAKLb&sig=AHIEtbT_D4X0e8EKuFbYtOI-D_lcqMUvCA>. Acesso: 26/09/2012

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

BIERNACK, P. & WALDORF, D. **Snowball Sampling*. Sociological Methods and Research***, 141-163, 1981.

BORGES, Cícera. Lima, Maria do Céu. O turismo comunitário na zona costeira do Ceará: a experiência da Rede Tucum. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos.** Porto Alegre, 2010.

BRASIL VIAGEM. **Resorts dos Sonhos**. Disponível em: <http://www.brasilviagem.com/materia/?CodMateria=73>. Acesso em: 08/08/2012.

BRITO, Vancarder. Imagens e Representações da Ocupação Turística do Litoral Sul do Estado da Paraiba. **Anais do V Encontro da ANPPAS** - outubro de 2010 - Florianópolis – SC. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT1-570-534-20100903173217.pdf>. Acesso: 13/09/2012.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a Produção do Não Lugar. In: **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**. Eduardo Yázigy, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz (orgs.), 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 25 -37.

CARVALHO, André Luiz P. **A Paraíba na mídia: caso de dupla identidade. Construções da identidade paraibana na mídia especializada da política e do turismo.** (Tese de Doutorado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2009.

CORDEIRO, Itamar; BENTO, Eloísa; BRITTO, Carlos. Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil**. Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.355-369, dez. 2011.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Do Local ao Global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas Papirus, 1998.

_____, Luzia Neide. O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. IN: **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DELGADO, Anna Karenina Chaves. As ações do PRODETUR/NE I e suas implicações para o desenvolvimento da Paraíba com base no turismo. **Caderno Virtual de Turismo.** Vol.9, N° 3, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/granvia/Downloads/Documents/Mestrado%20Prodema/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas/As%20a%C3%A7%C3%B5es%20do%20PRODETUR%20%20NE%20I%20e%20suas%20implica%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20de

senvolvimento%20da%20Para%C3%ADba%20com%20base%20no%20turismo.htm >. Acesso em: 25/07/2011.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

FARIAS, Talden. **Introdução ao direito ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

FREITAS, Vladimir. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 3. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

GASTAL, Susana. Turismo na Pós-modernidade: agregando imaginários.In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo na pós-modernidade: (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, UNESP, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Altas, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUEDES, Joelma. **Empreendimentos turísticos e impactos ambientais no distrito de Jacumã, município do Conde – PB.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodema, UFPB, 2005.

GUERRA FILHO, Newton; BAHIA, Eduardo; Ferreira, Wanyr. **Ações ambientais e sociais de hotéis resorts sob a ótica dos residentes da comunidade local.** REUNA, Belo Horizonte, v.14, n.2, p. 29-47, Mai. - Ago. 2009.

IBAMA. **Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>. Acesso em: 20/11/2011.

IGNARRA, Luiz. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ITACARÉ ECO RESORT. **Filosofia**. Disponível em: <http://www.ier.com.br/pt/resort/filosofia/>. Acesso: 21/09/2012.

JORNAL O NORTE. **Tabatinga, Tambaba e Coqueirinho: O Paraíso é Aqui.** Disponível em: <http://www.onorte.com.br/noticia/12905.html>. Acesso: 12/09/2012.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEITE, José; AYALA, Patryck. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial.** 3. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

LIMONAD, Ester. "Yes, nós temos bananas", praias, condomínios fechados, resorts e problemas sócio-ambientais. **GEOgraphia**, ano IX, nº17, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/215/207>.Acesso: 03/06/2011.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. Urbanização turística, cultura e meio ambiente no nordeste brasileiro. IN: SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloísa T. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.** São Paulo: Papirus, 1997.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** São Paulo: Papirus, 2000. p. 105-129.

MACHADO, Adjane de A. **Discurso ambiental, Política de turismo e Exclusão social: uma análise sobre o excursionismo na praia de Jacumã/PB.** Dissertação (Mestrado). João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

MACHADO, Ewerton. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. In: **Turismo e Meio Ambiente; Reflexões e Propostas.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MACHADO, Maria Clara. VILLELA, Luciana. **Turismo de base comunitária como alternativa para a inclusão social.** Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/MariaClaraMachado.pdf>. 2006. Acesso: 10/04/2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 4ª ed. SãoPaulo: Altas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Luis Antonio. **Turismo de base local como alternativa ao desenvolvimento: bases para os municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC**. (Dissertação de mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/10355/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20MELLO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07/05/2012.

MELO NETO, Francisco, FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial.** Editora Qualitymark, 1999.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? *In:* **Turismo: Impactos Socioambientais.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo.** 8ª edição / 2012. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2012. 82 p. ISSN: 2179-8362. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/conjuntura_economica/downloads_conjuntura/PACET_2012-04-27_versxo_WEB.pdf>. Acesso: 15/07/2012.

MOLINA E., Sergio. **Turismo e Ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MONTEIRO, Caroline. GARCIA, María. Dos territórios de reforma agrária à territorialização quilombola: o caso da comunidade negra de Gurugi, Paraíba. **Revista Pegada** – vol. 11, n.2, dezembro/2010. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA112/08KAROL1102.pdf>. Acesso: 25/09/2012.

MOURA, Anna Karla. **O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística: Uma análise crítica das teorias da sustentabilidade, das Políticas públicas e do discurso oficial do turismo na Paraíba.** Dissertação (Mestrado). João Pessoa: PRODEMA-UFPB, 2008.

MURPHY, Peter. Turismo e desenvolvimento sustentado. IN: THEOBALD, William. **Turismo Global.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Gevaci Carlos. **Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação.** 2007. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:vtNntr6HlC0J:www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/estudos-setoriais-sessao5-3.doc+Desenvolvimento+Local+e+Desenvolvimento+End%C3%B3geno:+redes+de+coopera%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjci9t6KqnmFzqgeFoUNLKYXu4aSLGtR2FZD72Is15BBVJw3TucXuwkmrUwuQ6n8AD7_j0EkHeV4sYBhB2XUZZ9Sm8KWH1gmIYQHTTnrvegv_Ev0uvFHtoSRYUcvphSlQ5vlLRr&sig=AHIEtbR0KhHzYZARrDhA9EK6Y6KgrI4TaA>. 2007. Acesso: 24/09/2012.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense. 2006.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência.** Campinas, SP: Alínea, 2005.

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do turismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE. **Conde quer montar roteiro turístico Caminhos do Encanto.** Disponível em: <http://www.condepb.com/site/index.php/turismo/37-eventos/194-conde-que-montar-roteiro-turistico-caminhos-do-encanto>. Acesso: 10/09/2012.

REDE BOURBON DE HOTÉIS & RESORTS. **Compromisso com o futuro**. Disponível em: < http://www.bourbon.com.br/br/institucional/responsabilidade-social.aspx>. Acesso: 21/09/2012.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e Pesquisa Científica: Pensamento internacional x situação brasileira.** Campinas, SP: Papirus, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Adyr. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdiciplinar**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

RODRIGUES, Arlete. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alesssandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz (Orgs). São Paulo: Hucitec, 1999b.

RODRIGUES, Lea C. **Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais: Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra.** Porto Alegre: Revista Civitas, v.10, nº3, p. 527 -544, 2010.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 11ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

SAMPAIO,Camila, ; CORIOLANE, Luiza; SALES, Eugênia. Turismo em Aquiraz-Ceará-Brasil: segregação espacial e impactos sócio-ambientais. **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**, Fortaleza – CE, 2008. Disponível em: <http://sispub.oktiva.com.br/sispub/imagedata/1893/sits/files/TURISMO%20EM%20AQUIRAZ%20CE.pdf>. Acesso: 02/06/2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** 5. ed. Rio de Janeiro : Record, 2001.

SILVA, Karla Márcia; VIEIRA FILHO, Nelson. Os resorts e seus impactos nas comunidades locais: estudo de caso do Águas do Treme Lake Resort no município de Inhaúma em Minas Gerais. **Revista Observatório de Inovação e Turismo**, vol. 4, nº3, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/viewFile/1594/1058>. Acesso: 15/07/2012.

SILVA, Katia et al. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo.In:**Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionaliza

cao_turismo/downloads_regionalizacao/TBC_-_ARTIGO_MTur.pdf>. Acesso: 05/05/2012.

SILVA, Sarra; DOWLING, Gabriela. **O universo feminino retratado nos cocos de roda, em três comunidades quilombolas no estado da Paraíba**. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278262643_ARQUIVO_s.melo_g.dowling_fazendogerero.pdf>. Acesso: 26/09/2012.

SILVEIRA, Marcos Aurélio. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável.In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SUDEMA. **Licenciamento Ambiental.** Disponível em:<http://www.sudema.pb.gov.br/licenciamento_resp1.php>. Acesso: 20/11/2011.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

THEOBALD, William. **Turismo Global**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

TRENNEPOHL, Terence. **Fundamentos de Direito Ambiental**. Salvador: JusPODIVM, 2006.

TRIGO, Luiz Gonzaga. O turismo no espaço globalizado. IN: RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo, Modernidade, Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

VIERA, Eleonora Viera de et al. Atores e práticas de sustentabilidade ambiental em empreendimentos hoteleiros. In: **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Arlindo Philippi Jr, Doris Van de Meene Ruschmann, editores. Barueri, SP: Manole, 2009.

VIGNATI, Federico. **Gestão de destinos turísticos – Como atrair pessoas para pólos, cidades e países**. Rio de Janeiro: SENAC, 2008.

YCARIM, Melgaço Barbosa. ***O despertar do turismo*: um olhar crítico sobre os não-lugares.** São Paulo: Alpeph, 2001.

ZECHNER, Talita Cristinaet al. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha**.** Disponível em: <http://api.ning.com/files/DIA8vNXpxTdOy2vmuH6kf7L*9468trNYJ4676x2GWAHB-suFETm3-aBqWzYWnARi8of2dWsX2O8sP2Ofs2Vw-n-thLl*8Cb9/PENSANDOOCONCEITODETURISMOCOMUNITRIOAPARTIRDEEXPERINCIASBRASILEIRASCHILENASECOSTARRIQUENHA.pdf>. IN: **Anais do II Seminário de Turismo Sustentável**. Fortaleza: 2008. Acesso em: 10/04/2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA (PBTUR)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a inserção de resorts no litoral sul da Paraíba, de autoria de RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nome:

Idade:

Formação:

Cargo:

Perguntas:

1. Como está sendo divulgada a imagem de Conde e Litoral Sul da Paraíba para o turismo doméstico e internacional?
2. Existe uma tendência à internacionalização do turismo na região? Se sim, ela é espontânea ou faz parte da política de turismo/marketing da PBTUR?
3. Além do segmento sol e mar, existe algum outro segmento do turismo trabalhado no município de Conde (turismo rural, turismo ecológico, etc.)? Que ações e políticas estão sendo feitas neste aspecto?
4. Qual a influência da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 no desenvolvimento turístico de Conde e construção de resorts? A PBTUR auxilia de alguma forma na política de incentivo a construção de resorts?
5. Como explica a entrada tardia da Paraíba no mercado de resorts?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA
(SECRETÁRIO DE TURISMO DE CONDE)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a inserção de resorts no litoral sul da Paraíba, de autoria de RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nome:

Idade:

Formação:

Cargo:

Perguntas:

1. Quais as prioridades trabalhadas no desenvolvimento do turismo do município?
2. O planejamento municipal segue a Política Nacional de Turismo?
3. Quais os principais atrativos turísticos da região?
4. Que tipo de turismo se pretende incentivar e para que segmento?
5. Como se caracteriza a parceria entre o setor público e privado?
6. Em relação aos resorts, como se deu a inserção desses empreendimentos no Litoral Sul da Paraíba? Por que de forma tardia em relação aos outros estados nordestinos?
7. Que tipo de investimento público é feito para que estes empreendimentos se instalem lá? Houve algum tipo de demanda de infra-estrutura por parte dos resorts para sua instalação? Algum incentivo fiscal?
8. A Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, a serem realizados no Brasil, têm influência na aceleração da construção desses empreendimentos turísticos?
9. Como é feita a licitação ambiental para os empreendimentos? Existem normas específicas?
10. Que tipo de impactos positivos e/ou negativos são gerados? Que tipo de retorno existe para as comunidades locais? Eles utilizam mão de obra local ou adquirem produtos do comercio local?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA (SUDEMA)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização da dissertação intitulada “A INSERÇÃO DE RESORTS NO LITORAL SUL DA PARAÍBA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES LOCAIS” de autoria de RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O questionário objetiva coletar informações para o levantamento histórico da inserção dos resorts no Litoral Sul da Paraíba, avaliando a sua adequação com a legislação ambiental vigente.

Nome:

Idade:

Formação:

Cargo:

1. Como é feito o licenciamento ambiental dos resorts? Quais os critérios utilizados?
2. Que tipo de impactos os resorts podem ocasionar?
3. São exigidos estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA)? Se sim, por quem e como são feitos?
4. Os primeiros resorts foram introduzidos na Paraíba no litoral sul, houve tentativas anteriores em outras áreas? Quantos empreendimentos encontram-se buscando licenciamento e em que áreas?
5. No caso do Mussulo Resort, em que etapa do licenciamento se encontra o empreendimento? Quais foram as conclusões do licenciamento?
6. E o Vista Morena Resort, que será entregue no início de 2012, se encontra em que etapa? E qual foi o parecer da SUDEMA?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA (MUSSULO RESORT)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a inserção de resorts no litoral sul da Paraíba, de autoria de RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nome:

Idade:

Formação:

Cargo:

1. Como surgiu a idéia de um resort no litoral sul da Paraíba?
2. Como explica a inserção tardia deste tipo de empreendimento na Paraíba?
3. Considera que o município de Conde está investindo na tendência de internacionalização do turismo?
4. Qual o perfil dos hóspedes? Qual o percentual de hóspedes brasileiros e estrangeiros? (média de hospedagem mensal).
5. É verdade que a pavimentação da rua do resort foi paga pelos proprietários?
6. Como funciona o Beach Club?
7. O Mussulo possui mão de obra local? Quantos funcionários são de Conde e quais as funções ocupadas por eles?
8. Compram produtos das comunidades? Existe alguma parceria com a agricultura familiar?
9. O Mussulo possui alguma política de gestão ambiental ou de responsabilidade socioambiental?
9. Que tipo de impacto (positivo/negativo) o resort trouxe para a comunidade local?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA
(LÍDERES DE ASSOCIAÇÕES – SETOR PRIVADO)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a inserção de resorts no litoral sul da Paraíba, de autoria de RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nome:

Idade:

Grau de instrução:

Profissão:

1. Perfil do entrevistado
2. Explique um pouco como surgiu a associação e como funciona? Possui quantos associados?
3. Como considera que está sendo desenvolvido o turismo no município de Conde?
4.Qual a taxa de ocupação média de turistas (nacional e internacional)?
5. Que tipo de impactos (positivos/negativos) o turismo vem ocasionando na localidade?
6. Seus estabelecimentos contam com mão de obra local? Compram produtos dos comerciantes locais?
7. São chamados para participar da discussão sobre as políticas de turismo?
8. Depois da chegada do primeiro resort mudou alguma coisa para vocês?
9. Tem conhecimento dos projetos em andamento para a instalação de outros resorts no município de Conde (Vista Morena, na APA de Tambaba, em Alhandra e Pitimbu, por exemplo)? Qual a opinião da associação sobre isso? São contra ou a favor?
10. Estes resorts tem algum tipo de impacto (positivo e/ou negativo) na comunidade?
11. O turista de resort utiliza os serviços dos empreendedores locais? (visita a população), gera algum tipo de renda?
12. Vocês são pressionados para padronizar seus produtos e serviços? Sofrem intervenções de órgãos como o SEBRAE ?
13.Tem notado a presença de turistas estrangeiros no litoral sul e a chegada de mais empresários estrangeiros?
14. Como surgiu o interesse dos estrangeiros pelo Conde? De que data marca a primeira pousada estrangeira?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA
(LÍDERES DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS)

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado, visando a realização de uma dissertação sobre a inserção de resorts no litoral sul da Paraíba, de autoria de RAFAELLA SOARES ESPÍNOLA, mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nome:

Idade:

Grau de instrução:

Profissão:

1. Explique como surgiu a associação e como funciona (quantas pessoas fazem parte, objetivos, etc.).
2. Como o senhor vê o turismo em Conde/ Litoral Sul da PB?
3. Sua comunidade foi afetada pelo turismo? Considera que houve benefícios ou prejuízos?
4. A população é informada ou chamada para participar da discussão sobre as políticas de turismo?
5. Conhece o Mussulo Resort? O que entende por resort?
6. Tem conhecimento dos projetos em andamento para a instalação de outros resorts no Litoral Sul da PB (Vista Morena em Carapibus e outros projetos na APA de Tambaba, em Alhandra e Pitimbu)? Qual a opinião da comunidade em relação a esses resorts?
7. Estes resorts tem algum tipo de impacto (positivo e/ou negativo) na comunidade?
8. Houve algum conflito de terra entre comunidades x empresários em relação à construção dos resorts?
9. Pequenos agricultores/comerciantes se beneficiam, vendem seus produtos ou serviços para estes resorts?
10. O turista de resort visita a população, gera algum tipo de renda?
11. Tem notado a presença de turistas estrangeiros no litoral sul e a chegada de mais empresários estrangeiros?

ANEXOS

ANEXO A - *Folders* promocionais que ressaltam os potenciais turísticos de Conde

Bem vindos
a Costa de Conde
DESCUBRA A PAZ QUE ESTÁ NA NATUREZA
BEM VINDOS À COSTA DE CONDE
A Costa de Conde está situada a 20 km de João Pessoa, Paraíba. Formada por um conjunto de praias intocadas, que figuram entre as mais lindas do Brasil: Gramame, Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho e Tambaba – a única praia naturista do Nordeste
Rica em biodiversidade, a Costa de Conde possui extensas praias com falésias, corais, arrecifes, maceiós e fontes naturais.
A Costa de Conde dispõe de infra estrutura com resorts, hotéis, pousadas e restaurantes, tornando sua visita inesquecível.
Seja bem vindo à Costa de Conde, as praias mais nobres do Nordeste.
REDISCOVER NATURE AND FIND PEACE
WELCOME TO COSTA DE CONDE – CONDE'S COASTLINE
Costa de Conde is located some 20km from João Pessoa, capital of the state of Paraíba. It comprises a series of seven semi-deserted beaches which are amongst the most beautiful of Brazil: Gramame, Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho and Tambaba – the only beach in Brazil's Northeast reserved for naturists.
Rich in plant and wildlife, Costa de Conde is replete with sandy bays containing cliffs, coral, coral reefs, lagoons and springs.
Costa de Conde has a well-developed infrastructure with resorts, hotels, pousadas (guest-houses and bed & breakfast) and restaurants, which will help to make your stay unforgettable.
Welcome to Costa de Conde and the most exclusive beaches of the North-East.

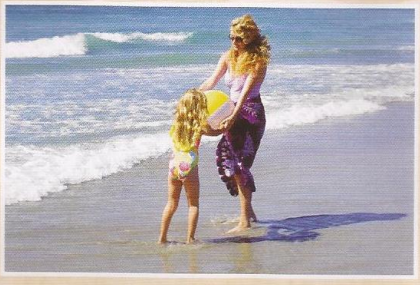
ANEXO B – *Folders* promocionais que estimulam os investimentos no município de Conde

Esse é o paraíso do investimento.

O Conde é o lugar perfeito para investir. Praias como Jacumã, Coqueirinho, Carapibus, Praia do Amor e Tabatinga formam um cenário de sonhos. Não é à toa que muitos empresários estrangeiros vieram montar seus negócios nessa terra que agora fala a língua de diversos lugares do mundo.

Conheça agora as maiores oportunidades de investimentos desse paraíso.

PRAIA DO AMOR
Condomínio Clube



Seu lugar no paraíso tem endereço certo. Condomínio fechado à beira-mar com acesso à praia.

Lotes de até 535 m²

Incorporação:
VERTICAL ENGENHARIA
www.verticalengenharia.com.br

Vendas:
IMOBILIÁRIA Bomfim
Creci - 001- J
www.imobiliariabomfim.com.br
(83) 3227 2443 / 3290 1026

AtlantiC
Praia Hat
Invista em conforto.

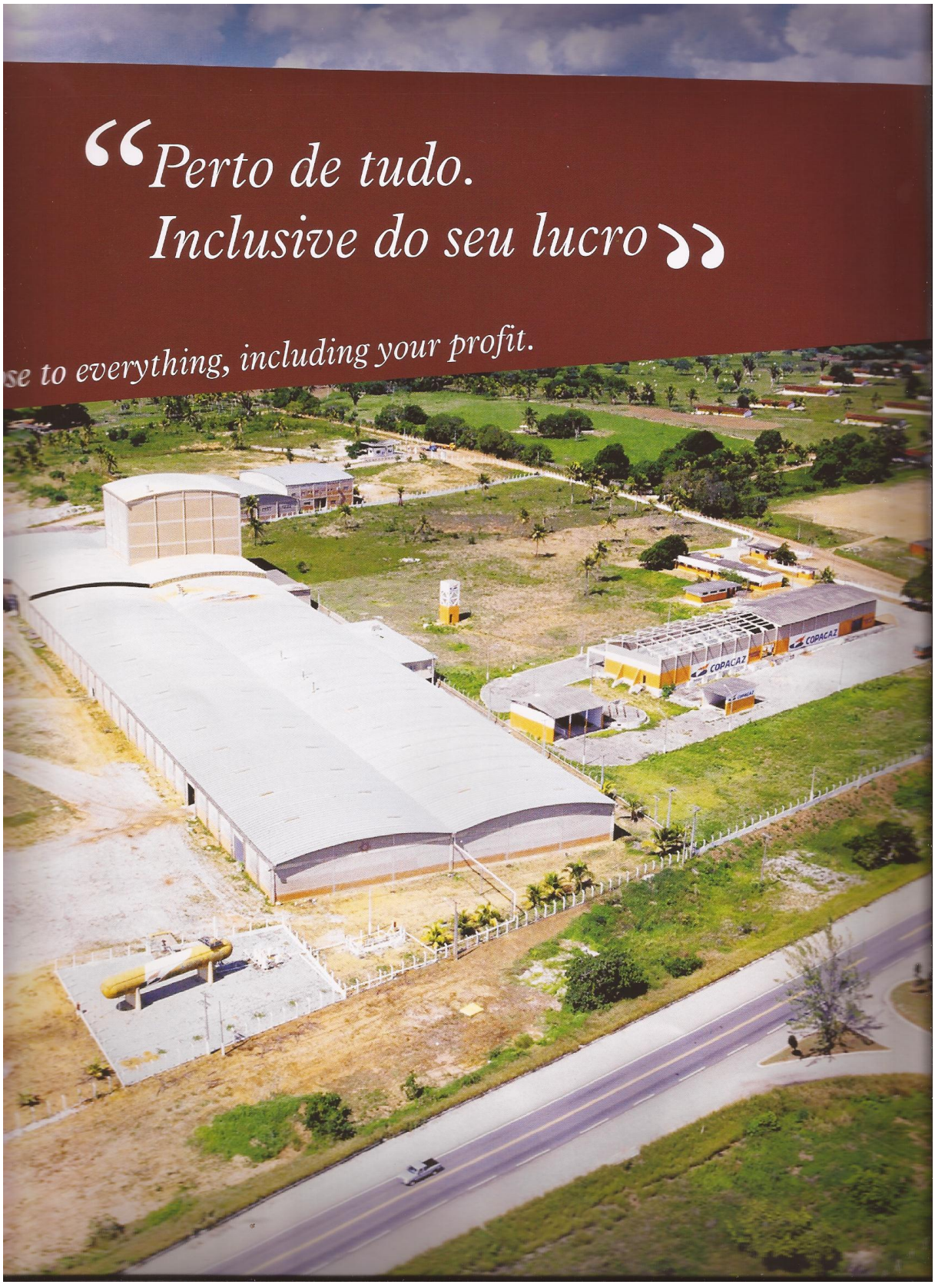
Atlantic Praia Flat é a sua casa de praia vertical em Carapibus. Um empreendimento com todo o conforto, lazer e vista exclusiva para o mar.

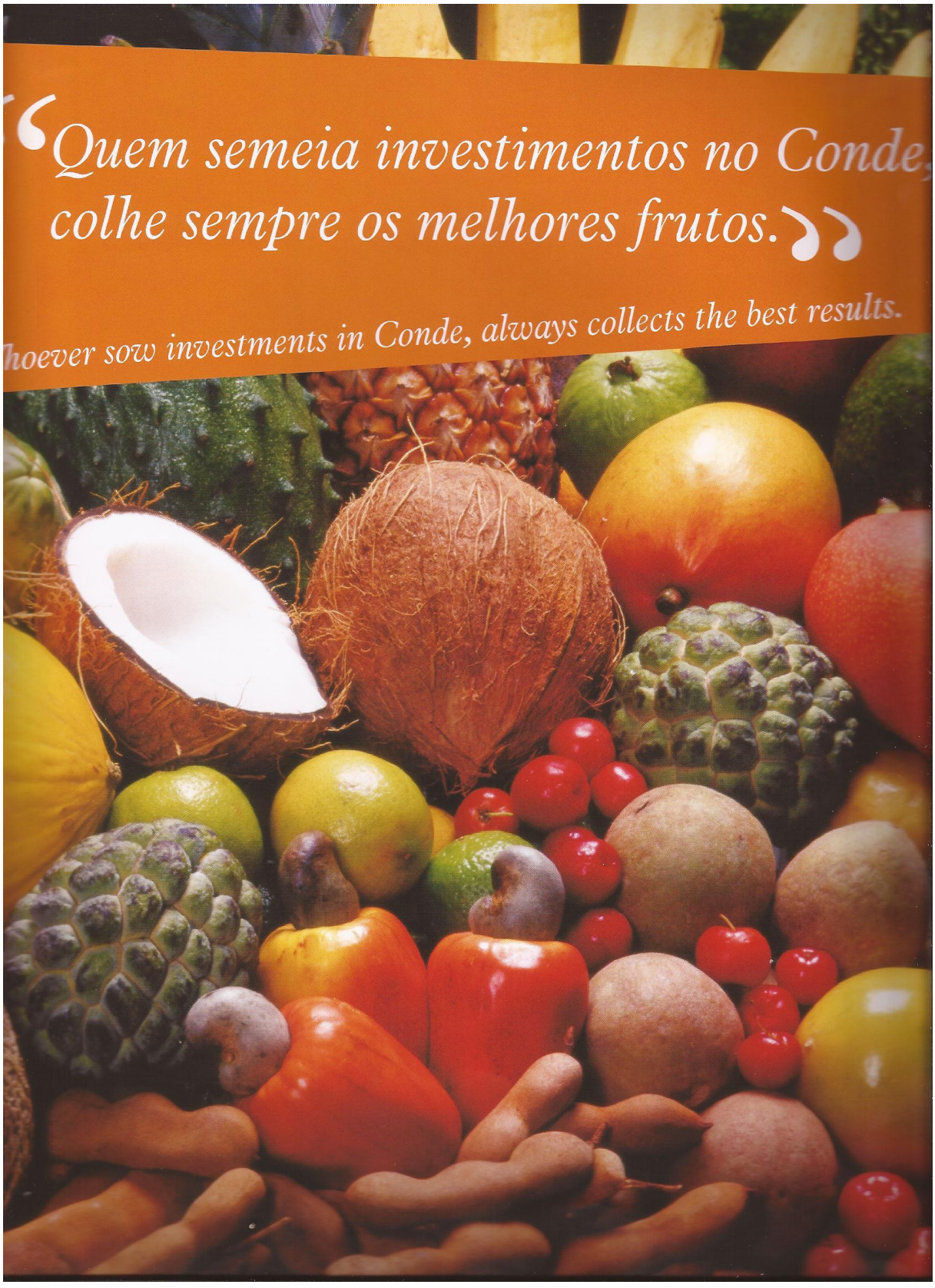
Centro de convenções • 2 elevadores • Fitness

Construção:
VASA
Viking Apartments & Service Association

Vendas:
IMOBILIÁRIA Bomfim
Creci - 001- J
www.imobiliariabomfim.com.br
(83) 3227 2443 / 3290 1026

"No Conde, o retorno é garantido.
Quem conhece sempre volta."
n Conde return is assured. Whoever is here, comes surely back.


“Perto de tudo.
Inclusive do seu lucro”
se to everything, including your profit.
COPACAZ
COPACAZ


"Quem semeia investimentos no Conde,
colhe sempre os melhores frutos."
hoever sow investments in Conde, always collects the best results.

"Eles entraram com o investimento. A natureza com o retorno"

They´ve invested. Nature has given it bac

"O retorno econômico oferecido pelo Conde nos proporcionou ganhos que dificilmente seriam descartados pelos concorrentes".

Ornestrand, empresário do setor da construção civil, presidente do grupo Wasa (Wiking Appartments Association and Services).

"Conde has offered profits that would hardly be left out by the competitors"

Leif Ornestrand, construction business man and president the Wasa(Wiking Appartments Association and Services) group.

"Há mais de dez anos trabalhando nesta cidade, não podemos falar de outra coisa a não ser do sucesso dos nossos negócios".

Múcio Ribeiro, empresário do setor hoteleiro, proprietário do Hotel Corais de Carapibus".

"We have been working here [illegible] over 10 years and we can [illegible] mention anything rather than business' success."

Múcio Ribeiro is the owner of Corais de Carapibus Hotel.

[illegible] Indústria Elizabeth é hoje referência para todo o Brasil. Exportamos nossos [illegible] para vários países. Os incentivos e condições que encontramos no distrito [illegible]strial do Conde foram preponderantes para o nosso bom desempenho".

[illegible]lhum Crispim Filho, presidente do Grupo Cerâmicas Elizabeth.

"Elizabeth Ceramics Industry is a reference all over the country. We have been exporting our products to a number of countries. The incentives and great conditions that we find at Conde´s Industrial District were key to our outstanding results".

José Nilson Crispim Filho, president of Elizabeth Ceramics group.

"Estamos investindo no Conde, porque lá encontramos as melhores condições para os nossos investimentos no exterior".

Alcindo Diniz, empresário angolano presidente do grupo Mussolo Beach Resort.

"Our current investment [illegible] Conde is due to its best conditions offered abroad".

Alcindo Diniz, Angolan business [illegible] president of Mussolo Beach Resort [illegible]

[illegible]zei o meu país, a Suécia, apostando no [illegible]scimento turístico do Conde. Aqui me [illegible]stalei e hoje recebo na minha pousada turistas de todo o mundo".

[illegible]usanne Cassol, empresária hoteleira, proprietária do Hotel Pousada das Conchas.

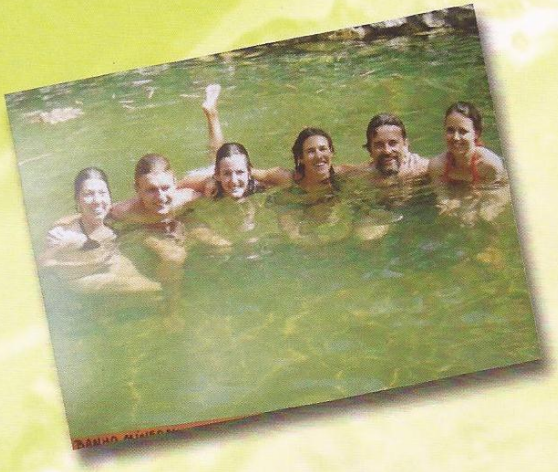
"I have left Sweden in order to invest in Conde´s tourist growth. Nowadays there are people from all over the world at my guest house".

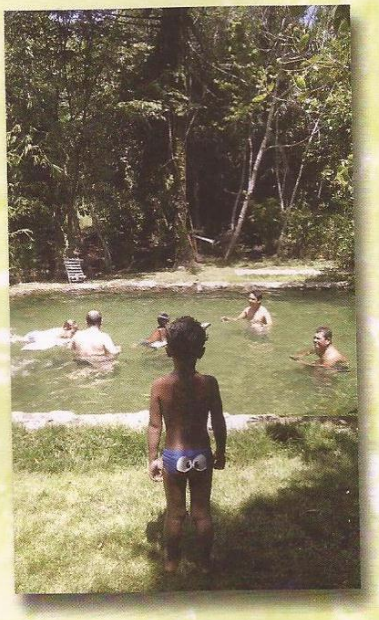
Susanne Cassol, owner of Pousada das Conchas guest house.

BRASIL

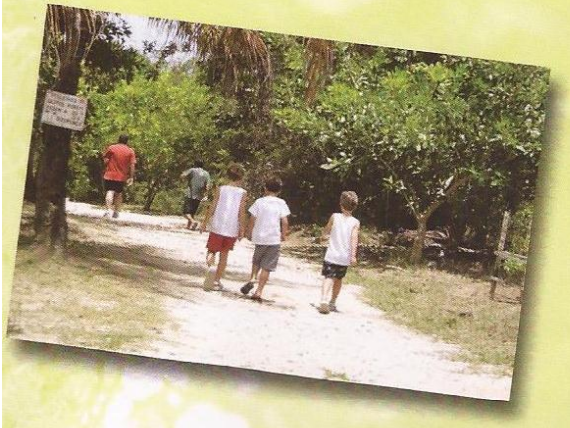
Conde

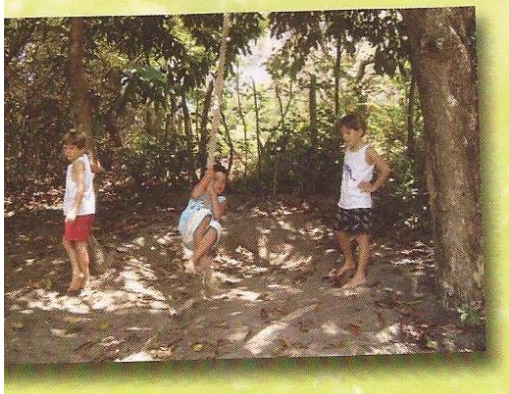
ANEXO C – *Folder* promocional da Aldeia Flor d´Água





Aldeia Flor d'Água é uma ECOVILA fundada em 2001 que tem como principal objetivo a reintegração Humanos/Mãe Natureza através de atividades como Ecoturismo, Educação Ambiental, agricultura orgânica, vivências,luaus, etc. Descendentes indígenas recebem os visitantes com música em habitações alternativas cercadas de muito verde.



Há trilhas diversas onde é possível beber água purís-sima das fontes, abraçar árvores centenárias em mata atlantica, hidratar-se com argila branca e ba-nhar o corpo em diversos poços de água mineral.

Também há um espaço muito verde para acampamento sem-pre acompanhado de um luau com fogueirinha. Descubra esse paraíso no Conde, bem pertinho de João Pessoa-PB.